



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

ELIANE SANTOS PAULINO

**A PRODUÇÃO DE ÁLVARO BOMÍLCAR NO *ALMANACK CORUMBAENSE* (1898)
E A DIFERENÇA NO USO DE CLÍTICOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL:
UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA**

Campo Grande/MS
2016

ELIANE SANTOS PAULINO

A Produção de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense* (1898) e a Diferença no Uso de Clíticos entre Brasil e Portugal: uma Perspectiva Historiográfica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes

Campo Grande/MS

2016

P353p Paulino, Eliane Santos.
A produção de Álvaro Bomílcar no Almanack
Corumbaense (1898) e a diferença no uso de clíticos entre
Brasil e Portugal: uma perspectiva historiográfica / Eliane
Santos Paulino. Campo Grande, MS: UEMS, 2016.
90p.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Linguagem: língua e literatura,
Produção do texto escrito e oral– Universidade Estadual do
Mato Grosso do Sul, 2016.
Orientador: Nataniel dos Santos Gomes

1. Historiografia 2. Linguística 3. Colocação pronominal
CDD 23. ed. - 410

ELIANE SANTOS PAULINO

A Produção de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense* (1898) e a Diferença no Uso de Clíticos entre Brasil e Portugal: uma Perspectiva Historiográfica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros de Carvalho (Titular)
Universidade Federal Fluminense/UFF

Prof. Dr. Daniel Abrão (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 25 de fevereiro de 2016.

Àqueles que acreditam que palavras “dão luz” e diminuem a escuridão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, por incentivar meu percurso, com expressões de ânimo e certeza da minha conquista, que acaba sendo nossa;

Às minhas filhas que souberam entender os momentos de ausência e até se envolverem com a emotividade que a pesquisa causou-me;

Aos meus pais e irmãos, por, sempre, continuarem a demonstrar orgulho por minha satisfação com os estudos;

Ao Prof. Dr. Orientador, Nataniel dos Santos Gomes, pela transmissão de conhecimento que ultrapassa os limites enciclopédicos e incita a paixão pelas Letras;

À Elisângela Amaral, dileta amiga, pela insistência e confiança quanto à minha disposição para o aprendizado contínuo;

À Luciene Muller, pela parceria na caminhada e compartilhamento de ideias e material;

Aos amigos e colegas, pelas importantes palavras de incentivo.

PAULINO, Eliane Santos. A Produção de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense* (1898) e a Diferença no Uso de Clíticos entre Brasil e Portugal: uma Perspectiva Historiográfica. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma descoberta incitada pelo manuseio do *Almanack Corumbaense* (1898) aliada à curiosidade de, a princípio, analisar a contextualidade do periódico, utilizando como referência a produção de Álvaro Bomílcar, especificamente o texto “A Alma das Mulheres”. Porém a pesquisa sobre o referido autor tornou-se motivo de interesse pelo fato deste figurar entre os nomes dos “paladinos” defensores de uma língua brasileira, posteriormente, e seu vocabulário denotar destoamento dos demais no referido periódico em relação ao uso da posição dos clíticos. De abordagem historiográfica, com base em Koerner (1996), e, apoiado nas orientações de Pereira (1918) e Cintra e Cunha (1984) [2012], o estudo divide-se em: levantamento teórico, evocando os princípios metodológicos da historiografia linguística, com destaque aos estudos brasileiros; o “clima de opinião” vigente à produção, em seu contexto histórico-cultural; as concepções histórico-intelectuais da época, a questão da ortografia na Língua Portuguesa, suas diferenças sobre o uso de clíticos entre o português luso e o brasileiro no final do século XIX e, por fim, o recorte do *Corpus* e a aproximação com teorias atuais com relação à colocação pronominal, visando atender à perspectiva historiográfica.

Palavras-chave: Álvaro Bomílcar. Historiografia. Língua Brasileira.

PAULINO, Eliane Santos. The Álvaro Bomilcar production in *Almanack Corumbaense* (1898) and the difference in the use of clitics between Brazil and Portugal : historiographical perspective. 2016 100 f . Dissertation (Master of Arts) - University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande / MS , 2016.

ABSTRACT

This work is the result of a discovery incited by handling *Almanack Corumbaense* (1898) coupled with curiosity at first, analyze the contextuality of the journal, using as reference the production of Álvaro Bomilcar, specifically the text “A Alma das Mulheres”. However, the research on the said author became an object of interest in the fact that this figure among the names of "knights" supporters of a Brazilian language later and vocabulary denote difference the others in that newspaper regarding the use of the position of clitics. Historiographical approach, based on Koerner (1996) and supported in Pereira guidelines (1918) and Cintra and Cunha (1984) [2012], the study is divided into: theoretical survey, evoking the methodological principles of linguistic historiography, with emphasis on Brazilian studies; the "climate of opinion" current production, in its historical and cultural context; the historical and intellectual conceptions of the time, the issue of spelling in Portuguese, their differences over the use of clitics between Portuguese Portuguese and Brazilian in the late nineteenth century and, finally, cut the Corpus and the approach to current theories regarding the pronoun placement, to meet the historiographical perspective.

Keywords: Alvaro Bomilcar. Historiography. Brazilian language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA	15
1.1 Um Panorama da Historiografia Linguística no Brasil	17
1.2 A Proposta Metodológica de Koerner	22
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ALMANACK CORUMBAENSE ...	25
2.1 Breve Histórico Documental do Brasil: Por uma Língua Brasileira	25
2.2 Mato Grosso e sua Produção	32
2.3 Corumbá e sua Produção Histórico-cultural	37
2.4 O <i>Almanack Corumbaense</i>	40
3 CONCEPÇÕES HISTÓRICO-INTELECTUAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX	46
3.1 Português Lusitano x Português Brasileiro	47
3.2 Bomílcar no <i>Almanack</i> : uso dos clíticos – Uma abordagem controversa.....	52
4 DO ALMANACK CORUMBAENSE À LINGUA PORTUGUESA ATUAL: UMA ANÁLISE	64
4.1 Eduardo Carlos Pereira: Gramática Expositiva	63
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO.....	10
1 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ALMANACK CORUMBAENSE ...	25
3 CONCEPÇÕES HISTÓRICO-INTELECTUAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX	46
4 DO ALMANACK CORUMBAENSE À LINGUA PORTUGUESA ATUAL: UMA ANÁLISE	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6 REFERÊNCIAS	96
NASCENTES, ANTENOR. <i>DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> . TOMO I. PROF. DR. DARCY CARVALHO. SÃO PAULO, 2015. DISPONÍVEL EM	

HTTPS://ARCHIVE.ORG/DETAILS/ANTENORNASCENTESDICIONAROETIMOLOGI CODALINGUAPORTUGUESATOMOI. ACESSO EM 29 MAR 2015.	98
4.2 A Posição dos Clíticos na Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira	68
4.3 Cunha e Cintra: A Nova Gramática do Português Contemporâneo	76
4.4 Posição dos Clíticos em Cunha e Cintra	79
4.5 Uma Análise Comparativa entre as duas gramáticas e a posição dos clíticos na produção de Álvaro Bomilcar - Ocorrências	85
4.5.1 Categoria 1: ênclise com verbo no infinitivo	87
4.5.2 Categoria 2: ênclise com verbo no início da frase	88
4.5.3 Categoria 3: próclise com palavra negativa	88
4.5.4 Categoria 4: próclise em orações subordinadas	89
4.5.5 Categoria 5: Pronome proclítico sem partícula atrativa	89
4.5.6 Categoria 6: Próclise no começo da frase	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
6 REFERÊNCIAS	96
7 ANEXOS	100
7.1 ALMANACK CORUMBAENSE	101

INTRODUÇÃO

Em 1898, a “Terra Mattogrossense”, em particular, testemunhou a criação do *Almanack Corumbaense*. Dentre os colaboradores, destacou-se Álvaro Bomílcar, com cinco publicações, textos de gêneros distintos.

De caráter documental, o *Almanack* revela-se como objeto de estudo para historiografia linguística, o enfoque dado ao citado autor justifica-se pelo uso de uma linguagem mais simples, comparada a outras do citado *Almanack*, e proximidade com sua defesa posterior de uma língua portuguesa, utilizada no Brasil, de forma distinta de Portugal.

Para o autor, era preciso construir a nossa nacionalidade: “no Brasil, não se fala o português, fala-se o brasileiro, com sintaxe, prosódia, estilo e vocabulário brasileiros”, conforme Oliveira (1990, p. 193).

Assim, surgiu a proposta de estudar a posição dos clíticos no início do século XX, estabelecendo diferença de tal uso entre Portugal e Brasil, vinculado à produção de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense* e abrangendo o espaço e o período históricos da produção.

No documento em questão, com mescla de produção de autores brasileiros e lusos, é incomum a aplicação de clíticos fora da norma vigente da gramática usual à época. Com suporte na metodologia da historiografia linguística, pelo seu caráter – pressupostos de Koerner (1996) –, objetiva-se investigar indícios de uma língua portuguesa com marcante distinção entre Brasil e Portugal – pela posição dos clíticos –, defendida pelo próprio autor estudado como “língua brasileira”, estabelecendo analogia com as gramáticas da época.

A *Gramática Expositiva* (1918) de Eduardo Carlos Pereira será utilizada como suporte de pesquisa para explicar o uso dos pronomes na época da produção do *Almanack*, do ponto de vista normativo.

Além disso, é propósito registrar a evidência dessas ocorrências, na produção de Álvaro Bomílcar, de forma a contribuir para estudos do fenômeno linguístico no século XIX. Especificamente, a investigação pressupõe uma análise do soneto de Bomílcar *Amor Póstumo* para constatar, ou não, o uso dos clíticos em posição divergente à

Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1918) – usual à época – destacando diferenças relevantes quanto à linguagem utilizada no Brasil e em Portugal.

Assim tais orientações consolidarão o caráter histórico da pesquisa, por se tratar de um período dito “científico”, conforme Bastos (2004, p. 19):

O período dito científico começa com a publicação em 1881 da gramática de Júlio Ribeiro, obra em que as explicações gramaticais são adequadas ao processo dos estudos da linguagem e se desvencilham da tradição gramatical de cunho purista.

É objetivo também estabelecer uma analogia entre o Português Brasileiro, exaltado por Bomílcar e comum às suas publicações, e evidências dessa tendência – posição dos clíticos – na Língua Portuguesa atual. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra (1984) [2012], servirá como comparação à proposta, no sentido de aproximar tal fenômeno para, por fim, estabelecer análises sobre o uso dos clíticos, com o padrão normativo em uso no Brasil e em Portugal.

É inevitável, para atender tal perspectiva, que a metodologia da pesquisa em questão seja direcionada por princípios já consolidados no sentido de atender a resultados fidedignos.

Desse modo, para desenvolver tal proposta, faz-se necessário utilizar-se dos três princípios da historiografia linguística estabelecidos por Koerner (1996) que apresenta a maneira pela qual o pesquisador da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”:

a) o estabelecimento do clima de opinião, já que “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (*princípio de contextualização*); b) a definição do objeto de investigação no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico e até filológico, do texto em questão” (*princípio da imanência*); c) as possíveis “aproximações entre princípios metodológicos e fundamentação teórica”.

Assim, ao enfatizar o “espírito da época”, retoma-se o princípio de contextualização e evoca-se uma relação sincrônica entre o referido *Almanack* e as tendências do mesmo período.

Tal procedimento foi facilitado pelo próprio autor em questão, visto que referências a fatores políticos e socioculturais, de marcante influência na gramática da época, são reproduzidas no periódico.

No reforço à pesquisa de âmbito histórico cultural, vale ressaltar, a importância de Nascimento (2011, p. 3):

As mudanças sociais fundamentam-se no contexto histórico e estão correlacionadas às mudanças que ocorrem na língua. A historiografia linguística parte do princípio de que a língua, enquanto produto histórico-cultural torna-se simultaneamente veículo e expressão de dados socioculturais que pressupõem um olhar histórico.

Quanto à temporalidade, o ano é 1898, dezembro: sendo a publicação destinada ao ano seguinte: 1899. Conforme nota do editor, o periódico devia ter sido apresentado “há mais tempo”, dada a relevância da cidade à época mencionada.

No Expediente, são relatadas as dificuldades para tal edição: “a exiguidade de tempo, a imperfeição das nossas oficinas, ainda pequenas e sem aparelhos precisos (...) primeira vez a braços com semelhante obra” (p. 99), o que evidencia o caráter inovador da publicação.

Assim, reportar-se à época de publicação do periódico, propondo o estudo sobre a diferença – quanto ao uso de clíticos – do português do Brasil e de Portugal, utilizando a cronologia do *Almanack Corumbaense* é tarefa essencial para perceber a diferença entre a língua portuguesa e os indícios da língua brasileira proposta por Bomílcar.

No âmbito espacial, o contexto é a cidade, então “Mattogrosense” de Corumbá, descrita no *Almanack Corumbaense* como “principal cidade de Matto-Grosso” e detentora de “excellente instituição instrutiva: o Gabinete de Leitura Corumbaense, onde se encontram innumerous tratados scientificos e grande subsidio literário” (p. XIV).

A valorização da produção literária é anunciada também na “ligeira estatística”, com “3 typographies. Os autores da citada publicação esclarecem que foi uma “luminosa idéa de apresentar ao publico do Brazil, uma publicação de propaganda tão necessaria e tão util” (p. XV).

Sobre a influência do ambiente, Leite e Callou (2002, p. 12) esclarecem que a ideia de “unidade na diversidade e diversidade na unidade é o ponto central da questão sobre o português do Brasil”; com isso, destacar o município corumbaense, em seu domínio territorial e contexto sociocultural, é esclarecer como as dimensões geográficas

surtiram efeito no plano linguístico a ser estudado, evidenciando suas marcas no *Almanack Corumbaense*.

O princípio da Imanência justifica o estudo do *Corpus*. De valor histórico e investigativo, o *Almanack Corumbaense* – embora pouco explorado – compõe um acervo notadamente relevante para o estudo das diferenças – no uso de clíticos – do português no Brasil e em Portugal, além de revelar-se fonte inesgotável de curiosidades de cunho histórico social.

Importantes nomes da tradição gramatical brasileira, cronologicamente presentes no fim do século XIX e início do século XX: Júlio Ribeiro, João Ribeiro e Marquês de Pedra Branca também subsidiarão a pesquisa de modo a relacionar o enfoque proposto à *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira.

A adoção dessa metodologia possibilitará análises interpretativas, na medida em que for considerada a reconstrução do passado na compreensão do presente – Princípio da Adequação – a partir do registro linguístico do autor na utilização dos clíticos. Para tal analogia, Cunha e Cintra (1984) [2012] subsidiará tal enfoque.

Desse modo, ao analisar o *Almanack Corumbaense* como um conjunto significativo documental de variante linguística; percebe-se a influência linguística recorrente em um determinado período e, desse modo, contribui-se para a compreensão do citado fenômeno, conforme Silva (2010, p.10):

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis a análises das mudanças linguísticas de longa duração.

O uso de Bastos (2004, p. 29) fundamentará a história da gramática pressupondo uma abordagem que revela como a “produção de sentidos sobre o mundo é construída pelos homens do passado”, sendo seu papel o “resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”, denotando o papel do pesquisador na construção do “saber linguístico socialmente institucionalizado”.

Há proximidade da presente dissertação com a de Jesus (2013), tendo em vista a utilização do mesmo recorte – uso dos clíticos – no *Almanack Corumbaense* e mesma base teórica; no entanto, ocorre distanciamento e caráter inovador deste estudo ao empreender uma analogia do citado evento à ocorrência no Português luso.

Obedecendo à organização proposta, o estudo divide-se em quatro capítulos: no primeiro, será traçado um panorama sobre os princípios metodológicos de Koerner (1996) para garantir o que a perspectiva problematizada seja desenvolvida.

No segundo capítulo, dar-se-á a contextualização, revelando o “clima de opinião” vigente à época da produção em estudo e, conseqüente, destaques intelectuais da época. Em uma visão espacial-temporal, os enfoques histórico-culturais da época ganharão relevância no tocante a esclarecer as influências sofridas por Álvaro Bomílcar e, por conseguinte, sua atuação no citado *Almanack*.

O terceiro capítulo privilegiará o uso do fenômeno linguístico – posição dos clíticos – no Brasil e Portugal, por meio de um levantamento das concepções histórico-intelectuais do final do século XIX. O destaque do capítulo é a utilização dos exemplos sobre o evento apresentados na obra de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense*.

Finalizando, o quarto capítulo será composto da análise das evidências sobre uso dos clíticos em uma visão diacrônica que compreenderá o percurso entre a produção de Bomílcar, à luz da gramática de Pereira (1918) à visão contemporânea, com analogia à gramática normativa de Cunha e Cintra (1984) [2012].

O estudo será finalizado com as considerações acerca do valor histórico-linguístico do *Almanack Corumbaense*, embora de ínfimo conhecimento, e da importância do seu estudo no campo da Linguística, o que remete a pesquisa ao âmbito da sociolinguística.

Assim como o desvendar da obra de Álvaro Bomílcar e do caráter inovador que seu vocabulário já apresentava, fenômeno comum às suas publicações posteriores que ganharam destaque na consolidação de uma divergente gramática no tocante ao uso de clíticos, considerando o padrão normativo, entre Brasil e Portugal.

1 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ao desenvolvimento teórico, de enfoque gramatical ou qualquer pertinente, da língua atribui-se o conceito de historiografia linguística. Milani (2008) afirma que objetos teóricos resultantes da “teorização sobre língua e linguagem” sempre objetiva uma análise de uma teoria e, portanto, constitui a historiografia linguística.

Tomando por base tal enfoque, de forma, ora sincrônica, ora diacrônica, esse procedimento metodológico contribui legitimamente para estudo de um enunciado, destacando-se o enfoque diacrônico, conforme justifica Milani (2008):

A Filologia e a Gramática Comparada são estudos eminentemente diacrônicos, porque se relacionam com a língua numa perspectiva histórica. Dessa forma, no século XIX predominaram os estudos de ordem diacrônica, uma vez que os comparatistas e os neogramáticos, de um modo ou de outro, buscavam estabelecer as origens para as línguas. Até mesmo Humboldt, Whitney e Saussure fizeram predominantemente estudos diacrônicos.

Já no século XIX, houve um direcionamento para estudos da ciência da linguagem envolvendo, principalmente, as obras de ficção, dessa forma, estabeleceu-se uma materialização do discurso no sentido de perceber como “o discurso e a língua sob o prisma do indivíduo e através deles chegam à língua”. Ao citar Humboldt, Milani (2008) reforça:

O conceito de língua em Wilhelm Karl von Humboldt (1767-1835) é a demonstração da forma idealizada de estudar as coisas do mundo. Para Humboldt no livro Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana (1831), o indivíduo falante é a fórmula atuante da língua e tem o domínio sobre sua formação estética. Ele pode modificar sua língua, não só no plano individual, como também no plano nacional. Logo, é pela força dos indivíduos falantes que a língua evolui.

A partir da ideia proposta, neste capítulo, tratar-se-á da importância da aplicação da historiografia linguística na análise textual do texto de cunho histórico, sua contribuição para “materialização” do documento histórico e sua importância para os estudos linguísticos.

Para Milani (2008), desenvolver uma metodologia de cunho histórico seria “penetrar na estrutura de uma obra, verificando seus conceitos e as fontes refratadas”.

Com esse propósito, pretende-se entender como as fontes historiográficas de uma determinada época e espaço contribuem significativamente para a compreensão dos estágios linguísticos e da atuação do homem na modificação da língua como fenômeno sociocultural:

A língua traz em si as marcas do contexto específico em que foi cunhada. Por isso, estudar a língua nacional em Whitney¹ é tomar posse dos elementos linguísticos existentes naquele ambiente, de modo a poder usá-los de uma maneira melhor. Uma vez que o indivíduo seja linguisticamente maduro, ele pode modificar a língua de sua nação, fazendo acréscimos ao contexto da língua por força da colocação em evidência de aspectos que estavam latentes. De qualquer forma, o indivíduo só pode modificar a língua se alguma parte de seu discurso for integrada, pela coletividade, na língua.

Segundo Milani (2008), a historiografia linguística evidenciou os estudos sistematizando pensamentos em prol da construção do conhecimento. Nesse contexto, o acúmulo do domínio científico permite utilizar o mesmo saber sistematizado na construção ou reorganização de novas ideias.

Sobre tal evento, Altman (2004, p. 28) sugere que “a atividade de historiografia linguística não pode se resumir a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com os estatutos das línguas e da linguagem”.

Nessa perspectiva, apenas o enfoque histórico-documental não pressupõe material suficiente para o desenvolvimento de uma pesquisa com rigor científico. Milani (2008) reforça tal pensamento:

A língua funciona como uma fórmula que ajuda os indivíduos a interagirem entre si e com o mundo real. Ela é um elemento nacional: é reflexo do espírito do povo, ou espírito-nacional. Porém, o espírito-nacional só existe na mente dos indivíduos, porque ele é a organização cultural da nação. Desse modo, a língua, que é coletivamente nacional, só existe na mente dos indivíduos falantes. Ela faz parte do espírito-nacional, porém, ele só existe porque o falante faz uso da língua para discursar. Portanto, no discurso, ato individual, são conhecidos a língua e o espírito-nacional, que se tornam uma mesma coisa: a língua é reflexo do espírito-nacional e o espírito-nacional só existe por meio da língua.

¹ No livro *A vida e o desenvolvimento da língua* (1871), a língua é uma instituição humana e concreta, como as outras instituições da sociedade. Então, o indivíduo deve aprender a língua do mesmo modo que aprende qualquer outra informação. Desse modo, pode-se facilmente perceber que a língua, na concepção de Whitney, é um produto da sociedade. Por estar na sociedade como uma instituição coletiva, ela é transmitida pelo contato entre os indivíduos da coletividade, passando de geração em geração: os mais velhos executam a integração dos novos indivíduos no grupo de falantes.

Assim, é essencial que a Historiografia Linguística tenha “como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, ao longo do tempo” (Altman, 2004, p. 29), só assim, é possível, com uma sequência metodológica, garantir o caráter fidedigno de qualquer estudo nesse âmbito.

Observa-se, assim, a relevância dos princípios metodológicos no desenvolvimento de uma pesquisa historiográfica e a importância da historiografia linguística, com destaque aos procedimentos metodológicos de Koerner (1996), para os estudos que requerem aproximação entre a linguística e a história.

A seguir, um breve panorama da Historiografia Linguística no Brasil no intuito de elucidar os caminhos metodológicos sistematizados no presente estudo.

1.1 Um Panorama da Historiografia Linguística no Brasil

A revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, França (1929), fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, tornou-se referência como modelo de análise dos aspectos históricos das “mentalidades” da civilização.

O rompimento dos modelos tradicionais permitiu alegar que a história, em uma visão interdisciplinar, está agregada às outras ciências. Esse pensamento contribuiu para o desenvolvimento de uma proposta metodológica, conforme detalha o historiador Gasparetto Júnior (2014):

A Escola dos Annales deixou sua marca bem notável da historiografia desde então e continua existindo até hoje. Desde seu surgimento, passou por quatro fases e teve grandes nomes como representantes de cada uma. A primeira delas, a fase de fundação, é identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A segunda fase, já em torno de 1950, é caracterizada pela direção e marcante produção de Fernand Braudel. A partir da terceira geração a Escola dos Annales passou a receber uma identificação mais plural, na qual se destacaram vários pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. A quarta geração da Escola dos Annales é referente a um período que se inicia em 1989, neste momento há um desenvolvimento notório da História Cultural e os grandes nomes que a representam são, por exemplo, Georges Duby e Jacques Revel.

Mas, no Brasil, é recente a preocupação com uma metodologia específica para a historiografia linguística no meio acadêmico. Altman (2004, p. 15) ressalta,

cronologicamente, alguns estudiosos alemães como Benfey (1965), Steinhilber (1890-1891) e Arens (1969). Milani (2008) apresenta outras influências:

Além de Humboldt, apresentam-se William Dwight Whitney (1826- 1893) e Ferdinand de Saussure (1857-1913). Da mesma forma que se reconhece que Humboldt teve como fontes para seus estudos Herder, Bopp, August Schlegel, etc., Whitney teve como fontes Steinhilber, Schleicher, Humboldt, etc., e Saussure teve como fontes Whitney, Steinhilber, Schleicher, Humboldt, etc. As fontes historiográficas são sempre muito difíceis de serem precisadas, porque o pensamento individual é sempre descontínuo e segue o espírito de sua época, logo se tomam esses pensadores como legítimos e exponenciais representantes do espírito de suas respectivas épocas.

Segundo o autor, é possível que, embora não haja registros de utilização da referida metodologia em estudos brasileiros do final do século XIX e início do século XX, há indícios no *Manual de filologia portuguesa* de 1952 (Serafim da Silva Neto) com recomendação da leitura de Benfey (1965).

Porém, segundo Milani (2008), as lições de Mattoso Câmara divulgadas pela Revista de Cultura, “Os Princípios de Linguística Geral” (1942), e foram fundamentais para estudos de língua portuguesa. Sua contribuição foi notabilizada pela “organização didática da teoria linguística mais em voga”. Porém, a ausência de regulamentação da disciplina Linguística, já citada, não favoreceu a repercussão desejada.

Desse período, como sugere Pinto (1981, p. XLII), houve um legado de “respeito à cultura nacional” com relação à pesquisa científica. Ao citar Antonio Cândido, a autora respalda a ideia:

Estamos assistindo em São Paulo à formação de uma geração que encara a atividade intelectual como um estudo e um trabalho que sejam instrumentos de vida, sendo esta concebida como uma necessidade permanente de revisão em ataque sem dó a tudo que signifique individualismo narcisístico e hipertrofia do próprio eu.

No entanto, é com Chomsky (1966) que a teoria para desenvolvimento da pesquisa linguística ganhou legitimidade, conforme Altman (2004, p. 16):

É consenso entre os pesquisadores contemporâneos que a historiografia linguística, como legítima especialidade acadêmica, recrudescer e generalizou-se a partir do IX Congresso Internacional de Linguística, de 1962, realizado em Cambridge, quando Noam Chomsky chamou atenção para a tradição que se desenvolveu em torno, especialmente, das proposições

de René Descartes, Port Royal e Wilhelm Von Humbolt. O interesse do *cartesian linguistics* (Chomsky, 1966), modo como designou o “estudo da linguagem, da psicologia e de temas relacionados, que se desenvolveu mais ou menos no quadro teórico cartesiano”, não foi apenas esse evidentemente.

Da junção entre a crítica às teorias contemporâneas e o apego às do passado, surgiu a chamada “revolução chomskiana²”, motivo também de debates no meio acadêmico. A descrição de Milani (2008) sintetiza tal pensamento:

Por essa ordem metodológica seria possível penetrar na estrutura de uma obra, verificando seus conceitos e as fontes refratadas, isto é, essa obra sincronicamente como refração de uma diacronia legível em suas linhas, e seria possível perceber a estrutura de um conceito, ao longo de uma diacronia, as contribuições individuais nas diversas vezes que fora enunciado.

Merecem destaque também os influentes estudos de Saussure no póstumo *Curso de Linguística Geral* (1916) que separa conceitos como *linguagem, língua e fala*, estabelecendo a linguagem como atributo da capacidade humana (Milani, 2008):

Está claro na obra de Saussure que ele estava envolvido com as exigências que a sociedade fazia aos cientistas, o chamado cientificismo. Saussure não podia conceber, como era típico em seu tempo, que um estudo científico pudesse ser feito de um modo que não possibilitasse um controle metodológico dos resultados e do percurso a ser seguido na direção de um resultado. Por outro lado, qualquer explicação que Saussure tenha dado para os conceitos da língua não escapou das influências predominantes em seu tempo: a Economia, a Psicologia e a Sociologia. Essas duas últimas, principalmente, estavam muito presentes na atuação filosófica no final do século XIX. Assim, as partes da língua são eminentemente psíquicas, como prova o circuito da fala; ela é cunhada no seio da sociedade, é portanto um fato social.

Assim, a Linguística definida como ciência perpassava pelo caráter social de construção com Saussure, conforme descrito na exemplificação de Milani (2008):

² As teorias linguísticas de Chomsky sofreram muitas alterações desde que foram apresentadas pela primeira vez, causando nessa altura uma “revolução na linguística”. Diz-se por vezes que estão [...] “em grande ebulição”. Isto não o incomoda: “uma ciência imatura”, argumenta ele, tem inevitavelmente ritmos de mudança acelerados, mesmo nos seus princípios mais gerais. Em todo o caso, ele continua a defender os seus princípios fundamentais: o de que uma gramática não é simplesmente uma descrição mas antes uma teoria explicativa; o de que investigá-la é estudar a “competência” e não o “desempenho”; o de que uma psicologia de pendor empirista é incapaz de explicar como uma criança aprende a sua primeira língua; o de que a linguística teórica é uma peça chave para a compreensão da mente. Este ataque ao empirismo e o ressuscitar de conceitos de tipo kantiano como o de estruturas mentais inatas que delimitam a forma que as nossas acções podem tomar foram os factores básicos da influência filosófica exercida por Chomsky. (Retirado de *Recent Philosophers*, de John Passmore (Duckworth, 1988, pp. 33-38).

Saussure estudou predominantemente o indo-europeu, e seu trabalho mais importante nesse domínio é o *Mémoire*³. Apesar desse detalhe, ele é conhecido pela ampla divulgação que teve o livro *Curso de linguística geral*. O *Mémoire*, que foi seu primeiro trabalho publicado, faz um levantamento pormenorizado de tudo o que havia sido escrito sobre as vogais do indo-europeu e das línguas europeias. Saussure, como todos os comparatistas e neogramáticos europeus, estava preocupado com a origem de sua civilização.

Os anos 1970, segundo Altman (2004, p. 16), estão marcados pelas concepções citadas com ênfase aos autores estrangeiros e destaque ao “isolado manual” de Mattoso Câmara (1975).

Pela tardia implantação da disciplina linguística no meio acadêmico brasileiro (1962), Altman (2004, p. 17) atribui a aplicação da prática de análise linguística mais voltada aos estudos do presente, em detrimento ao passado:

O resultado é que, à exceção de Mattoso Câmara, poucos linguistas brasileiros das décadas de 1960 e 1970 se dedicaram à tarefa de elaborar textos sobre história da linguística, embora esse tópico, aparentemente, tenha feito parte dos currículos das Faculdades de Letras que foram surgindo neste período (...) Até os anos 80, só a *História da Linguística*, de Mattoso Câmara pôde ser citada como manual suficiente abrangente, elaborado por um linguista brasileiro. Mesmo assim, trata-se de um conjunto de textos originalmente escritos em inglês para um público não-brasileiro.

A observação de Altman (2004, p. 21) acerca dos “manuais de história da linguística mais tradicionais” (1960 e 1970) atribui destaque a De Clerq e Swiggers (1991) pelo consenso na orientação para análise de textos publicados. Para a autora, é conveniente o destaque ao processo de produção:

Uma historiografia com essa orientação sustenta, na perspectiva dos dois autores, uma visão da história da linguística como uma sucessão de enunciados explícitos sobre a estrutura, a função, a história, a filiação e a inserção cultural das línguas, ou sobre os modelos de análise das línguas. Com efeito, de maneira geral, esses manuais não discutem a legitimidade do material que os constituem, tampouco explicitam o critério de seleção utilizado para incluir (ou excluir) esta ou aquela teoria, esta ou aquela tradição de pesquisa, estes (e não aqueles) linguistas. A história da linguística, dessa perspectiva, é a história de um conhecimento já constituído, metalinguisticamente elaborado, e revestido de interesse teórico.

³ Completo memorial sobre o sistema de vogais indo-europeias, relatando tudo o que se havia escrito até então sobre o assunto. O método de estudos e de desenvolvimento teórico utilizado poderia ser classificado atualmente como um método historiográfico.

Hodiernamente, a necessidade de estabelecer uma metodologia para desenvolvimento de estudos concentrados no âmbito da historiografia linguística permitiu que atividades de pesquisa tivessem embasamento na proposta de Hymes (1983, apud Altman 2004, p. 18):

Hymes antecipou os pontos que viriam a caracterizar as principais tendências da historiografia linguística contemporânea: autorreflexão metodológica; definições intencionais do objeto; ampliação do escopo e datação; contextualização; abertura para a linguística antropológica, a história, a filosofia e a sociologia das ciências.

Quanto às fontes de pesquisa para desenvolvimento historiográfico, Altman (2004, p. 21) sugere não excluir “textos menores”, salientando a importância da linguística como ciência. A definição de “atividade historiográfica”, proposta pela autora, condensa o processo de construção do estudo proposto:

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, a partir de um conjunto de procedimentos básicos minimamente consensuais, como a dupla competência em história e linguística da parte do historiógrafo.

Altman (2004, p. 25) observa que há uma importância maior atribuída aos textos de maior contribuição literária e cita as possíveis exclusões. Para a autora, tal desprezo dificulta a apreciação que o *background* exerceu sobre a produção do texto:

Os textos de alcance teórico estudados pelo historiógrafo da linguística são (explícita ou implicitamente) ladeados por práticas – ritos, jogos linguísticos, atividades de ensino, atividades políticas e administrativas – que revelam a natureza e a função desses textos. Nossa tendência a levar em conta apenas os considerados grandes textos do passado, excluindo textos “menores” – manuais escolares, dicionários práticos, informações encontradas em enciclopédias e trabalhos de referência geral –, dificulta-nos avaliar o papel que o *background*⁴ institucional, ou simplesmente pragmático, pode ter exercido sobre o modo de produção daquele texto. A linguística, afinal, é uma ciência e uma disciplina; conseqüentemente, sua história é parte da história geral das ciências e das disciplinas.

⁴ Conjunto das condições, circunstâncias ou antecedentes de uma situação, acontecimento ou fenômeno.

Assim, dentre os ditos “textos menores”, o gênero almanaque foi aqui utilizado, com um recorte específico, e nele aplicado os princípios investigativos de Koerner (1996), conforme descritos a seguir.

1.2 A Proposta Metodológica de Koerner

A necessidade de aplicação de uma metodologia eficaz para pesquisa historiográfica promoveu inúmeros debates. Sendo um deles acerca das definições atribuídas à Gramática como o estudo ou tratado dos fatos da linguagem, falada e escrita, e das leis naturais que a regulam. Mas para que sua ampla relação com os fatos exista é essencial esse entrelaçamento.

Os princípios propostos por Koerner (1996) oferecem esse subsídio. Os três princípios fundamentais – Contextualização, Imanência e Adequação –, segundo Koerner (1996, p. 60), sistematizam o desenvolvimento da pesquisa de forma a conferir-lhe caráter científico, a saber:

O primeiro princípio [...] diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em que as teorias se desenvolveram. [...] o próximo passo consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico.

Sobre o último princípio – Adequação – há uma detalhada orientação:

Somente depois que os dois primeiros princípios foram seguidos (assegurando, desta maneira, que um pronunciamento linguístico tenha sido localizado e compreendido no seu contexto histórico original), pode o historiógrafo aventurar-se a introduzir, ainda que muito cuidadosamente e colocando seu procedimento de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito, ou teoria.

Especificamente, atribui-se ao pesquisador, ao aplicar o primeiro princípio, o levantamento das tendências culturais inerentes ao período do documento em estudo. Tal procedimento permite inferir que pensamentos nortearam a produção, Koerner (1996, p. 60) ratifica:

O primeiro princípio para a apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’

geral do período em que as teorias se desenvolvem. As ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período; o ‘espírito da época’ [Zeitgeist] sempre deixou suas marcas no pensamento linguístico. Às vezes, a influência da situação socioeconômica, e mesmo política, deve igualmente ser levada em conta.

Quanto ao segundo princípio – Imanência – sugere compreensão do documento, histórica e linguisticamente, visando ao entendimento das concepções intelectuais do momento de escrita do texto em pesquisa.

Tal procedimento revela a pluralidade de ideias que permearam a mentalidade da época para, analogamente, aferir as interferências no documento em estudo. Sobre isso, Koerner (1996, p. 61) salienta:

Raramente é feita uma distinção entre um tipo de influência que diz respeito a experiências compartilhadas, educação, e ao clima de opinião, de um lado, e a influência direta que pode ser documentada com base em referências explícitas, comparação de textos, agradecimentos públicos, e assim por diante. A armadilha do uso descuidado do argumento da ‘influência’ pode ser ilustrada pela referência a um número considerável de relatos recentes (supostamente) históricos.

O terceiro princípio – Adequação – confere ao pesquisador as possibilidades interpretativas por ele desenvolvidas. De valor científico, tais análises propõem revelar que os estudos gramaticais podem apresentar concepções divergentes, quando comparados a outros contextos. Resumindo, Silva (2011, p. 19) propõe que

Ao estudarmos o objeto língua, é possível lançarmos um olhar de inovação, que integra os estudos da linguagem às condições histórico-sociais, conciliando perspectivas linguísticas, históricas e socioculturais e agregando valores no estudo do documento. Verificamos ainda a criação de novas abordagens e de uma nova metodologia para o tratamento da língua, tornando estas informações pertinentes para o pesquisador, ao permitir-lhe que elabore uma nova conduta, dentro de cada ciência, determinando novas ações e assumindo conceitos e metodologias.

Em resumo, Altman na Revista da ANPOLL nº 2 (1996, p. 183), descreve as tipologias propostas por Konrad Koerner:

Koerner identificou três tipos gerais de texto historiográfico em ciências da linguagem. O primeiro tipo, que denomina ‘história-resumo’ é a história geralmente escrita por um pesquisador proeminente na área em que atua, já pelo final da sua carreira acadêmica, convencido de que os principais objetivos de sua disciplina já foram conquistados e de que o trabalho que

resta para as novas gerações consiste no que Kuhn⁵ denominou ‘operações-limpeza’. Do ponto de vista deste historiador, o quadro teórico da disciplina já está suficientemente amadurecido para que o pesquisador comum execute suas investigações, sem que sejam necessárias revisões importantes na metodologia geral de trabalho, já suficientemente estabelecida. Um segundo tipo de texto historiográfico apontado por Koerner nos artigos citados pode ser caracterizado como aquele em que a principal motivação do historiador – em geral, mais jovem do que no tipo anterior, e em estágios iniciais da atividade acadêmica – representa um grupo específico da disciplina disposto a relançá-la sob ‘novas’ bases, geralmente em franca oposição com a geração imediatamente precedente. O conhecimento produzido sobre a linguagem, anterior ao momento que lhe é contemporâneo é, na sua proposição, um estágio a ser ultrapassado e sua argumentação, frequentemente polêmica, se baseia em reiteradas reivindicações de ‘novidade’ e ‘originalidade’. O terceiro tipo de trabalho historiográfico, caracterizado por Koerner como o ideal desejável a ser buscado pela historiografia da linguística contemporânea, não visa nem a defesa de um paradigma particular, nem a reivindicação de uma revolução científica no interior da disciplina. Trata-se da tentativa desinteressada de estabelecer, *sineira-et-studio*⁶, o conjunto de fatos historicamente pertinentes na cronologia da disciplina, a partir de um conjunto de princípios pré-estabelecidos.

Desse modo, o reforço de “o ideal desejável a ser buscado”, reflete-se na tríade: “descrever, explicar e analisar” e configuram-se ações essenciais ao fazer científico especificado no terceiro tipo de trabalho historiográfico.

Jesus (2013, p. 39) ressalta a importância do surgimento da historiografia linguística no momento de ruptura da ciência, salientando o caráter inovador dos estudos linguísticos, utilizando documentos escritos.

Os princípios metodológicos apresentados são estabelecidos para sistematizar e fornecer fidelidade ao estudo através dos documentos, tornando o fazer historiográfico mais vasto e vigoroso. Vale destacar que a separação dos princípios se faz apenas por uma questão metodológica e faz com que o profissional ultrapasse os limites linguísticos e históricos para sua análise, com um conhecimento praticamente enciclopédico, além da habilidade para reorganizar o seu objeto, não só na descrição, mas explicando-o e interpretando-o numa nova perspectiva.

Os princípios metodológicos acima descritos direcionaram o presente estudo no sentido de promover a execução do caráter investigativo da proposta na reconstrução dos fatos, ora linguísticos, ora extralinguísticos. Nos capítulos seguintes, tal metodologia será aplicada.

⁵ Thomas Kuhn foi um pesquisador da Filosofia da Ciência que defendeu o contexto de descoberta, o qual privilegia os aspectos psicológicos, sociológicos e históricos como relevantes para a fundamentação e a evolução da ciência.

⁶ Sem ódio e sem preconceito. É a diretriz de Tácito para aqueles que desejam escrever a História; sem parcialidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ALMANACK CORUMBAENSE

Ao tratar do “clima de opinião”, há referências ao momento histórico da produção em estudo. As ideias estabilizadas em um determinado período aparecem sedimentadas e, portanto, segundo Koerner (1996 apud BASTOS E PALMA, 2004, p. 21) merecem destaque para que sejam percebidos os entrelaçamentos entre a Linguística e a História.

Neste capítulo, uma retomada do citado “clima de opinião” promoverá uma aproximação entre o contexto histórico de produção do *Almanack Corumbaense* e as tendências linguísticas em voga.

2.1 Breve Histórico Documental do Brasil: por uma Língua Brasileira

O intervalo temporal aqui analisado remete ao período pós-independência no Brasil até a produção do *Almanack Corumbaense*.

É coerente destacar tal período porque nele ocorre um debate recorrente sobre a necessária autenticidade do brasileiro frente ao caráter libertário que a Independência promoveu.

Sobre a importância do citado período, Coelho (2003, p. 67) afirma:

O período compreendido entre os anos 1900 e 1930 é certamente uma ausência notável, até pelo conhecido reaquecimento do debate sobre o estatuto da língua em monografias dos anos 1920 e 1930, que requerem um capítulo específico da história do tema. No entanto, os autores aqui focalizados parecem lançar luzes interessantes sobre a questão, na medida em que a exploraram, respectivamente, no momento em que ela despontava como problema relevante e no período em que deixava o lugar de destaque conquistado a partir da independência política do país.

O nacionalismo exacerbado transfere-se pela preocupação com uma emancipação política, conforme descreve Coelho (2003, p. 68):

O surgimento do problema da língua nacional é mais ou menos coincidente com a emancipação política do Brasil, embora ele só passe a ser tratado com certo rigor (exemplificado pela confecção de obras que visam à sistematização de características do idioma, como Paranhos da Silva 1879 e 1880, Rohan 1888, Macedo Soares 1889) a partir da segunda metade do século XIX. De fato, é apenas durante o período de nossa história política

denominado Segundo Reinado (1840-1889) que se flagram maiores esforços no sentido de organizar os símbolos nacionais (Schwarcz 1999) e, a partir deles, fixar uma imagem do país. A questão da língua ganha contornos especiais nesse contexto.

Sobre o caráter nacional da língua, Milani (2008) destaca:

A nação é o único grupo linguístico de que o indivíduo não pode sair. Portanto, toda manifestação linguística executada em qualquer parte da nação estará incluída na língua nacional, porque o espírito nacional apresenta diferenças de indivíduo para indivíduo, mas está limitado pelos recursos e formas da língua. A língua une todas as partes da nação, mesmo que sejam distantes, pois seus recursos são sempre iguais nacionalmente.

Coelho (2003, p. 69) sugere um consenso sobre a diferença do Português do Brasil e de Portugal:

Na esfera linguística, a existência de uma fala peculiar ao Brasil era já uma espécie de consenso que de pouco valia no delineamento de uma nação ímpar e digna. Para a tarefa de equiparação às nações europeias, no que se refere à língua, um elemento tomado como decisivo pelo jurista e literato Macedo Soares, e também por muitos de seus contemporâneos, foi a literatura.

Conforme a autora, era evidente que um reconhecimento da qualidade literária no Brasil deveria estar associado à cultura e à consideração de “corrupção do português do Europa” de que a forma utilizada no Brasil não era viável.

Nesse contexto, a palavra de ordem tornou-se “autonomia”, e grandes nomes da literatura no Brasil aderiram à ideia (200, p. 69):

Apesar das frequentes oscilações quanto ao estatuto do português do Brasil, Macedo Soares perfila-se entre aqueles que propõem sua autonomia em relação ao português de Portugal. E, para defender esse estatuto, recorre além de à literatura, ao vocabulário local, tomado, ao contrário daquela, como expressão contundente de nossas especificidades. Para ele, o léxico captava e exteriorizava uma diferença de visão de mundo e de contexto. E, se era assim, individualizava línguas e nações. Seria, ao mesmo tempo, fruto da diversidade (natural, social, cultural, política e étnica) e um elemento (linguístico) que a comprovava. Cumpriria, desse modo, o duplo papel de incorporar e refletir a organização de uma comunidade de falantes, bem como seu tempo e seu espaço.

Tal reforço serve como parâmetro para anunciar as constantes divergências entre a língua portuguesa no Brasil e em Portugal. São destacadas na obra de Ribeiro (1921, p.

24) referências aos primeiros anúncios de mudanças lexicográficas no Brasil em relação ao Português luso.

Atribui-se a Antonio de Moraes e Silva a melhor compilação da nossa língua, nesta destacou “um grande numero de vozes brasílicas ou portuguesas já diferenciadas na America”.

Nota-se que a repercussão da Independência do Brasil (1822) intensificou ainda mais tal processo. Ribeiro (1921, p. 25) reforça que os brasileiros, inflamados por tal evento separatista, adotaram nomes ou apelidos indígenas: “Tupinambas, Montesumas”, em uma clara oposição ao “odiado onomástico português.”

Pereira (1933, p. 192) discute sobre a possível nomeação, proposta por alguns literatos da época para distinguir-se da língua portuguesa, de dialeto brasileiro. Ao que define:

Em geral, chama-se dialeto a diferenciação regional de uma língua, e ao processo lento dessa diferenciação dá-se o nome de dialeção. Assim no percurso de 2000 anos operou-se na região central da Península Ibérica, a dialeção do latim em português. O português, pois, como o espanhol, o francês e o italiano, são dialetos do latim. No seio, porém, do português, tanto em Portugal como no Brasil, operam-se diferenciações dialetais, que são tanto mais rápidas, quanto menos intensa for a ação conservadora da literatura.

Quanto ao caráter histórico, é atribuída ao Visconde de Pedra Branca (1826) a primeira contribuição teórica sobre os brasileirismos, aplicados no uso corrente, “mas não ofereceram assumpto a nenhuma dissertação academica de origem portuguesa ou brasileira” (Ribeiro, 1921, p. 29). A expressão que inaugura essa proposta é “*idiome brésilien*”, na transcrição abaixo:

Les langues montrent les moeurs et le caractère des peuples. Celle des Portugais se ressent de leur caractère religieux et belliqueux; ainsi, les mots honnête, galant, béate, bizarre, etc., ont une signification bien diferente de celle qu'ils ont en français. La langue Portugaise abonde en termes et frases pour exprimer des mouvements emportés, des actions fortes. En portugais, on frappe avec tout; et quand le Français, par exemple, a besoin d'ajouter le mot coup à la chose avec laquelle il frappe, le Portugais l'exprime du seul mot de l'instrument. On dit en français, un coup de pierre, en portugais, une pedrada; un coup de couteau, une facada, etc. On le peut dire hardiment de toutes choses. Sans manquer à l'idiotisme, on peut aussi hardiment former des superlatifs et des diminutifs de tout adjectif; on en fait quelque fois même des substantifs. L'âpreté dans la prononciation a accompagné l'arrogance des expressions et conserve encore aujourd'hui en héritage; mais cette langue transportée au Brésil, se ressent de la douceur du mlimat et du caractère de

ses habitants; ele a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son energie, ele a plus d'amenité⁷.

Assim, considerada uma época “densa e tensa” da história da língua portuguesa no Brasil, pela dificuldade de sistematizar a produção, o período em estudo apresenta imprecisões quanto à designação do português utilizado no Brasil. Sobre isso, Pinto (1981), afirma:

As meias-tintas garantiriam, assim, uma indefinição pelo menos provisória. Vejam-se a propósito das teses apresentadas ao Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo, em 1937: sob a capa de expressões como *língua nacional*, *linguajar nacional*, *nosso linguajar*, eludia-se o problema, equacionado para outros em termos de dialeto.

À época, há destaque para expressões utilizadas nos manuais escolares em que constam referências como: *língua nacional*, *língua pátria*, *língua vernácula* (Pinto, 1981). O próprio Bomilcar, no prefácio de “A Língua Brasileira” de Domingos de Castro Lopes (1935, p. IX) considera a divergência entre a Língua Portuguesa e a “Brasileira” e sugere a denominação de “língua brasileira”:

José Jorge Paranhos, com o pseudonymo “um brasileiro”, editara, em 1879 uma obra magnífica intitulada “O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil” e uma distinta D. Sarah Villares Ferreira, já havia publicado uma “Grammatica da Língua Brasileira”, quando Castro Lopes produziu esta admirável conferencia. Uns, porem, defendiam apenas o ponto de vista gramatical, outro a literatura e o estylo; este as creações populares e a prosodia brasileira, por mais doce e bem soante que a portuguesa.

⁷ As línguas mostram o moral e o caráter dos povos. Dos portugueses sente-se sua natureza religiosa e beligerante; assim, as palavras honesto, galante, bem-aventurada, bizarro, etc, têm um significado bem diferente do que eles têm francês. A Língua Portuguesa é abundante com termos e frases para expressar movimentos como varrido, ação forte. Em Português, ataca-se, mas quanto aos franceses, por exemplo, precisam adicionar uma palavra à coisa com a qual ele ataca; os portugueses se expressam com uma única palavra do instrumento. Se diz em francês, pedra, de repente; em Português, uma pedrada; uma facada, uma facada, etc. Sem dúvida, certamente para todas as coisas, sem desrespeitar o idioma, que também certamente pode formar superlativos e diminutivos com qualquer adjetivo; Às vezes, até mesmo com substantivos. A dureza na pronúncia tem acompanhado a arrogância de expressões e ainda hoje preserva o legado; mas esta linguagem no Brasil, é sentida na doçura do pronúncia e no caráter de seus habitantes; há emprego de expressões com sentimentos macios, sem dureza e manutenção da energia, sem deixar de ser útil. (Tradução de Eneida Veredas)

Tal como a dificuldade de nomeação para a Língua portuguesa utilizada no Brasil, houve transtorno em delimitar a periodização de tal evento. A mais aceita, segundo Pinto (1981), é a proposição de Renato Mendonça (1936 – *O Português do Brasil*): 1. Fase histórica: de 1826 a 1879, 2. Fase histórico-etnográfica: de 1879 a 1920 e 3. Fase dialetológica: a partir de 1920.

Sobre a citada fase, a obra *A Língua Nacional* (Notas Aproveitáveis), João Ribeiro (1921), revela as peculiaridades do “idioma portuguez na America” que, segundo o autor foi endereçada “à curiosidade dos amadores e estudiosos”. Sobre uma língua brasileira autêntica, Ribeiro (1921, p. 8) revela:

Parece todavia incrível que a nossa independencia ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. Parece-nos oportuno examinar essa questão sob aspectos menos technicos e, acreditamos, mais apreciaveis. A nossa gramatica não póde ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionaes reclamam estylo e methodo diversos.

Ribeiro (1921, p. 18) expõe ainda a escassa adesão de escritores a um projeto nacionalista ao referir-se a “meia duzia de escriptores do fundo d’alma brasileiros”, por considerar a maioria como adeptos do “lusismo galvanoplastico”. O autor é mais crítico ao considerar a atitude de grande parte dos escritores como “desprezível e servilmente colonial”.

Essas diferenciações comuns ao Brasil ficaram evidenciadas também em Portugal, marcantes nos “duelos literários”, é primordial salientar o evento intitulado “As Farpas”, envolvendo Eça de Queiroz e Ramalho Urtigão. Os embates – ora entre filólogos, ora entre gramáticos – motivaram, no Brasil, uma proposta antilusitana e, ao final do século XIX, foram consolidadas, principalmente, entre os literatos.

Tal efeito marcou a insatisfação social em Portugal, conforme descrevem Lopes e Saraiva (1982, p. 11), ao citar o episódio “As Farpas”, nele Eça demonstra sua rejeição na Conferência no Cassino Lisbonense, passando a produzir crônicas críticas sobre aspectos da sociedade portuguesa, conforme se vê:

Na verdade, As Farpas nada seriam que críticas ao sistema social português, promovidas por Eça, conforme a sua visão de mundo, ou seja, o autor apresenta a sociedade decadente portuguesa, subjuga a arte padronizada na época. Dessa forma, localiza-se, aqui, um Eça extremamente agressivo,

irônico, por vezes satírico, no afã de alcançar as mudanças que acreditava serem de fundamental importância para que a sociedade portuguesa voltasse a trilhar o caminho do desenvolvimento social e cultural, como todos os demais países do continente europeu; no entanto, para que o povo português conseguisse alcançar tal patamar, na visão do escritor, seria de real necessidade que esse mesmo povo gritasse contra o sistema, sobretudo político, corrompido em sua totalidade.

Vê-se, nesse caso, uma produção literária voltada à “fotografiação” realista do contexto sócio-político português. Eça, dedicou-se a propagar o rompimento com os modelos vigentes, de cunho religiosos, em Portugal – como o fez na obra “O Crime do Padre Amaro”, 1875 e Relíquia, 1887.

Ademais, conforme Ribeiro (1921, p. 22), ocorria, ainda, uma valorosa importância à diplomacia em além-mar, de forma que alguns autores brasileiros, ao tratar do assunto “língua brasileira”, preferiam sugerir que as diferenças linguísticas baseavam-se apenas na língua falada, sugerindo que “os leitores sempre entenderam Júlio Ribeiro ou Aluísio Azevedo da mesma forma que Abel Botelho ou Eça de Queirós”.

O autor citado trata tal ideia como “falsa” e reforça tal argumento expondo o pensamento de Xavier Marques, conforme Ribeiro (1889, p. 25):

A diferença maior, bem pronunciada, é a da língua falada e da escrita. A cultura literária filtra para uso dos escritores a torrente dialetal. O folclore utiliza-a com todos os resíduos. Em literatura, sobretudo, o dialeto não passa de alguns fios contados na tecitura da frase: do que resulta, para olhos espertos, uma impressão apenas fugidia da mescla (...). A evolução da língua segue todas as vicissitudes da vida nacional, momento a momento, é uma série de flagrantes dos sucessivos estados da alma e situações mentais do povo.

Silva Neto (1986, p. 237) apoiou-se na “história do Brasil, na formação e crescimento da sociedade brasileira” e é esse pensamento que reforça a curiosa análise de Renato Mendonça (apud Cunha, 1979, p. 260):

No Brasil, se deu uma inversão das coisas. O geral é um povo falar a sua língua que depois se aperfeiçoa nas mãos de trovadores populares, subindo gradativamente até possuir uma grande literatura. Mas como lembrança desta evolução histórica, existe sempre entre essas línguas uma influência recíproca que se dá entre língua escrita dos literatos e língua falada do povo. No Brasil se deu a inversão. Recebemos de um lado a língua escrita já trabalhada, que para cá foi trazida por cronistas e doutores. Por outro, chegou-nos uma língua

falada pelos colonizadores, a qual, depois com o tempo, se diferenciou da primitiva.

Opositores de tais ideias bradavam em forma de manifestos e publicações de pouca ressonância, mas de enorme contribuição ao conceito de “língua brasileira” como proposto por Álvaro Bomílcar.

Ribeiro (1921, p. 8) ratifica tal ideia ao afirmar que parece “incrível que nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos” referindo-se, no caso, à submissão de palavras.

Bomílcar sugere a expressão “brasileirismos”, por compreender as divergências entre a linguagem vernácula e a utilizada no Brasil: “há quem dê ao conjunto dessas divergências o valor de dialeto, mas o conceito de dialeto não tem, é verdade, limites bem assinalados”.

A nomeação dessa aparente desvinculação do português brasileiro do português representou assim uma oscilação na nomenclatura: “dialeto brasileiro”, “luso-brasileiro”, “luso-americano”, “neoportuguês”, “brasileiro”; mas, de qualquer forma, como sugere Pinto (1978, p. XXXIII) sobre a língua: “considerada superior à de Portugal, quer pelos românticos, quer pelos sucessores; isso autorizava a fundamentar a autonomia brasileira”.

Coelho (2003, p.71) explora a ideia de que, analogamente, a discussão acerca da língua perpassou seu limite, a “criação do mito brasileiro original” é também uma prova da tendência libertária dos moldes europeus:

Exemplificado em obras como *Iracema*, ocorre com a construção da ideia de uma língua do Brasil. Ela é preferencialmente um mestiço de branco e índio, com as mais nobres qualificações. E o elemento negro também teria contribuído, “posto que mais parcamente”, para a formação dessa identidade lingüística, ou ao menos lexical, do Brasil (Macedo Soares 1942[1874/1891]). Lidar com essa identidade exigiria a ampliação do conhecimento sobre as chamadas “línguas rudes”. Por meio de seu estudo, seria possível saber mais sobre a língua culta e a literatura de qualidade que aqui se formavam. A mistura de língua européia com línguas “selvagens” dava o tom específico do português do Brasil, que, paradoxalmente, era mais puro que o lusitano, porque menos contaminado pelo francês.

Vê-se assim que ao analisar a história de luta por uma língua autêntica do Brasil, culmina-se no seu processo de evolução lingüística e, conseqüente, o debate mais próximo de uma reflexão social do Brasil em sua contínua busca por independência.

Considerando tal contexto, é essencial destacar a produção histórico-cultural da época, a seguir, com intuito de estabelecer parâmetros para uma análise mais detalhada.

2.2 Mato Grosso e sua Produção

Jesus (2012, p. 94) destaca a importância do Estado de Mato Grosso desde a sua colonização na primeira metade do século XVIII:

Sendo o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) o ponto mais avançado até 1734, quando foram descobertas as minas na região do Guaporé, essa vila teve sua origem com a descoberta do ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, em 1719, tendo à frente de tal investida paulistas e reinóis. No ano de 1727 o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722) foi elevado à condição de vila e, nesse momento, pertencia à jurisdição da capitania de São Paulo. Em 1748 essa capitania teve sua circunscrição reduzida em função das fundações das capitanias de Mato Grosso e de Goiás. Embora tivesse uma vasta extensão territorial que totalizasse 48 mil léguas, a capitania de Mato Grosso era constituída por apenas dois distritos, o do Cuiabá e o do Mato Grosso, e suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo. Além delas, arraiais, povoados e edificações militares foram criados ao longo da linha de fronteira no decorrer do setecentos e somente em 1820 uma nova vila foi fundada: a Vila de Diamantino.

Os fatos pertinentes à história do Mato Grosso apresentam-se assim, cronologicamente:

MATO GROSSO DO SUL no tempo		
Província do Paraguai	1617 a 1750	Colônia Espanhola
Capitania de Mato Grosso	1750 a 1822	Colônia Portuguesa
Província de Mato Grosso	1822 a 1889	Brasil Império
Estado de Mato Grosso	1889 a 1977	Brasil República
Estado de Mato Grosso do Sul	1977 até os dias de hoje	Brasil República

Fonte: Historia e Geografia do Mato Grosso do Sul, p. 02, 2005.

Sobre essa disposição de acontecimentos relativos ao Mato Grosso e extensivos à Cuiabá, Jesus (2013, p. 16) destaca a necessidade de aprofundar-se nos eventos históricos da região, levando em consideração a documentação existente desde os relatos de viajantes e expedicionários, no sentido de elucidar o “clima de opinião” e promover um “anseio” pelo aprofundamento do enfoque em questão.

No início do século XVIII, a descoberta de minas de ouro de Cuiabá e Mato Grosso pelos bandeirantes paulistas levou à região muitos aventureiros e sertanistas interessados na riqueza do lugar. Eles iam acompanhados de seus escravos negros e índios e, ainda, levavam empregados brancos, sobretudo, ao longo dos rios Cuiabá e Coxipó, o que povoou a região, abriu arraiais e vilas, alcançaram as minas de Mato Grosso, mais tarde, Vila Bela da Santíssima Trindade, ampliando as fronteiras da coroa portuguesa até a divisa com o território espanhol, atualmente, a Bolívia e o Paraguai. As Monções para Cuiabá partiam de Ararituaba, atual Porto Feliz, em São Paulo, às margens do rio Tietê, em busca dos índios para vendê-los como escravos, e mais tarde, do ouro. Entusiasmados com os relatos sobre ouro abundante, a maioria que chegava era de paulistas, mas muitos vieram de outras regiões, como Goiás e Minas Gerais e até da Bahia e do Ceará.

Nesse contexto, a produção destacada remete às crônicas advindas dos relatos dos expedicionários e, sobretudo, à contribuição historiográfica de tais registros, conforme se vê em Jesus (2012, p. 95):

Os cronistas setecentistas como José Barbosa de Sá, João Antonio Cabral Camelo, Joaquim da Costa Siqueira, Filipe José Nogueira Coelho e José Gonçalves da Fonseca foram referências importantes para os trabalhos produzidos, sobretudo, até fins da década de 1990. As suas narrativas, além de trazerem informações significativas, elas próprias, assim como as trajetórias de seus autores, merecem ser analisadas, já que revelam modos de pensar e conceber o mundo no século XVIII. José Barbosa de Sá, por exemplo, considerado o primeiro cronista de Cuiabá, escreveu a *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até o presente e Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais (1769)*, sendo a primeira obra a mais discutida entre os estudiosos da História de Mato Grosso, pois nela foram narrados os acontecimentos ocorridos em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo. Além disso, as *Relações* serviram como base para a escrita dos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*.

Além dos referidos registros de cunho histórico-documental, há referências às atividades descritas por importantes nomes da história de Mato Grosso, a saber, o *Diário de Reconhecimento do rio Paraguai*, de Ricardo Franco, apresentado por Almeida *apud* Esselin (2000, p. 146)

Este estabelecimento tem a figura de um grande pateo rectangular, é fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprido e 50 de largura, sendo a sua população de 200 pessoas que aqui plantam milho e feijão, que é muito superabundante ao annual consumo; também há muito algodão, que aqui mesmo fiado e tecido pode ir para Cuiabá a troca das cousas mais necessárias aos moradores; a pesca e a caça abundantíssimas, e ainda que esta habitação esteja cercada pelos gentios Payaguá e Aicuruz ou Cavalheiro, contudo pela aspereza do terreno e sua situação que franquea todos estes vários territórios pelo meio do rio Paraguay, não tem sido até o presente insultada pelo gentio.

Ao apresentar outra referência histórica da produção documental mato-grossense, Jesus (2012, p. 97) denuncia o caráter metalinguístico da produção de Joaquim da Costa Siqueira:

No prólogo do *Compêndio Histórico Cronológico das Noticias de Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso*, Joaquim da Costa Siqueira informou ao curioso leitor que a escrita do compêndio foi baseada nos *Anais do Senado da Câmara de Vila Real do Cuiabá* desde 1778 até o fim de 1817. No entanto, as suas informações se limitavam ao Cuiabá, já que as do Mato Grosso desconhecia e não tinha tido tempo de buscá-las. Incentivava a leitura do material, mesmo que o método adotado parecesse *fastidioso* ou com falta de erudição, pois ainda assim quem o lesse saberia das noticias *deste Novo Mundo, que certamente ignoras*. Por isso, não deveria o leitor se fazer Aristarco⁸. Joaquim da Costa Siqueira foi um dos vereadores a redigir os *Anais* da câmara de Cuiabá, compilando na década de 1780, com alterações, as informações de José Barbosa de Sá até os anos de 1765 e utilizando outras fontes. De 1766 a 1786, Siqueira foi o narrador exclusivo dos textos apresentados nos *Anais* da câmara de Cuiabá.

Sobre o Período Colonial, Jesus (2012, p. 99) revela que não há um esgotamento das fontes descritas no tocante à historiografia, mas propõe uma análise mais aprofundada dos citados documentos:

Ao mencionar esses cronistas não esgotamos as possibilidades de textos setecentistas possíveis de serem analisados, pelo contrário, apontamos para a necessidade de não os deixarmos no ostracismo, já que são apenas algumas das chaves que nos permitem adentrar no universo colonial mato-grossense, a partir de novas ou velhas perguntas. Eles podem nos levar a outros caminhos e não se bastam, assim como os *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá* e os *Anais de Vila Bela*²². Os *Anais* e os temas neles a serem pesquisados merecem ser articulados a outros documentos, pois, como dito acima, os do senado da câmara de Cuiabá, por exemplo, tiveram como base para a sua escrita as *Relações* de José Barbosa de Sá, mas ainda assim, algumas das informações deste cronista sofreram alterações. Ou seja, as informações dos *Anais* foram filtradas, sendo uma das versões do fato. Por esses motivos, as

⁸ Crítico ou censor de grande severidade.

informações apresentadas pelos cronistas e pelos *Anais* merecem ser cotejadas com outras tipologias documentais para melhor análise do processo histórico.

Com o Governo Imperial e a criação de Províncias, Mato Grosso apresentou suas primeiras propostas nativistas, como exemplo, “A Rusga” – quando nativos da capital Cuiabá, ao se sentirem oprimidos pelo abuso e imposição do poder dos comerciantes portugueses, rebelaram-se.

Borges e Peraro (2012, p. 2) revelam que a Guerra do Paraguai (1864) – outro evento significativo – representou “um marco cronológico muito importante na história de Mato Grosso”, já que possibilitou o rompimento do isolamento da região, colocando-a em posição de destaque.

O problema mais aparente do estado era a necessidade de “implementação de uma política demográfica”:

À época do recenseamento de 1872, a população de Mato Grosso contava apenas 60.417 habitantes. Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais apresentavam respectivamente contingentes bem mais expressivos, tais como: 819.604, 837.354, 841.539, 1.379.616 e 2.102.689 habitantes. Nessa mesma época, 4.893.944 pessoas viviam na região Leste; 3.093.901 na região Nordeste; 1.570.840 na região Sul; 332.847 na região Norte, e na região Centro-Oeste, composta por Mato Grosso e Goiás, 220.812 habitantes. Em uma população brasileira de 10.112.061 milhões de habitantes, em 1872, a região Centro Oeste ocupava o menor percentual, 2.2% em relação aos 3.3% da região Norte, 30.6% da região Nordeste, 48.4% da região Leste e 15.5% da região Sul.

Os autores esclarecem que, finda a Guerra, com a reabertura da navegação do rio Paraguai, a província de Mato Grosso e, especificamente, Corumbá, Cáceres e Cuiabá passaram a receber, em escala moderada, se comparadas às províncias do centro-sul, imigrantes platinos e europeus.

Sobre a Guerra, Jesus (2012, p. 96) destaca o quão produtivo foi o citado período ao revelar os chamados “Diários de Guerra” e destaca referências importantes:

Alguns documentos podem ser citados: *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, do General Dionísio Cerqueira; *Guerra do Paraguai*, de Antonio de Sena Madureira e *História da Guerra do Paraguai*, do General Max von Versen. Os dois primeiros documentos revelam uma visão de Solano Lopez como extremamente ambicioso. Já o documento advindo de Versen tem uma visão menos favorável do Brasil.

Sousa (2008, p. 59) destaca a importância dos relatos quando da invasão em Corumbá:

Relato 1. A coluna paraguaia, ao mando do coronel Vicente Barrios, cunhado do marechal Solano López, a 3 de janeiro de 1865, efetua desembarque e ocupação da vila de Corumbá, abandonada desde o dia anterior. Relato 2. As casas foram inteiramente saqueadas, (...), sendo conduzido o que nelas encontravam para o acampamento, onde em presença do comandante se repartiu o roubo, reservando-se o que havia de mais delicado e precioso para López. Relato 3. As mulheres foram muito maltratadas sendo Barrios o primeiro a dar o exemplo. Um brasileiro importante foi conduzido com a sua filha a bordo do navio em que estava Barrios e recusando o pai a entrega-la, foi violentamente arrastado à terra e ameaçado de ser fuzilado, ficando a filha em poder do general.

Jesus (2012, p. 97) ratifica a importância dos relatos de teor documental para a região:

Esses relatos são importantes documentos para a descrição dos ataques nessa região. Informa sobre a chegada do inimigo à localidade de Corumbá, explana como se deram os saques e cita quão violento era a abordagem dos invasores. Esses relatos dão rosto a cada vítima da guerra. Mostram que atrás dos números, havia uma vida, uma história, uma pessoa. Com relação às diferentes correntes que buscam explicar o conflito, verifica-se que os documentos produzidos sobre a Guerra do Paraguai, apesar de servirem de fonte de entendimento desse conflito, muitas vezes se contradizem justamente em razão de haver várias correntes acerca do tema. Daí a importância em se analisar os diversos relatos, diários e escritos, com imparcialidade e entendendo o clima de opinião da época em que foram escritos.

O final da Guerra do Paraguai não implicou imediatas mudanças no cotidiano da população mato-grossense. A reorganização urbana e econômica das vilas localizadas ao sul da província, a exemplo de Corumbá e Dourados, cidades diretamente atingidas, exigiu um tempo mais longo de recuperação.

De modo geral, essa reabilitação ocorreu de forma lenta, mesmo para aquelas localidades, como Cuiabá, onde o confronto bélico não se efetivou concretamente.

Porém, a perda de contingentes populacionais, provocada pela guerra e pela varíola, havia reduzido significativamente o número de habitantes da província, como um todo. Essa afirmativa leva em conta a queda de cerca de 12.000 habitantes no período. Ou seja, de 64.000 em 1862, a população da província foi reduzida para 52.000 no ano de 1869.

Borges e Peraro (2012, p. 5) esclarecem ainda que pelo censo de 1890, foram registrados em Mato Grosso apenas 958 estrangeiros, sem indicação sobre sua

procedência. Desses, 163 estavam em Cuiabá e em Corumbá e Cáceres, 252 e 258, respectivamente.

A imigração de contingentes dos países vizinhos era vista por parte dos administradores como pouco contributiva para o desenvolvimento da província.

Os paraguaios e a população latina em geral eram tomados como portadores de *má índole*, conforme se pode perceber através dos relatórios dos presidentes da província, no final dos anos 70 e na década seguinte.

Sobre a produção intelectual do período, Jesus (2014, p. 16), os periódicos ganharam destaque, com evidência à cidade de Corumbá.

Em 1879 nascia *O Iniciador*, fundado pela firma Serra e Guimarães e que sobreviveria até 1884. A 25 de julho de 1880 chegava a vez do *O Corumbaense*, de publicação bissemanal, sob a direção de Generoso Nunes Nogueira e André Troiano Rocha Passos. De 1884 a 1888 funcionou a *Gazeta Liberal*, órgão do Partido Liberal, dirigida pelo advogado João Antônio Rodrigues. De 1888 a 1896 *O Oasis*. A 22 de janeiro de 1891 despontava *O Lidador*, folha de matiz político e de curta duração, órgão do Partido Republicano (SOUZA, 2008, p. 74-75).

Contextualizado o “clima de opinião”, cabe delimitar o contexto à cidade de Corumbá, então domínio mato-grossense, no sentido de respaldar a proposta metodológica que direciona o desenvolvimento de uma pesquisa historiográfica.

2.3 Corumbá e sua Produção Histórico-cultural

Souza (2003, p. 1) destaca o crescimento da cidade de Corumbá, no período pós-guerra do Paraguai, e atribui seu desenvolvimento, inclusive comercial, à posição geográfica satisfatória:

A vila de Corumbá, na fronteira Oeste do Brasil, nos primeiros anos após a guerra contra o Paraguai (1864 – 1870), apresentou significativo crescimento. Assim, foi elevada à condição de cidade em 1878. Seu porto fluvial era o último acessível à navegação internacional que subia pelo rio Paraguai. Por esta razão e em função dos incentivos fiscais do governo imperial, nela instalaram-se várias casas comerciais. Também recebeu movimento de imigrantes vindos pelo estuário do Prata. Entrou, dessa forma, no circuito comercial mundial de mercadorias. Tornou-se a segunda cidade de Mato Grosso, rivalizando com a capital Cuiabá no início do século XX. Neste contexto, os comerciantes aspiravam pela construção de um porto moderno, que ganhou expressão especialmente num projeto de reforma da cidade baixa. Pensava-se na construção de um cais, acompanhado de infra-estrutura

para transporte de mercadorias através de uma linha férrea; a construção de túnel colocando em comunicação os setores baixos da cidade e mesmo um elevador para ligá-la à cidade alta . Enfim, uma urbanização do porto que o tornasse eficiente e desse à cidade ares de adiantada aos olhos de seus visitantes.

A sugestão de “ares adiantado” descrita acima, por vezes, aparece descrita e elogiada com constância, como a transcrita por Souza (2003, p.2), atribuída ao Tenente Coronel João de Avila Franca, em um dos periódicos da cidade:

O espírito expande-se diante de um dos melhores pontos da base oriental da serra de Albuquerque, do alto de cuja barranca, aí, se deve gozar de um panorama esplêndido sobre os extensos pantanais e a baía de Tamengos erguendo-se também a vista nas sinuosidades do rio Paraguai. Em seguida a essa conjectura surge a idéia de uma dupla cidade, a baixa e a alta, destinando-se naturalmente a primeira à vida comercial (O Brazil, 19 out. 1902).

Tal concordância é descrita em Souza (2005, p.1)

O final da Guerra do Paraguai (1864-1870) marcou a efetiva liberação da navegação internacional pelo rio Paraguai, contexto que trouxe impulso e dinâmica a Corumbá, na fronteira com a Bolívia. A vila, há quase um século, permanecera sem maiores mudanças. Fora fundada em 1778, à margem direita do rio Paraguai, para servir de ponto de apoio ao forte Coimbra, e assegurar territórios a Portugal, então disputados com a Espanha. Seu porto fluvial passou a ser o ponto terminal daquela navegação, o que contribuiu para que em 1878 fosse elevada à condição de cidade.

Tornam-se evidentes as constantes analogias ao progresso da cidade: perfis humanos, arquitetura, relações comerciais e as constantes referências a ambientes destinados a eventos culturais são marcantes, conforme a descrição de Souza (2003, p.2):

Nesse período recebeu fluxo de muitos imigrantes, paraguaios, bolivianos, italianos, portugueses e posteriormente sírio-libaneses, que tiveram participação direta na constituição de sua vida urbana. Vieram também migrantes nacionais de vários lugares. Assim, Corumbá, que na época de sua ocupação pelos paraguaios em 1864, possuía aproximadamente mil e quinhentos habitantes, teve a sua população triplicada até o início dos anos 1880. A liberação da navegação possibilitou a aquisição e instalação de máquinas a vapor, no eixo Cuiabá-Corumbá, antes impossível através do caminho terrestre por Goiás, que requeria três meses de viagem em lombo de muars. Corumbá passou a conviver com as máquinas a vapor em empresas, (marcenarias, lavanderia, cervejaria), nos transportes de navios. Contudo, as atividades econômicas repousavam basicamente sobre o setor comercial, especialmente no comércio de importação e exportação, que constituía seu

maior esteio, seguido do comércio interno à província/estado, formando uma verdadeira rede de interligação fluvial a partir de Corumbá, que tomava toda a bacia do rio Paraguai, a região Oeste de Mato Grosso, especialmente com as cidades de Cuiabá e Cáceres, mais ao Norte, como também na região Sul, com Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana e Coxim. Em função desse papel de empório comercial, o setor de serviços da cidade foi também se formando, além do comércio a retalho havia despachantes, escritórios de advocacia, gráficas, hotéis, teatro etc.

Data de 1877, o primeiro jornal editado em Corumbá: *O Iniciador*, vinculado a comerciantes portugueses. A importância atribuída à imprensa corumbaense reflete como sugere Souza (2003, p.3): “uma recorrente representação com o moderno, a liberdade e a civilização”; ademais ocorre enaltecimento ao tratar os periódicos como “a inteligência, a razão, o sol que ilumina os povos e seus caminhos”:

Os periódicos defendiam que ocorreriam a partir do campo das ideias, uma arena superior, fruto de luta pacífica (sem conflito), na qual, a razão iluminada, o trabalho intelectual exercido pela imprensa eram indispensáveis. Dentre outras funções, a imprensa se apresentava como defensora e guardiã da liberdade, complemento indispensável da civilização, e salvaguarda dos direitos da coletividade. Essas qualidades auto atribuídas é que qualificavam a imprensa, conforme vários articulistas, como uma das mais significativas conquistas da sociedade moderna, pois a interpretavam como um dos elos da cadeia do progresso (Correio do Estado, 22 maio 1909).

Nesse sentido, a razão iluminista, destacava-se em nome do progresso e a imprensa mantinha seu papel convencendo os leitores, sem qualquer questionamento. Apresentados como verossímeis, os periódicos estiveram, direta ou indiretamente, vinculados a grupos ou partidos políticos, com identificação clara de preferência por grupos sociais: comerciantes e militares tinham maior prestígio em Corumbá. Nesse sentido, reitera Souza (2003, p.3):

A forma despolitizada de se apresentar como representante da sociedade no seu todo, para tal utilizando-se do recurso linguístico do lexema povo, produção de um efeito universal, compunha parte de seu discurso, ideológico, lacunar: na medida em que este se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença *e da contradição*.

O autor insiste na importância de inserção de Corumbá no contexto “civilizado”, citando outro veículo de comunicação:

A instalação do telégrafo marca esse sentimento de pertencimento à civilização. É desse ponto de vista que o Correio do Estado pensava Corumbá, inseri-la na civilização, para compartilhar do progresso dos centros

urbanos mais adiantados do Brasil e, quiçá, de outros países. Note-se que essa perspectiva caracterizava a forma de pensar de grande parte dos intelectuais brasileiros das últimas décadas do século XIX. O país deveria repetir a experiência do Ocidente, porém com uma variante, apressando o processo. Enfim, o projeto era colocar o país ao nível do século, superar seu atraso cultural e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade.

Esse encantamento pelo progresso, nas palavras de Souza (2003, p.4) encontra suas razões no âmbito externo, o que revela uma aparente contradição marcada pela sua descrição:

Muitos periódicos afirmavam que o progresso era fatal e seguia sua marcha, apesar dos embaraços que se lhe opunham. O progresso e a civilização, de certa forma, eram concebidos como se fossem mercadorias que se adquiriam no e do exterior, desconsiderando o movimento de produção cultural local. Tal concepção revela uma vontade de desvinculação das relações sociais e dos conflitos gerados na sociedade. É possível entender então porque o progresso, no pensamento e nas representações dos contemporâneos corumbaenses, estava sempre por chegar ou incompleto, algo para o futuro, certo, mas não presente.

Essa relevância é marca pela presença em ações, consideradas históricas, que aproximam o progresso à ideia de civilidade, conforme se vê em Souza (2003, p.4):

Exemplos dessa concepção podem ser identificados em algumas situações, tais como: a abertura da navegação internacional pelo rio Paraguai em 1856, aclamada como um dos primeiros ares da modernidade que sopraram sobre Mato Grosso; o início das atividades da imprensa corumbaense, em 1877, visto como mais um elo da corrente para o estabelecimento da civilização; a inauguração do telégrafo, saudada, como o que faltava para atingir aquele grau e status e o projeto da ferrovia Noroeste do Brasil, que ganharia de todos os anteriores em expectativas e representações.

Tal descrição é também apresentada no *Almanack Corumbaense*, conforme abordagem a seguir, no sentido de elucidar o “clima de opinião” proposto por Koerner (1996) e desenvolver a pesquisa no âmbito da historiografia linguística.

2.4 O *Almanack Corumbaense*

No Brasil, a passagem do século XIX para o XX foi marcada por grandes investimentos na expansão do parque gráfico, resultando no aumento expressivo do número de jornais. A introdução da fotografia, do telégrafo, novas máquinas de

impressão (rotativas) e composição (linotipo) permitiram a redução de custos e agilizaram consideravelmente a produção.

Pouco a pouco, a imprensa migrou de uma fase artesanal para a industrial. O jornalismo literário do início do século começou a ceder lugar a um jornalismo mais noticioso, no qual a reportagem passou a ser valorizada.

Os classificados que apareceram já na década de 1820 ganharam mais espaço e a publicidade assumiu importância a partir de 1920. Na virada do século apareceu, também, nos jornais a estereotípia – reprodução de textos e imagens por meio do *flan*, matriz que era um molde de papelão e gerava chapas curvas para a impressão em rotativas.

O fim do século XIX e o início do XX foram épocas férteis para o surgimento de novos jornais com edições diárias. A historiadora Abreu (1996, p. 17) apresenta uma cronologia do surgimento dos principais jornais brasileiros:

O Jornal do Commercio foi fundado em 1827, e *O Estado de S.Paulo*, de 1875; imediatamente após a implantação da República, temos o *Brasil*, em 1891, e o *Correio da Manhã*, em 1901. Já neste século apareceram *O Jornal*, fundado em 1919, e os jornais da década de 20, como a *Folha da Noite*, de 1921, que deu origem à *Folha da Tarde* em 1924 e à *Folha da Manhã* em 1925. Também em 1925 foi fundado *O Globo*. O *Estado de Minas* e o *Diário Carioca* surgiram em 1928, e o *Diário de Notícias*, em 1930. Em *Mediação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, jul./dez. de 2009. Em seguida temos *A Manhã*, criada em 1941, mas que teve vida curta, desaparecendo em 1953. O jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, começou a circular no Rio de Janeiro em 1911, sendo seguido por outros vespertinos, como *A Pátria*, *Vanguarda*, e *O Globo*. Esse último também do grupo de Marinho. Nesse período, a oferta de matutinos cresceu bastante: *Imprensa*, *O Tempo*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Manhã*, etc. (Abreu, 1996). *O Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco* (fundado em 1825) são os dois jornais mais antigos em circulação até hoje no Brasil.

Assim, os periódicos, historicamente, apresentaram notoriedade. Sejam “folhetins” ou “almanaques”, eles ganharam um público assíduo no apogeu de suas publicações.

De caráter eclético, o último garantiu seu lugar no cotidiano das famílias brasileiras. De linguagem clara e objetiva, representou, por muito tempo, único elemento de interação informativa nas comunidades rurais, embora se destacasse também no meio urbano.

Antenor Nascentes (Dicionário etimológico da língua portuguesa, 2015, p. 79) atribui a origem de almanaque ao árabe al-manakh, de significação diferente: o lugar onde o camelo se ajoelha. O autor ainda acrescenta outros significados do étimo: estação, muda (de cavalos), região, clima.

Por fim, Nascentes tenta mostrar uma evolução semântica até “calendário”, sem explicá-la: “*lugar onde a gente manda ajoelhar os camelos; daí, conto, que neste lugar se ouve, e, finalmente, calendário*”. Há ainda a referência ao termo em árabe, designa o calendário: *taqwin*.

O gênero almanaque foi pensado, primeiramente, como uma publicação anual, que reunia um calendário em que se destacavam as fases da lua, os eclipses, as previsões astronômicas e variadas reportagens literárias.

O primeiro almanaque foi publicado em Portugal pertence ao ano de 1496, conhecido como *Almanach Perpetuum de Abraão Zacuto*, na cidade de Leiria – particular meio de divulgação de notícias. Sobre sua relevância Eça de Queirós (apud Darciano, s/d, no prefácio para o *Almanaque Enciclopédico* (1896) destaca: “o almanaque é o livro disciplinar que coloca os marcos, traça as linhas dentro das quais circula, em precisão, toda a nossa vida social”.

Com o passar dos anos, os almanaques começaram a atingir as classes burguesas e seu conteúdo foi modificado, passando a contar com assuntos políticos, religiosos e outros interesses específicos da época.

Tal caráter popular advinha, principalmente, da utilização de linguagem simples e, portanto, acessível a todas as camadas da população. Sua formatação original assemelhava-se ao livro ou folheto e, posteriormente, além dos calendários, foram englobados ao seu conteúdo, especialmente, propagandas de remédios, poesias, anedotas e muitas indicações úteis aos leitores.

No Brasil, os primeiros almanaques surgiram no final do século XIX e tinham como objetivo a apresentação e a venda de remédios, além de divulgarem as farmácias da época.

Um dos almanaques de maior destaque é o *Pharol da Medicina*, do Estado do Rio de Janeiro, do ano de 1887, com tiragem de 100.000 cópias, o que significou um número considerável de leitores.

Outros exemplos relevantes são o *Almanack da comarca de Lorena*, de 1882, o *Almanack do Correio de Campinas*, de 1886, e, no Mato Grosso, o *Almanack Corumbaense*, datado no ano de 1889 – *Corpus* deste estudo, na perspectiva de relacioná-lo a um importante instrumento de divulgação de uma língua nacional. Hodiernamente, instituído como gênero, o almanaque ainda é uma variante comum de publicação periódica.

Mesmo oriundo do século XV, os almanaques só encontraram popularidade em meados do século XIX, foram se modificando e se adequando como meio de comunicação por meio de exigências de seus leitores, que eram, como dito, em sua maioria, da população rural e da periferia das cidades.

No *Almanack Corumbaense*, é possível perceber que seus autores objetivavam mais que uma simples publicação, segundo seu editor Ricardo D'Elia (1898, p. 2):

fonte de informações minuciosas e uteis, elemento de propaganda das riquezas naturaes do Estado (...) faz jus á proteção de todos os cidadãos que se interessam pelo bem ser e prosperidade de seu paiz

A edição de cunho positivista é fortemente marcada pelas expressões “proteção de todos os cidadãos” e o destaque às ideias de “bem ser e prosperidade” do país. Uma clara analogia ao clima de expectativa estimulado pelo lema brasileiro “ordem e progresso”.

O *Almanack Corumbaense* foi editado em 31 de dezembro de 1898, mas sua publicação ocorreu no ano de 1899. É composto de 115 páginas e há registro de apenas uma publicação.

Com edição do historiador e geógrafo Ricardo D'Elia e redação dos jornalistas Pedro Trouy e Álvaro Bomílcar, ao estilo almanaque da época, apresenta propagandas, charadas, calendário, piadas, produções literárias, atividades econômicas e informações sobre a cidade.

Tal periódico apresenta um histórico da cidade de Corumbá, a qual foi fundada em 21 de setembro de 1776, pelo então Governador Capitão General Luiz de Albuquerque Velho; retrata a invasão protagonizada pelos paraguaios (1865) e destaca sua prosperidade: a Lei de 21 de maio de 1873 tornou-a comarca, passando a ser cidade em 15 de novembro de 1878.

O município, então “Mattogrossense” de Corumbá, é descrito no *Almanack* como “principal cidade de Matto-Grosso” e detentora de “excellente instituição instrutiva: o Gabinete de Leitura Corumbaense, onde se encontram innumerados tratados scientificos e grande subsidio literário” (p. XIV). A valorização da produção literária é anunciada também na “ligeira estatística”, com “3 typographias.

Os autores da citada publicação esclarecem que foi uma “luminosa idéa de apresentar ao publico do Brazil, uma publicação de propaganda tão necessaria e tão util” (p. XV).

Em uma perspectiva descritiva, os redatores retrataram a cidade e seu pitoresco cotidiano, com precisões numéricas: “dois theatros, 13 tavernas de 1ª classe, 57 de 2ª, 5 padarias, 9 barcos”.

Tal ênfase também foi atribuída aos “vultos regionais”, com destaque à nítida preocupação pela falta de destaque do município em âmbito nacional, conforme se vê (*Almanack Corumbaense*, p. XV):

Ainda que esteja tão desconhecida do mundo official e político, pois que, abrindo uma chorografya do Brazil, cujo autor é um patriota illustre e eminentemente conhecido, o Dr. Alfredo Moreira Pinto, ainda é ella apresentada n'estes laconicos termos: “Corumbá, antiga povoação de Albuquerque, á margem do Paraguay, victimada pelos paraguayos com Alfandega”, E mais não disse. Mas não tem culpa o distincto e illustre historiador e geographo. Culpa temos nós em não termos, há mais tempo, tido a luminosa idéa de apresentar ao público do Brazil, uma publicação de propaganda tão necessaria e tão util como este nosso presente ALMANACK CORUMBAENSE.

Tal proximidade com o público valeu-lhe, inclusive um pedido de desculpas no Expediente. Nele, o editor ratifica a “luminosa idéa” e ressalta as “bôas intenções”. Conforme nota do editor, o periódico devia ter sido apresentado “há mais tempo”, dada a relevância da cidade à época mencionada.

No Expediente, são relatadas as dificuldades para tal edição: “a exiguidade de tempo, a imperfeição das nossas officinas, ainda pequenas e sem aparelhos precisos (...) primeira vez a braços com semelhante obra” (p. 99), o que evidencia o caráter inovador da publicação.

Com o gênero almanaque não é diferente: inúmeras são as contribuições que se configuram na sociedade, ora por seu teor informativo, ora por sua abrangência

linguística. No caso do Almanack Corumbaense, são apresentados os estudos nas áreas de economia, arquitetura e comércio.

O detalhamento oferecido pelos editores privilegia também a exploração desses âmbitos, conforme vê-se em Souza (2005, p. 2) um exemplo da exploração da descrição arquitetônica da cidade:

Entre as alternativas comentava-se, já em fins do século XIX, a possibilidade de construção de um elevador para ligá-las. O Almanack Corumbaense para 1899 discutia essa idéia, mas julgava que seria “coisa para melhores dias”. O engenheiro militar Avila Franca, em 1902, também incluiu os elevadores em seu projeto de ampliação do porto. Além disso, propunha um túnel na saliência onde se localizava o fortin Santo Antonio.

Em Koch (1997, p. 22): o texto é “resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que tem lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social”.

Desse modo, como sugere o editor, o *Almanack Corumbaense* cumpre sua função interativa. Os gêneros textuais são mecanismos de interação, portanto configura-se uma prática social.

3 CONCEPÇÕES HISTÓRICO-INTELECTUAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Conforme proposto por Koerner (1996, p.60), o já citado Princípio da Contextualização remete à ideia de levantamento das “tendências culturais” contemporâneas ao período em estudo.

Trata-se da forma de perceber essas concepções, ora históricas, ora linguísticas, no sentido de compreender o tipo de composição que influenciaram a produção estudada.

Neste capítulo, a ênfase é dada às mudanças de ordem político-econômicas na transição do século XIX para o século XX, com especial destaque, já que tais eventos foram determinantes nas influências, inclusive, no âmbito cultural em todo mundo.

Na França, o florescimento de partidos políticos de direita e esquerda e o radicalismo dos programas sociais com gratuidade de ensino e democratização dos conhecimentos permitiram o destaque à vida cultural; Paris tornou-se a capital artística do mundo. Na Alemanha, foi marcante o nacionalismo exacerbado e também a vez das leis sociais que transformaram a estrutura social do país.

O Brasil também passou por transformações importantes: a mão de obra escravocrata foi eliminada, dando vez à mão de obra livre.

De monarquia à república foram evidentes os reflexos da transição: inovação do cinema, eletricidade urbana, vacinas, invenções, processo de urbanização mais célere e a divulgação da imprensa do processo científico.

Há um destaque no período: as divergências marcadas pelas produções de tradição humanísticas literárias ligadas às elites agrárias e os movimentos ligados a projetos de caráter contestador, envolvendo necessidade de ascensão política, social e econômica.

Essa clara disparidade foi comum também na discussão sobre a homogeneidade da língua aqui adotada e as discordâncias são motivos de estudo. O nacionalismo exacerbado, comum às tendências libertárias vigentes, marca, também, uma preocupação com a emancipação da língua.

Álvaro Bomílcar, em uma de suas obras, intitulada o *Preconceito de Raça no Brasil*, apresenta crítica à relação de subserviência do Brasil a Portugal no tocante à dependência cultural, conforme Oliveira (1990, p. 140):

A crítica desenvolvida por Álvaro Bomilcar aos intelectuais atinge diferentes figuras. Uma delas, Afrânio Peixoto, é criticada, entre outros pontos, por defender a filiação da língua e da cultura brasileira à tradição latina, incluindo aí a pátria portuguesa. Médico, romancista e acadêmico, Afrânio Peixoto escreveu um livro de educação cívica voltada para as novas gerações. Minha terra, minha gente pode ser tomado como exemplo paradigmático do seu pensamento. Segundo ele, as verdades brasileiras, equidistantes do pessimismo e do otimismo, deverão ser buscadas nas origens e tradições. O livro procura mostrar como herdamos de Portugal a civilização greco-romana e a moral cristã, estabelecendo uma linha de continuidade entre Grécia, Roma, Portugal e, finalmente, Brasil.

Tais divergências entre Portugal e Brasil, principalmente no tocante aos aspectos da linguagem, compõem outra abordagem do capítulo, com notoriedade à produção de Álvaro Bomilcar no Almanack Corumbaense e a utilização dos clíticos.

3.1 O Português Lusitano X Português Brasileiro

Colonizados, foi inevitável que a língua portuguesa compusesse a história do Brasil, contudo o contato imediato com diferenças étnicas (indígenas e africanas) e, após, imigrantes, fez com que novas intervenções linguísticas fossem assimiladas, promovendo uma distinção daquela antes assimilada.

Jesus (2013, p. 40) ratifica a ideia, destacando a importância do processo de miscigenação:

Quando se leva em consideração que nosso país, quando colonizado pelos portugueses, já possuía uma história, nota-se o quanto a conjugação das várias disciplinas é importante para compreender as questões atinentes à língua. Explica-se: o Brasil, antes do “descobrimento”, já tinha uma identidade, consubstanciada na figura dos nativos, os quais tinham cultura e língua próprias. A chegada dos colonizadores trouxe consigo novos costumes àquele povo (ainda que à base da imposição) e, dentre outras coisas, uma nova língua. Os fatores históricos explicam a miscigenação linguística em nosso país, que não se restringe ao duo língua autóctone⁹ - língua colonizadora. É sabido que em fases subsequentes, outros povos aqui aportaram, ajudando a construir os matizes históricos, culturais e linguísticos do Brasil.

O aparente “afastamento” lexical e semântico da língua de “além-mar” sempre foi marcante. Pinto (*apud* Taunay, 1978, p.373), ressalta que as modificações da língua portuguesa foram mais evidentes no Brasil.

⁹ Diz-se da primeira língua que se falou num país.

Outro enfoque foi a apropriação de expressões de fontes do tupi-guarani, “com satisfação e segurança”, o que rendeu a publicação do *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de tamanha contribuição para estudos linguísticos.

Além da inserção dos vocábulos indígenas, os africanos foram responsáveis por termos que “facilmente entraram na nossa terminologia”. Os exemplos são evidentes e pertencem ao nosso léxico, a saber: moleque, caçula, xingar, candomblé.

Ribeiro (1921, p. 9) acentua tal distinção ao se referir às alterações:

Na linguagem, como na natureza não há igualdades absolutas: não há, pois expressões diferentes que não correspondam também a ideias ou a sentimentos diferentes. Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras.

O autor exemplifica essas diferenças ao supor a expressão “mobiada”, devidamente corrigida pelo vocábulo usado em Lisboa: “mobilada”; e ainda: “descarrilhou”, pelo luso: “descarrilou”; “trem” por “comboio”. Tal correção é “intolerável” e soa, no Brasil independente, como “mentiras linguísticas”.

Data de 1884, a referência de Silva (p. 27 e 28) acerca de um curso de história da nacionalidade, língua e literatura. Nela, Silva enaltece a atenção dada aos ouvintes e o “benévolo acolhimento da imprensa”, incluindo a necessidade de combater, também, os galicismos no Brasil:

Nossa educação literária tem sido até hoje mais estrangeira, particularmente francesa que nacional. Aprendemos tudo que se escreve e se publica em Paris, estudamos o que se passa em outros países. De casa, pouco sabemos. Dir-se-ia que a nossa história e a nossa língua nada valem, e daí precedem grandes males. Ao passo que se deturpa e corrompe a língua pela aquisição de neologismos desnecessários, e de feições e índoles impróprias de uma língua tão bela como é a portuguesa, tão elegante, harmoniosa e suavemente preparada para a expressão de todos os sentimentos e paixões, desnacionalizam-se os espíritos, com a perda da originalidade e espontaneidade, auréola gloriosa de um povo e de uma literatura.

Se a ideia de adesão da imprensa está presente em Silva (1884), Jesus (2013 apud Altman 2009, p. 118 e 119) destaca a falta de uma imprensa própria e ressalta:

O Brasil, ao contrário, só teria uma própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que das eventuais centenas de línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII

(Rodrigues 1993, 1994), só temos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534-1597), e Luís Figueira (1575-1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652-1730) (cp. Anchieta [1595] 1990; Figueira 1621 e Mamiani [1699] 1877), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Português.

Sobre as gramáticas, Gonçalves (2001, p.6) revela que Júlio Ribeiro (1899) é o primeiro a apresentar uma novidade quanto à estrutura. Em uma referência à “árvore”, o gramático esquematizou sua obra:

A divisão tripartida – fonologia ou fonética, morfologia e sintaxe – ou bipartida – *Lexeologia* e *Sintaxe* –, com as respectivas subdivisões em duas ou mais secções, é sem dúvida uma das características em que, graças ao pressuposto inerentes ao método histórico comparativo, a gramática escolar afina pelo diapasão das mudanças trazidas pela nova ciência linguística. O termo *Lexeologia*, que corresponde à parte ou divisão da gramática que trata das “palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou formas” (Júlio Ribeiro 1885: 3), abrange, portanto, a “flexão, natureza e formação das palavras” (Cortesão 1907: 7), mas parece ter conhecido maior fortuna entre os filólogos brasileiros do que entre os portugueses, já que nas obras destes predomina o termo Morfologia.

Sobre a produção de gramáticas em Portugal no mesmo período, Gonçalves (2001, p. 8 apud Leite e Vasconcelos) destaca a inspiração portuguesa nos moldes alemães:

Visando abrir à nossa “instrução primaria e secundaria” novos horizontes. Acrescenta ainda Vasconcelos: A gramática teve em 1876 redacção diversa da primitiva, e já hoje conta umas poucas de edições. A parte mais original do Sr. Epifânio Dias na sua Gramática é a sintaxe, que pela primeira vez em Portugal recebeu foros de cidade em livro de aulas. Este trabalho tem servido de modelo a outras gramáticas, que porém ficam muito longe dela –, e de guia e ponto de referência a várias obras escolares (Vasconcelos 1919:888).

No Brasil, a associação entre Português e Gramática remete à Grammatica Portuguesa de Júlio Ribeiro por ser a primeira a registrar variantes brasileiras do Português. Silva (2010, p. 65) revela o tom polêmico da citada gramática:

Tendo publicado sua célebre Grammatica Portuguesa em 1881 – que, por ser de herança positivista, consolida no Brasil uma concepção da linguagem como conjunto de regras científicas, positivas, as quais devem ser seguidas como normas prescritivas invariáveis –, Júlio Ribeiro desde cedo envolveu-se nas mais diversas disputas acerca de fatos linguístico-gramaticais e literários, destacando-se como um dos mais inspirados e sarcásticos polemistas da virada do século. É certo que resolver pendências ideológicas por meio de

polêmicas não era exatamente uma novidade e em sua época, já que, pelo menos desde meados do século XIX, estendendo-se para as primeiras décadas do XX, as deblaterações em torno de qualquer manifestação idiomática, por mínima que fosse, parecem ter sido mais regra do que exceção, envolvendo as personalidades mais díspares, como um José de Alencar (em combate com Pinheiro Chagas, em 1870), um Carlos de Laet (em disputa com Camilo Castelo Branco, em 1879, e com João Ribeiro, em 1913), um Rui Barbosa (em célebre embate com Ernesto Carneiro Ribeiro, entre 1902 e 1907) e muitos outros.

Para Silva (2010, p. 68), a polêmica maior envolvendo Júlio Ribeiro reside na ideia defendida de que a língua não pode ser arbitrária, segundo os ditames anteriores:

Júlio Ribeiro afirma que as definições comumente dadas pelos compêndios gramaticais aos conceitos de Gramática Geral e Gramática Particular são, de modo geral, falsas, tanto do ponto de vista prático quanto científico, pois, ao contrário do que tais compêndios afirmam, os princípios pelos quais se rege a linguagem humana não são imutáveis, já que mudam “sob a ação dos meios em que vivem as raças, sob a ação das necessidades, dos recursos, dos hábitos” (p. 16), em mais uma concessão à ideologia determinista. Além disso, invocando a conhecida lei de Grimm¹⁰, Júlio Ribeiro ressalta que “as instituições lingüísticas não são arbitrárias: são consequências demonstradas, lógicas, fataes, da evolução cerebral, influenciada pelo clima, pela alimentação, pelo viver social, pelo meio enfim” (p. 16).

Outra crítica de Júlio Ribeiro refere-se aos manuais de gramática – utilizando como fonte a *Grammatica Portugueza*, de Teófilo Braga – cujas propostas de divisão da gramática é feita em quatro partes (“prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia”). Porém, sendo a gramática como um “conjunto de leis e princípios por que se governa a linguagem” (p. 18), Júlio Ribeiro prefere outra subdivisão, com a consideração que, desse modo, usaria “methodológica e bom senso”, compreendendo a Lexeologia (Fonologia e Morfologia) e Sintaxe (Sintaxe Léxica e Sintaxe Lógica), o que é ratificado com a publicação de sua gramática, nesses moldes, dois anos após essa defesa.

Sobre a posição dos clíticos, Ribeiro (1921, p. 11) considera “legítima”, a anteposição no início de frases, conferindo-lhe “suavidade e doçura”, ao passo que a utilização pelos portugueses soa como “dura e imperativa”:

¹⁰ Na Linguística Histórica, dá-se o nome de Lei de Grimm a uma tendência fonética nas línguas germânicas, descoberta em 1822 e descrita em detalhes por Jacob Grimm (autor, junto com seu irmão Wilhelm, dos famosos contos dos irmãos Grimm).

O Brasil diz comumente: - Me diga ... me faça o favor ... (...) O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem. Em - me diga - pede-se: em - diga-me - ordena-se. Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades. Eis o suposto erro que, afinal, é apenas a expressão diversa da personalidade.

Observa-se que esse distanciamento, extensivo também à prosódia, promove uma distinção marcante com o português de Portugal, conforme se vê pela posição dos clíticos já marcada pela discrepância no uso corrente da língua portuguesa no Brasil.

Taunay (*apud* Pinto, 1978, p. 375) ressaltou a utilização das palavras enclíticas como um uso “decidido a esmo e à vontade de cada qual, como que se tornara característico dos escritores brasileiros”.

Discussões sobre a nomenclatura dessa língua, segundo Pinto (1978, p. LI), em uma linha evolucionista, divergia apenas sobre a dúvida de que o processo estava em andamento ou já realizado, chegava-se à nomeação de “brasileiro”, considerada como “substrato e superestrato” indígena ou africano e, conseqüente, integração dos imigrantes.

Essa analogia já fora estabelecida na Península Ibérica, quando do latim vulgar resultou o português.

Pinto (1978, p. LII) ressalta que, para minimizar esse tipo de lógica, as teorias de Whitney, aqui já citado pela relevância de suas contribuições no campo da historiografia linguística, serviram para destacar três princípios:

1. A linguagem não é um fato natural, uma propriedade biológica, mas um fato social;
2. A linguagem não é uma faculdade, mas uma instituição de invenção humana;
3. A linguagem, com as mãos, é um utensílio, um instrumento de comunicação;
4. A linguagem é um conjunto de signos convencionais que só se ligam ao conceito por um elo de associação mental;
5. A linguagem é unicamente um conjunto de sons articulados;
6. A linguagem é um conjunto de estrutura altamente simétrica.

Sobre os empréstimos linguísticos, Pinto (1978, LIII) reitera a proposta de Whitney: de que, embora modificada, a língua portuguesa no Brasil não se constitui dialeto ou outra língua que mereça ser renomeada:

Ainda que uma nação empreste a outra a sua cultura, não lhe empresta no mesmo grau de desenvolvimento linguístico. Nenhuma raça tomou de outra seu modo de estrutura, embora tenha, frequentemente, sob o império de diversas circunstâncias, trocado suas palavras pela da outra, e, embora como já vimos, os empréstimos em material de linguagem, acompanhem, essencialmente, os empréstimos em matéria de civilização. Eles enriquecem a

língua, tornam-na adequada a usos mais elevados; mas, a menos que uma língua seja substituída por outra, o gênio da língua nacional persiste sempre.

Assim, compreendida pela representativa maioria, a discussão sobre nova língua, ou até mesmo dialeto, sofreu lenta reformulação com adesão de brasileiros, portugueses, gramáticos e filólogos; voltando nos anos 20, com novos debates sobre “a natureza do Brasil. No entanto, mesmo em Portugal, o termo “brasileirismos” foi citado na obra de Gonçalves Viana. (Pinto, 1978, p. LVIII)

Assim, é essencial destacar, também, as consequências desse processo, marcado pela busca de autonomia nacional, embasada na ideia de existência de uma incontestável diferença cultural no Brasil e seus reflexos na língua: a adesão de alguns intelectuais brasileiros, desprezando as referências de “artificialismos” e erros, apostando na ideia de autenticidade, como visto a seguir.

3.2 Bomílcar no *Almanack*: uso dos clíticos – Uma abordagem controversa

A escolha pela produção de Álvaro Bomílcar no *Almanack Corumbaense* é justificada pela sua defesa posterior, em revistas de cunho nacionalista, de um português brasileiro, envolto em propostas de autonomia em relação a Portugal.

Nascido em 1874, Crato, estado do Ceará, marcou seus estudos secundários como aluno de Escolas Militares. Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, foi funcionário público, professor e escritor.

Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, seguiu carreira, com êxito em períodos de revoltas no Brasil, como a da Armada; no Sul, enfrentou tropas federalistas. Retornando à Escola Militar, quando esta representava radicalismo republicano, com ícones como Floriano Peixoto e negação ao Governo de Prudente de Moraes, sofreu penalidade com afastamento do Rio de Janeiro e destinado a um quartel em Corumbá, no então Mato Grosso.

Segundo Oliveira (1990, p. 139) é notória a defesa de Bomilcar às forças armadas, por considerá-la colaboradora do desenvolvimento da nação. Foi nesse contexto que sua evidência como escritor aparece. Porém, sua passagem pela cidade de Corumbá e a relevante participação no *Almanack Corumbaense* não é destaque em seu histórico como escritor.

A posição do português, em seu discurso, era de imigrante, “agente de conspiração monárquica”, ou ainda “parasita”. Denunciava, em suas publicações, os portugueses como exploradores e culpados por todos os sacrilégios vividos pelos brasileiros: de origem sociais ou econômicas, eram, pois, “promotores da miséria nacional”. (Manifesto – Revista Gil Blas, 1915, apud Oliveira, 1990, p.12)

Na obra *O Preconceito de Raça no Brasil* (1915, p. 72), destacou a trajetória de portugueses que, ao chegar ao Brasil: desafortunados, aqui adquirem fortuna e família e, tendo filhos brasileiros, já não se justifica tratá-los como portugueses, mas como brasileiros, sobre a obra, Oliveira (1990, p. 133) destaca:

A política no Brasil ou o nacionalismo radical é dedicado à memória do consolidador da República, o marechal Floriano Peixoto, herói modesto, culto e patriota, que como governante agiu em prol da emancipação do Brasil. Afonso Celso, o prefaciador do livro, aponta as qualidades da obra e do autor. Defende Álvaro Bomilcar da acusação de ser lusitanóforo e diz que seu nativismo era a expressão de uma força de defesa, conservação e progresso.

Daí o reforço ao ideário de Bomilcar de que soberania nacional estava, nesse caso, “associada à emancipação política, econômica e intelectual”. A essa última confere-lhe destaque político ao ressaltar o poder da mutação da língua (Oliveira, p. 134):

Não se compreende soberania política se quiser que língua que há de ser o instrumento de autonomia, de cultura própria, permaneça adstrita a regras arcaicas, escravizadas a preceitos que não mais fazem sentido com a evolução dos tempos, as diferenciações naturais do meio e as condições históricas das raças que nele habitam e que hão de consolidar uma civilização aparte.

A parceria de Álvaro Bomilcar com o jornalista Pedro Trouy rendeu-lhe, além do *Almanack Corumbaense*, a fundação do Jornal intitulado “Pátria”, órgão político que, por algum tempo, teve vida próspera em “Matto Grosso”.

No Norte do Brasil, participou das redações da “Republica”, órgão da facção Lauro Sodré, no Pará, e dos jornais amazonenses “Federação” e “Amazonas”, quando residente em Manaus.

Sobre a relevância do ambiente Callou e Leite (2002, p.12) sugerem que “unidade na diversidade e diversidade na unidade é o ponto central da questão sobre o português do Brasil”; dessa forma, ressaltar a inserção de Bomilcar em contextos socioculturais distintos é, também, elucidar os efeitos das dimensões geográficas no plano linguístico.

Sua produção permeia questões raciais e a defesa exacerbada do Brasil, o que lhe confere títulos de “antilusitano” ou proximidade com Joaquim Nabuco. Quando empossado, no Ceará, na Academia de Letras, fez questão de justificar seu ideário nacionalista.

Oliveira (1990, p. 134) destaca tal comportamento em Bomilcar:

O patriotismo é para o autor um sentimento natural, assim como a razão é para os iluministas uma faculdade natural. No caso brasileiro, este sentimento natural fundamenta-se em honrosas tradições, na capacidade da nossa raça, na consciência das nossas possibilidades e na nossa força. Foram estes princípios que levaram Bomilcar a fundar revistas e impulsionar movimentos.

Sobre a pouca relevância a sua produção literária, Oliveira (1990, p. 135) enfatiza:

Como podemos ver, o português não só teve responsabilidades no passado como também era responsável por desvios, por influências negativas, no momento em que o autor escrevia sua obra. O poder negativo a imprensa, controlada por estrangeiros, no caso por portugueses, aparece em inúmeros momentos do texto, inclusive quando Bomilcar se refere à sua obra anterior, O preconceito de raça no Brasil, ignorada pela imprensa. Por defender posições nacionalistas e ser contrário ao domínio português, este livro foi esquecido e pouco divulgado.

Embora as pesquisas sobre Bomilcar não revelem sua produção literária em Corumbá, seu perfil visionário fica marcado nas revistas nacionalistas por ele criadas. Por tal perfil, Oliveira (1990, p. 125) assimila sua importância a nomes de destaque e contribuição literária pela proposta nacionalista:

Assim como Bilac deixou sua presença marcada na Liga de Defesa Nacional, o pensamento de Alberto Torres se fez presente na Propaganda Nativista e na Ação Nacionalista, através das figuras de Álvaro Bomilcar e Afonso Celso.

O culto à brasilidade ora de cunho sociológico, ora de embates políticos, estendeu sua visão a outro âmbito até então pouco enfocado: o prenúncio de uma língua brasileira – destaque deste estudo – que comprova sua proposta nativista (Oliveira, 1990, p. 144).

Uma visão ainda mais crítica é vista na Revista Gil Blas¹¹ (1921), elaborada por Bomilcar e outros intelectuais da época. O autor usava como referência o conceito de parasitismo social¹², cunhado por Manoel Bonfim, para analisar o caráter da colonização portuguesa, destacando os seus efeitos devastadores:

A nossa independência que nos custou rios de sangue, não a alcançamos contra Inglezes, francezes ou norte-americanos, mas contra portugueses, contra esses mesmos que nos mantiveram, por trez seculos, alheios a todo e qualquer beneficio civilizador e que ainda hoje tentam enredar-nos num velario de mentiras e hypocrisias, para com um refalsado appelo sentimental, encobrir esta realidade monstruosa e inconcebivel, que é a sua disfarçada tutela, a sua descabida e estranha hegemonia nesta capital, cabeça e coração da Republica, em pleno seculo XX.

Sobre os desígnios da língua portuguesa no Brasil, Bomilcar deixa claro qual seria o papel dos intelectuais em defesa de sua proposta nacional de uma língua própria. Oliveira (1990, p. 138) destaca o pensamento do autor:

Os intelectuais permanecem presos às questões filológicas e ao debate em tomo da reforma ortográfica. Entre os literatos que apóiam a aproximação com a metrópole ou a recolonização, Bomilcar cita Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e João do Rio, entre outros. Herdamos a língua – considerada por Alexandre Herculano o túmulo do pensamento – e com ela ficamos isolados do comércio intelectual do mundo. Tivemos que revitalizar uma língua quase morta e temos agora que lutar contra os defensores da língua portuguesa, os defensores da pureza da língua, os que querem legislar para impedir suas transformações.

¹¹ Gil Blas surgiu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1919 e circulou até 6 de maio de 1923. A publicação foi porta voz do governo Epiácio Pessoa (1919-1923) e esteio de concepções nacionalistas da década de 1920, fato que a torna fonte relevante para se entender o panorama político e cultural do Brasil daquele momento. Deve-se destacar que, em mais de quatro anos de existência, o periódico teve várias fases, nas quais abraçou propostas nacionalistas diversas, imprimiu caráter dinâmico aos seus objetivos, seções, artigos e mesmo materialidade.

¹² Em sua obra A América Latina, Bomfim desenvolve o conceito de “Parasitismo Social” que está associado ao sistema colonizador implementado pela colonização ibérica das Américas e se traduz em “viver às custas de iniquidades e extorsões” como um parasita. Por este motivo, que a referida obra é em si um discurso de resistência às nações parasitárias. Mas de forma mais elaborada, sua crítica pode e será interpretada a partir da crítica Pós-colonial.

Ratificando a ideia posterior, a negação se estende também à língua. As cinco publicações de Álvaro Bomilcar no *Almanack Corumbaense* distinguem-se das dos demais colaboradores por sua linguagem acessível e rompimento com alguns padrões de dependência vigentes à época.

No soneto “Amor Póstumo”, cuja temática é comum à segunda geração do Romantismo – ultrarromântica, é caracterizado pelo egocentrismo e melancolia exagerados, de visão pessimista, vê-se que a morte sobressai-se como perda irreversível e a impossibilidade de retomada do amor, ora platônico. Embora mantenha a forma comum aos poetas da época, os versos alternam-se, de predominância decassílabos, porém sem a precisão do rigor formal.

Aqui, o destaque do estudo é a posição dos clíticos, conforme se vê:

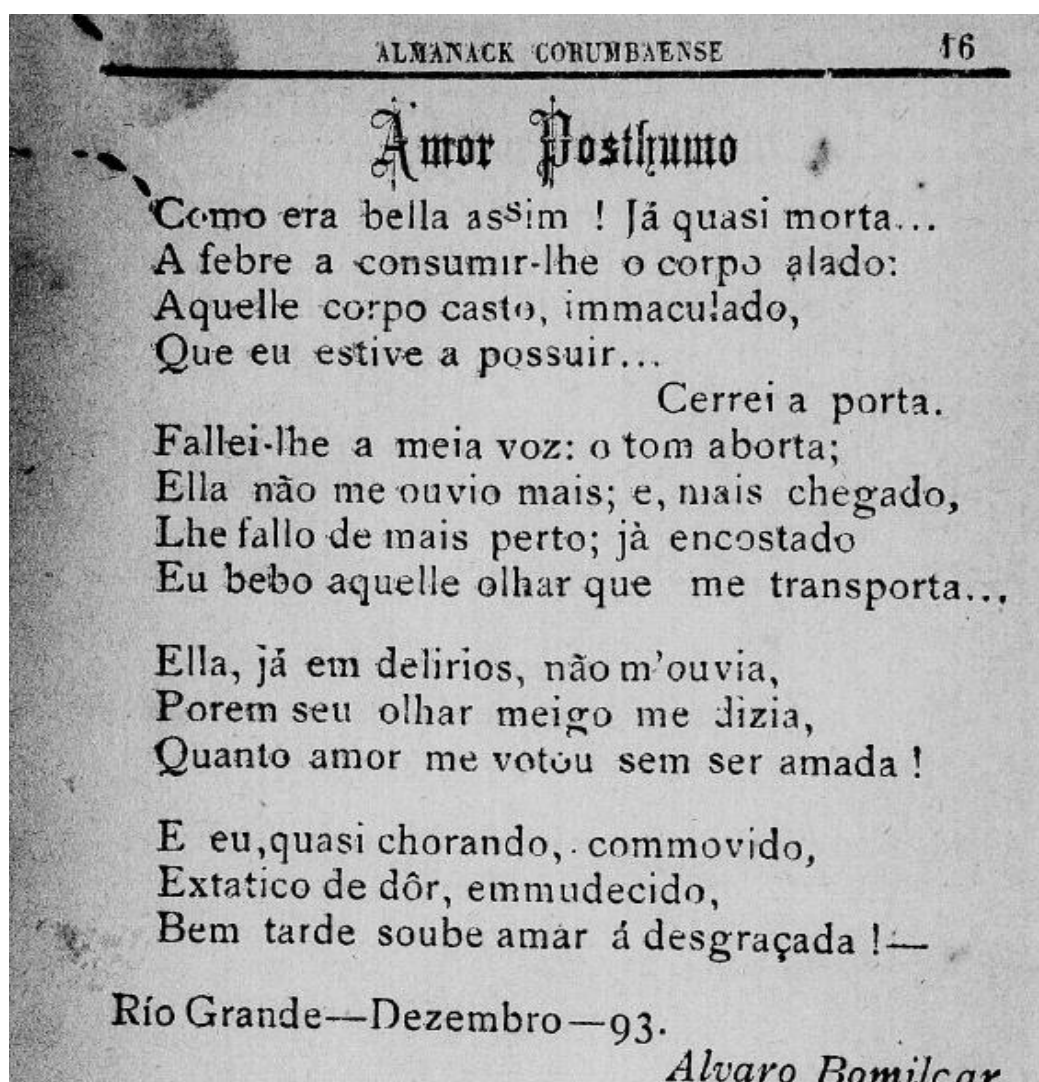


Fig.1 – Fonte: Almanack Corumbaense (1898)

Em *Amor Póstumo* (p. 16), soneto de Álvaro Bomilcar no *Almanack Corumbaense*, identifica-se a tendência marcada pela próclise, a saber: “*Lhe* fallo de mais perto; já encostado”(v. 7). Tal construção sintática, em relação ao pronome *lhe* no início da frase, é negada por Ribeiro (1881, p. 247) em sua *Grammatica Portugueza*, ao afirmar:

Proposição nenhuma começa por variação pronominal taes como: me dizem...*lhe* trago...o vejo...nos consta, etc. O pronome em relação objetiva nunca deve começar sentença. Seria incorreto dizer: Me querem lá; Te vejo sempre; Vos ofereço; *Lhe* digo; Nos parece; Vos oferece.

E ocorre reforço em Ribeiro (1881, p. 181): “nunca se começa a phrase pelo pronome complemento: me diga, em vez de diga-me”. Há advertência no sentido de que há uma fundamentação para tal aspecto normativo:

Essa regra é bem fundamentada. È raríssimo exemplo em contrario. Há um exemplo que se encontra em Rodrigues Lobo-me contrada que era a letra ou divisa da Rainha, esposa de D. João I, mas naquele tempo o portuguez era uma algaravia, semi-alatinada.

Mais duas construções apresentam, segundo o gramático, distorções quanto ao uso do pronome: “Porém seu olhar *me* dizia” (v. 10) e “Quanto amor *me* votou sem ser amada” (v.11); ao que Ribeiro (1881, p. 116) adverte:

Os pronomes substantivos, em suas formas *o, a, os, as, me, te, se, lhe, nos, vos, lhes* são denominados enclíticos, uma vez que sempre se acostam ao verbo, depois do qual vêm: Viu-a; Dizem-me.

Ainda sobre a veemente crítica à diferença do uso de clíticos nas terras brasileiras, Ribeiro (1921, p. 11) anuncia: “os nossos modos de dizer são diferentes e legitimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espirito que os dicta.” O exame do uso de pronomes feito pelo autor é curioso:

O brasileiro diz comumente: - Me diga ...*me* faça o favor ... É esse modo de dizer de grande suavidade e doçura ao passo que o “diga-me – e o – “faça-me – são duros e imperativos. O modo brasileiro é um pedido; o modo portuguez é uma ordem.

Para o autor, esse chamado erro de anteposição pronominal constitui no brasileiro uma “suavidade e preguiça”, orientado pela lei do menor esforço.

Ribeiro (1921, p. 16) acentua que tal justaposição efetuou-se também nas traduções do tupi guarani e destaca as quadras colhidas pelo Dr. Couto Magalhães:

Te mandei um passarinho
Patuá miré papé
 Pintadinho de amarelo
Iporanga né iané.

A explicação de Said Ali (1950, p. 92) retoma aspectos fonéticos para a diferença de utilização dos clíticos entre Brasil e Portugal:

No Brasil, observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos verbais compostos e quanto ao futuro (presente e pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição dos pronomes. As condições de pronúncia são outras no Brasil, logo essa realidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal, a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já sancionada na linguagem literária dos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial.

Vê-se, nesse caso, uma clara reiteração à expressão “artificialismo”, como indicada em Bomilcar.

O caráter de divergência fonética é reforçado por Said Ali (1950, p. 98):

A conceituação de dialetos ou falares regionais sempre é melhor entendida a partir da definição de língua. Língua pode ser definida como um sistema de oposições funcionais serve de instrumento de comunicação, suporte de pensamento e meio de expressão dos indivíduos de um determinado grupo social. A língua é sempre vista como uma unidade, um todo indivisível.

Para o autor, há inúmeras variantes – “regionais, grupais ou individuais” – que, podem ser sistematizadas em níveis “fonético-fonológico, morfológico, sintático e semântico”. Concluindo que é peculiar de toda língua, aspectos similares ou distintos, constituindo-se dialetos.

Alencar (1919, p. 185) denominou de *Período Pronominal*, acentuado em 1880, o período em que o pensamento brasileiro preocupava-se com a colocação devida dos pronomes oblíquos:

É cousa comuníssima ouvir-se a um colegial como a um letrado a um negociante com a um repórter ou a um político o juízo eliminatório de um livro ou de um escritor com um simples critérios e enunciado de que não sabe colocar pronomes. (...) a colocação de pronomes ficou sendo a pedra de toque do escritor e escritor que não queira ficar desmoralizado tem de aquilatar ali a sua linguagem.

Segundo Alencar (1919, p. 183), em 1880, a Revista Brasileira divulgou um artigo sobre a colocação dos pronomes. O autor destaca que ninguém cogitara antes tal abordagem, comumente as publicações sobre a diferença estabelecida da língua portuguesa no Brasil e em Portugal eram restritas à prosódia.

No entanto, à época do Almanack, essa busca pela perfeição do aspecto normativo nos escritores é observada. Atendendo à perspectiva proposta por Júlio Ribeiro (1881), o mesmo *corpus* apresenta no soneto *A Carta*, Luiz Guimarães Júnior (p. 21).

Em forma de soneto, dois quartetos e dois tercetos, com versos decassílabos, observa-se uma adesão à forma comum ao estilo da época. De teor metalinguístico, enfoca o caráter contraditório do pouco domínio da língua, em detrimento à riqueza de emoções.

O rigor formal também é estabelecido pelo pronome de tratamento: “escreveste”, com elipse da segunda pessoa do singular e mantido em todo poema. Em analogia ao soneto de Bomílcar, a expressão “desgraçada” marca claramente tal distinção.

Para justificar tal adesão é importante destacar que o Romantismo, mais que um movimento literário, expandiu-se para as vertentes artísticas e filosóficas do final do século XVIII na Europa, estendendo-se até o final do século XIX no Brasil, época da publicação do *Almanack Corumbaense*.

O abuso na retratação de dramas pessoais, já analisada no soneto de Bomílcar, foi contraposta ao racionalismo proposto pelo Neoclassicismo, aspecto claramente percebido nos dois sonetos.

No tocante ao uso da língua, ocorre uma adesão à padronização quanto à posição dos clíticos, na sentença: “É um mimo ler-*te*” (2º quarteto, 1º verso).

Em uma retomada do princípio da contextualização, conforme Koerner (1990, p. 60), evocando o “espírito da época”, uma relação sincrônica é aqui estabelecida apresentando as tendências do mesmo período, retomadas conforme orientação de

Ribeiro (1881, p. 16): “o pronome substantivo em sua forma *te* é enclítico quando se acosta ao verbo”:

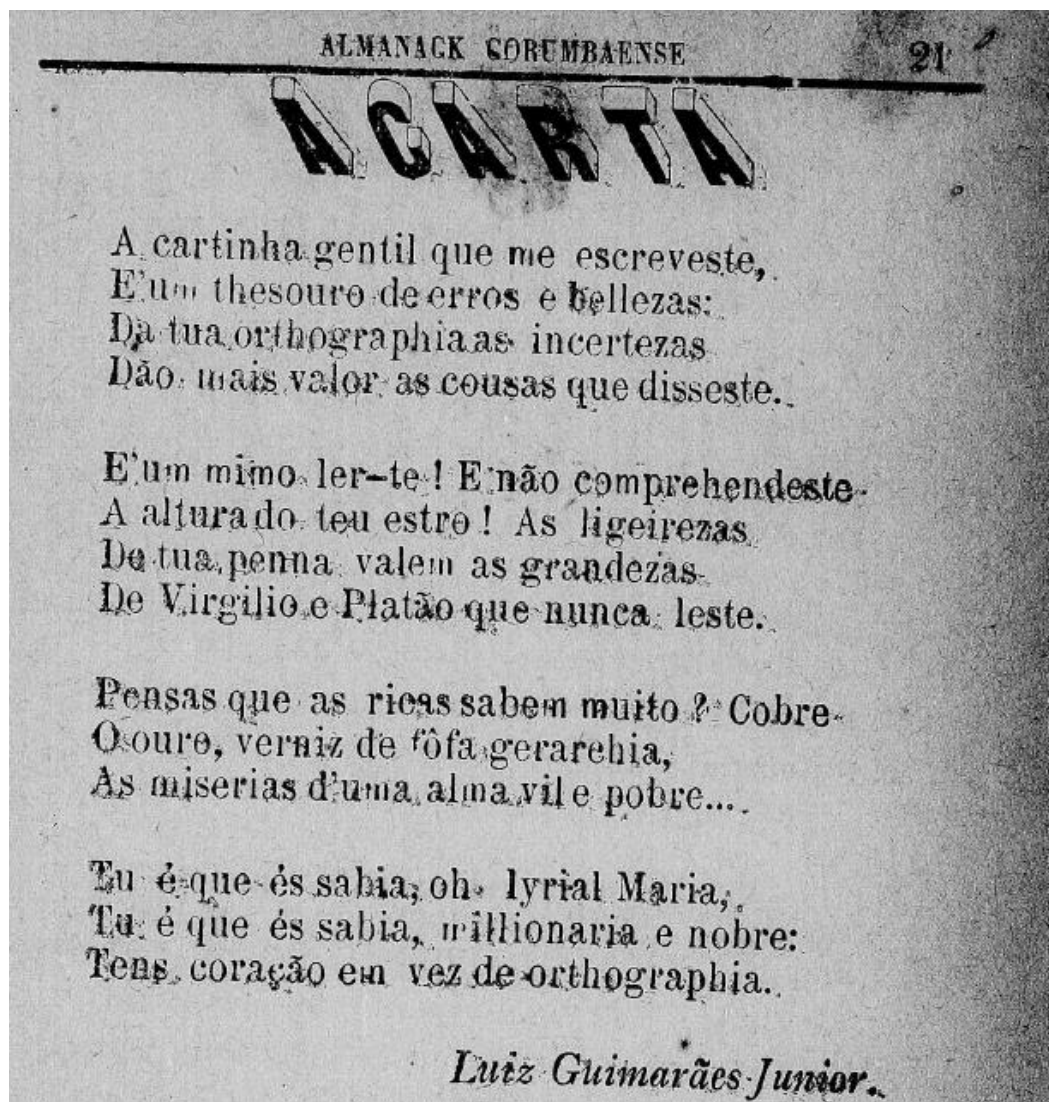


Fig. 2 – Fonte: Almanack Corumbaense (1898)

Para tal diferença, na forma de utilização para o fenômeno linguístico em questão, há explicação: Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pena Branca (1826) *apud* Coutinho (2011, p. 337) define como “brasileirismos”, na ocorrência do texto de Bomilcar, os modismos “exclusivamente nossos”, uma espécie de “adaptação e uso quotidiano no idioma do meio brasileiro” em relação à linguagem de Portugal.

No entanto, Ribeiro (1921) *apud* Coutinho (2011, p. 338) justifica tal ocorrência como falso brasileirismo e seu uso à reincidência de um arcaísmo:

Nesse chamado erro de anteposição pronominal, tão característico do português do Brasil, seguimos, aliás, uma corrente arcaica e profunda que havia extirpado da língua todos os esdrúxulos todas ou quase todas as palavras dactílicas¹³ do italiano e do latim, renovadas depois de um pouco pedantesamente, pelos letrados do Renascimento.

Sobre os “brasileirismos”, vale destacar, o entendimento de Bomilcar e, ainda, sua proposta nativista descrita nos “Mandamentos do Patriota Brasileiro”, divulgados pela Revista *Gil Blas* (1920), *apud* Oliveira (1990, p. 155)

12 - Falar e escrever em língua brasileira, isto é, em português modificado pelos brasileirismos e locuções da numerosa população brasileira já incorporados ao nosso patriotismo linguístico.

Assim, vê-se estabelecida uma relação direta entre as concepções de Bomilcar e os parâmetros para classificação de contextos gramaticais distintos: “brasileirismos” e lusos. Esses indícios, no *Almanack Corumbaense*, antecipam a quebra na imposição linguística, classificada por Couto (1986, p. 14) como “distorção especial”.

Percebe-se que a posição dos clíticos me e lhe, ora segue o padrão luso, ora reforça o anúncio de “incorreção”, conforme Coutinho (2001 [1988], p.335):

Os gramáticos brasileiros, secundando os seus colegas de Portugal, anatematizam essas práticas, tachando-as de ironias graves. Verdadeiros solecismos. Daí o cuidado de nossos escritores (...) No Brasil, então, assume as proporções de verdadeira calamidade. O literato, acimado de incorreto entre nós, às vezes, por um simples descuido de colocação dos pronomes, encontrará sempre cerrada a porta que poderia conduzi-lo à glória da popularidade. Depois de leve cochilo gramatical, todas as boas qualidades lhe são negadas.

Igualmente, na década de 1820, como demonstra Pinto (1978), é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil, quando Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, faz menção ao “idioma brasileiro” e aponta diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal.

13 Arranjo de sílabas longas e breves dado aos poemas.

Ao assumir essa tendência no Brasil, muitos autores identificaram-se com o projeto de cunho nacionalista, comum à época. Tal procedimento é apreciado em Leite e Callou (2002, p. 7):

A linguagem também oferece pistas que permitem dizer se o locutor é homem ou mulher, se é jovem ou idoso, se tem curso primário, universitário ou se é iletrado. E, por ser parâmetro que permite classificar o indivíduo de acordo com sua nacionalidade e naturalidade.

Assim, explicar o citado fenômeno linguístico implica, pois, perceber a quebra na linguagem e denotar que as variações são peculiares ao contato da língua com o ambiente.

Observa-se, no entanto, que tal procedimento não foi adotado por outros autores nas produções do *Almanack*. Há explicações posteriores de Álvaro Bomilcar à adesão dos chamados “brasileirismos”.

O autor é um dos defensores de um projeto nacionalista (em periódico posterior ao *Almanack Corumbaense*), inclusive em relação à língua, este reforça seu argumento com a justificativa de que escreve para os “párias”. Sobre a escolha lexical, em sua obra *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*, Bomilcar (1920, pág.19) escreveu:

“Escrevo pensando nos párias desclassificados nacionais, vadios e ociosos, ex-praças das corporações armadas, pescadores e pequenos diaristas rurais. Aqueles que estão fora do ambiente convencional e livresco dos gabinetes e academias”.

Há ainda referências posteriores à necessidade de adoção dos “brasileirismos”, apresentada nos “Mandamentos do Patriota Brasileiro”, descritos na Revista *Gil Blas* (1920), *apud* Oliveira (1990, pág. 155).

Assim, seja com os citados “brasileirismos” ou despreocupado com as “regras” de uso dos clíticos, Bomilcar evidencia que o gênero almanaque é propício a esse tipo de manifestação, tal como sugere Koch (1997, p. 23) ao discorrer sobre conhecimento interacional como “as formas de interação através da linguagem”.

“Tal procedimento engloba os conhecimentos do tipo ilocucional¹⁴, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural”; estando marcante em Bomilcar o citado conhecimento comunicacional que sugere desde a seleção da variante linguística até a escolha do gênero para sua divulgação, levando em consideração o *Almanack*.

Percebendo tal gênero como instrumento de análise, no próximo capítulo, apresentaremos uma perspectiva diacrônica que reforçará a importância do periódico para a historiografia linguística.

¹⁴ Linguística: que realiza a ação denominada pelo respectivo verbo: promessa, juramento, ordem, pedido, batismo etc.

4 DO ALMANACK CORUMBAENSE À LINGUA PORTUGUESA ATUAL: UMA ANÁLISE

Muitos nomes ganharam destaque no desenvolvimento deste trabalho. A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1921), pela proximidade temporal com o *corpus*, delimitou o enfoque gramático atribuído ao uso de clíticos por Álvaro Bomilcar.

Mas, pela perspectiva historiográfica que o estudo exige, a *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, por seu caráter inovador e maior abrangência entre os estudos linguísticos que envolvem o período em questão, servirá de aporte documental.

4.1 Eduardo Carlos Pereira: Gramática Expositiva

Retomando o já descrito princípio da imanência em Koerner, (1996, p. 61), a documentação histórica deve ser compreendida com o propósito de que sejam percebidas as influências no *corpus* em questão.

A escolha de uma gramática expositiva é justificada por atender à perspectiva investigativa que o estudo exige: reproduzir o caráter normativo da língua, aquele de maior prestígio.

Nesse sentido, como fonte documental, a *Grammatica Expositiva – Curso Elementar* de Eduardo Carlos Pereira (13ª edição, 1918) – foi privilegiada pela abrangência de sua utilização e sua proposta inovadora (para a época), conforme sugere o próprio autor.

Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticais, rompeu-se os velhos moldes e estabeleceu-se largo conflito entre escola tradicional e a nova corrente. Vai a esta hora viva a requesta em todo o campo gramatical. A incerteza das teorias pede que meças a variedade desorientadora do método expositivo e a exuberância da tecnologia abstrusa e cansativa. Nestas condições é natural que o professor de português sinta necessidade de abrir caminho próprio. Foi o que aconteceu, embora tivéssemos de fazer da fraqueza a forças (PEREIRA, 1918, p. 30).

Rosa e Milani (2009, p.2) destacam que, em um momento de inovações pelo mundo, a gramática de Pereira foi muito bem aceita pela escola. As autoras retomam o

contexto político da época, promovendo uma reflexão relativa ao alto número de analfabetos (80%):

Nos primeiros anos do século XX, a escolarização manteve-se como fator importante para a oligarquia, contudo a educação precisava ser assistida com recursos materiais e financeiros melhores. Bom seria se todos pudessem gozar de uma educação de qualidade gratuita. O Brasil ficaria para trás se não agisse logo.

Comprometido com a educação, herança do contato com a mãe, que era professora, Eduardo Carlos Pereira é citado por inúmeros estudiosos. Em *Vida e Contribuição Educacional de Eduardo Carlos Pereira*, Gutierrez e Arnault de Toledo (2010, p. 7) apresentam Pereira com a epígrafe “o educador secular”.

A inclinação para ensinar foi precoce em Eduardo Carlos Pereira. Em Araraquara, desde cedo, apresentou desenvoltura em latim e francês.

Em São Paulo, dividiu-se entre o curso de direito e ministrou aulas no Colégio Ipiranga. O poema “Recordação do Passado” revela um caráter peculiar e desenvoltura com as letras:

Muitas vezes em nossos passeios, ao cahir de uma bella tarde, por amenas campinas, respirando avidamente os aromas que nos traz a fresca briza, já algum tanto fatigados, sentamo-nos á borda do caminho e com a face apoiada em uma das mãos, os olhos fitos em algum objecto, que, todavia nenhuma impressão faz em nossas almas, afugentamos as trevas do passado com a brilhante luz do pensamento, e recordama-nos paulatinamente dos tempos idos. Neste desenrolar do passado, n'este devolver do tempo, muitas vezes uma lagrima assumindo a superfície dos olhos trasborda e desfia-se silenciosa pelas faces! (...) Chora, porque a rosa de suas illusões desfolhou-se, em cada folha que cahiu soffreu uma decepção! Chora, porque seu coração sente alguma cousa e eil-o que se expressa com sua eloqüente linguagem! Quer o passado seja alegre ou triste, quer semeado de flores ou espinhos, o grito é sempre o mesmo, elle é sempre recordado saudosamente, é sempre chorado!! (PEREIRA apud CASIMIRO, 2005, p. 87)

Jesus (2013, p. 53) reforça a contribuição de Pereira na organização do ensino brasileiro, de tendência embasada no positivismo e com o viés religioso do Cristianismo:

No tocante a sua atuação profissional nas letras, a produção das gramáticas de Eduardo se deu no momento em que o país passava por mudanças na organização do ensino da língua vernácula. A fim de adequar os padrões de ensino do Colégio Pedro II a novos moldes, o diretor do colégio propõe a vários professores uma reestruturação do ensino secundário, o que ensejou uma efervescência no campo da produção de materiais didáticos.

Já no Prólogo de sua *Grammatica Expositiva*, Pereira deixa visível sua formação ideológica, ao afirmar a relação entre linguagem, pensamento e mundo, e seu objetivo de “aguçar o intellecto e formar o character”.

O autor estabeleceu vínculos entre duas correntes de estudo da época: de forma tradicional, valorizou elementos históricos da língua e, de forma lógica, instituiu uma corrente moderna:

A gramática histórica entressachada na gramática expositiva traz como natural resultado, a interrupção na exposição didática, o desânimo e a confusão no espírito dos alunos, que não têm ainda o indispensável conhecimento do latim, para poderem compreender as leis glóticas rudimentares da evolução histórica do português.

Assim, utilizar como embasamento teórico a *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira possibilitou, além do caráter ideológico, a análise das influências na constituição e na descrição das normas da língua portuguesa do Brasil, propostas pelo autor. No entanto, a citada política de dominação era evidente em sua obra, conforme salienta Jesus (2009, p. 71):

Para conseguir adentrar nas escolas, a gramática deveria servir a uma política linguística de dominação. Vale lembrar que o conceito que ele tem de dominação estava ligado a atender aos objetivos de transformar a escola em um trampolim a um nível de cultura necessária aos homens que exerceriam poder no futuro, ou seja, um conceito bem elitista a que nem todos teriam acesso.

Mesmo com traços visíveis de sua adesão ao Cristianismo, a obra foi destinada a todos os estudantes de cursos preparatórios da época. Nela, o uso de provérbios, em detrimento aos textos literários comuns em outras gramáticas, deixava evidentes seu tom doutrinário, político e religioso.

Os exercícios são marcados por lições de moral, advindas do clima de opinião comum à Primeira República no Brasil. Sobre as máximas e sentenças utilizadas em sua gramática, Pereira (1918, p.7) apresenta justificativas:

a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável exemplo; b) o enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem; c) a influencia salutar dos princípios moraes.

Como exemplo do caráter doutrinário de sua gramática, os provérbios de Salomão (1918, p. 142) ganham destaque:

A resposta branda quebra a ira; a palavra dura suscita o furor. Aquele que guarda a sua bocca, guarda a sua alma; mas o que é inconsiderado para falar, sentirá males. Os bens que se ajuntam muito depressa, diminuir-se-ão, mas os que se colhem á mão pouco a pouco, multiplicar-se-ão. Aquelle que anda com o sabio, será sabio; o amigo dos insensatos far-se-á semelhante a eles. O sabio teme e desvia-se do mal; o insensato passa adeante, e dá-se por seguro. A justiça exalta as nações; mas o peccado faz miseraveis os povos.

A justificativa do autor está presente no prólogo (1918, p. II):

Levado por uma suggestão do programma oficial de protuguez, que determina _a apreciação de trechos em que entrem provérbios, maximas e sentenças moraes’, enriquecemos o nosso humilde trabalho com dezenas de proverbios, máximas e dictos sentenciosos, que demos para aclarar e fixar as regras.

Sua formação presbiteriana contribuiu significativamente para escolha do contexto que permeia sua obra, bem como sua atuação como jornalista. Gutierrez e Arnault de Toledo (2010, p. 12), destacam, sobretudo, o caráter religioso de suas publicações:

Jornal Correio Paulistano: O discurso, Jornal O Estado de São Paulo: 1907: Questões de Filologia (1), Questões de Filologia (2), Questões de Filologia (3). 1910: A vernaculidade do Sufixo, O Cacofaton. 1920: O protestantismo e a Pátria – A concentração do protestantismo – A Unidade da Igreja de Jesus Cristo – A federação das igrejas Evangélicas no Brasil – Combate ao Alcoolismo – Fé e Coração – Ainda o padre Veiga (1) – Ainda o Padre Veiga (2) – Ainda o Padre Veiga (3) – A inda o padre Veiga (4) – Ainda o padre Veiga (5) – Ainda o Padre Veiga (6) – A Reforma do ensino. 1922: Da terra de nossos Avós (1) – Da Terra de nossos Avós (2) – Da terra de nossos Avós (3) – Da terra de Nossos Avós (4) – Revista de Língua Portuguesa. 1 921: Evolução Gótica. 1922: România – Um Fhilologo Português (CASIMIRO, 2005, p.105- 106)

Com enfoque ao termo “brasileirismos”, Pereira (1918, p. 248 e 256) ressalta o conceito já apresentado de que são peculiaridades do português do Brasil e defende o posicionamento comum à maioria dos gramáticos da época acerca da discussão sobre a divergência Portugal e Brasil no tocante à língua, classificando-a como “indébita”:

A evolução de uma língua opera-se no tempo e no espaço, e as diferenciações regionais, quando adquirem certa extensão, não só lexicológica, porém também fraseológica ou sintática, assumem o caráter de dialetos. Embora o

nosso léxico contenha cerca de 5.000 vocábulos, em geral de origem indígena e africana, mais que o de Portugal; embora sejam notáveis certas diferenças prosódicas e sintáticas, todavia, seria talvez dar uma extensão ao termo dialeto chamar a nossos brasileirismos de dialeto brasileiro.

Ainda no Prólogo, Pereira expõe algumas “Noções Preliminares” sobre os conceitos de: língua, linguagem, palavra, vocábulo, phrase e proposição. Em seguida, o autor parte para a definição de gramática e as divisões (geral, particular, histórica e expositiva).

Jesus (2013, apud Almeida 2007, p. 118) oferece um detalhamento da divisão da *Grammatica Expositiva – Curso Elementar*, na sua 29ª ed. (s.d.):

O gramático, também organiza a sua obra didática de gramática distribuindo-a em duas partes: "lexeologia" e "syntaxe". Na "lexeologia", a obra está dividida em dois subgrupos: "phonologia" e "morphologia" que, por sua vez, apresentam subdivisões. Há três componentes na "phonologia", assim denominados: "phonetica", "prosódia" e "orthographia", que se subdividem sucessivamente. A "morphologia" está dividida em duas partes: "taxeonomia" e "etymologia" com suas respectivas subdivisões. Na "syntaxe", a gramática aborda os elementos inter-oracionais (coordenação e subordinação) e elementos intra-oracionais (membros essenciais; membros complementares e membros acessórios da oração), tratando basicamente da concordância e da regência do verbo com o nome e da regência de colocação da ordem dos termos na oração.

Para desenvolvimento do estudo, o foco predominante restringe-se à divisão Lexeologia, considerando a morfologia e a Sintaxe. No primeiro caso, por haver uma consideração para a palavra em si, de forma isolada; no segundo, por levar em consideração a palavra relacionada a outras palavras no enunciado de comunicação.

De forma minuciosa, Pereira (1918) define morfologia como a parte da gramática que se ocupa do estudo da palavra em seu elemento imaterial. As investigações morfológicas agrupam-se, segundo o autor, em categorias denominadas: taxeonomia e etimologia. Na primeira (p.79), distinguem-se oito classes gramaticais, a saber: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Da taxeonomia, depois de estabelecidos os conceitos e variações sobre pronome, o direcionamento do estudo caberá à segunda parte, denominada Syntaxe – “estudo das palavras combinadas” (p. 195), com enfoque a colocação dos pronomes oblíquos, ênclise, próclise e mesóclise.

4.2 A Posição dos Clíticos na *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1918)

Atribui-se à expressão *clíticos* aos pronomes pessoais átonos, em Pereira (1918) essa é a nomenclatura utilizada, de uma sílaba e sem acentuação própria, que estabelecem dependência (sintática ou fonológica) ao termo ao qual se subordina. Jesus (2013) serviu como parâmetro para a abordagem sobre tal enfoque no tocante à forma de desenvolvimento estrutural, o mesmo apresentado na *Grammatica Expositiva*, para conhecimento de conceitos e exemplificações.

Para exemplificação de conceitos gramaticais, quanto ao uso de pronomes e em toda sua gramática, Pereira valeu-se de grandes nomes da literatura, conforme o autor mesmo sugere no prólogo, referindo-se a “autoridades clássicas”, assim descritas: Alexandre Herculano (A. H.), Antonio Feliciano de Castilho (F. C.), José Maria Latino Coelho (L. C.), João Batista da Silva de Almeida Garret (G.), A. Gonçalves Dias (G. D.), M. Odorico Mendes (O. M.), João Francisco Lisboa (F. Lisboa), Luís Augusto Rabelo da Silva (R. S.), Camilo Castelo Branco (C. C. B.), Felinto Elísio (F. E.), Pade Antonio Pereira (A. P.), Padre AntonioVieira (A. V.), Artur de Furtar (A. de F.), Pedro Manuel Bernardes (M. B.), Fr. Luís de Sousa (F. R.), Jacinto Freire de Andrade (J. Freire), Dom Francisco Manuel de Melo (F. M.), Sá de Menezes (S. de Menezes), Francisco Rodrigo Lôbo (F. R. L.), Luís de Camões (C.) e Gil Vicente (G. v.) que doravante serão citados pelas iniciais sugeridas pelo autor (p. 15)

Com relação aos conceitos gramaticais, Pereira (p. 116) assim define pronome:

Pronome (lat. pro = em vez de) é a palavra que tem por função designar os seres pelas suas relações com a pessoa gramatical. Ele não só se põe no lugar do nome, porém indica, ao mesmo tempo, a posição deste no ato da palavra.

Sobre as pessoas do discurso, complementa:

Quando falamos ou escrevemos, as pessoas ou coisas mencionadas no discurso entram em uma das seguintes classes relativas ao ato da palavra: 1^a, a pessoa que fala; 2^a, a pessoa com quem se fala; 3^a, a pessoa de quem se fala. Chamam-se estas classes pessoas gramaticais, e denominam-se pronomes pessoais as palavras que as representam.

Quanto à classificação, Pereira (p.117 e 118) divide-os em: pronomes substantivos ou pessoais e pronomes adjetivos:

Pronome substantivo ou pronome pessoal é o que indica o ser sob simples relação de pessoa, ou substitui o nome sem qualquer outra limitação. (...) Pronome adjetivo é o que se põe em lugar de um substantivo ou seu equivalente, na terceira pessoa gramatical, ajuntando-lhe uma limitação, isto é, o que, além da qualidade de substantivo pronominal, reúne a função adjetiva de um determinativo.

Similar às gramáticas contemporâneas, os pronomes pessoais são: eu, tu, ele ou ela (singular) e nós, vós, eles ou elas (plural); correspondendo, respectivamente, aos oblíquos (de interesse para o estudo): me, mim, migo; te, ti, tigo; o, a, lhe, se, si, sigo; nos, nosco; vos, vosco; os, as, lhes, se, si, sigo (p. 118).

Há destaque para observação de que as formas de 3ª pessoa migo, tigo, sigo, nosco e vosco unem-se à preposição *com* justaposta e as formas *mim*, *ti*, e *si* sempre precedidas de preposição: “ a *mim*, sem *mim*, a *ti*, de *ti*”; são chamados de reflexivos os pronomes *se*, *si*, *sigo*.

Quanto à concordância pronominal em relação à flexão, Pereira (p. 247) assim estabelece:

Regra geral: O pronome, quando se flexiona, concorda em gênero e número com o nome a que se refere (...). Regras especiais: 1ª) Os pronomes oblíquos *o*, *a*, *os*, *as*, referindo-se a substantivos de gênero diversos, tomam no plural a flexão masculina. 2ª) Referindo-se a um substantivo modificado por outro regido da preposição de companhia *com*, pode o pronome ir para o plural, como acontece com o verbo.

Quanto à nomenclatura, conforme o deslocamento dos pronomes oblíquos (p. 264):

As formas oblíquas dos pronomes dos pronomes pessoais – *me*, *te*, *se* *o*, *lhe*, *nos*, *vos*, *os*, *lhes*, são monossílabos *átonos* ou *fracos*, que, posposto, se incorporam, por isso, na leitura corrente, aos verbos de que são complementos, ou a partículas antepostas ao verbo. Esta incorporação se opera de três maneiras, conforme o pronome se coloca *antes*, *depois* ou no *meio* do verbo; daí as três posições desses complementos pronominais denominadas – PROCLISE, ÊNCLISE e MESÓCLISE.

O detalhamento é assim exemplificado (p. 264):

Dá-se a PROCLÍSE quando o pronome vem *antes* do verbo, chamando-se então – PROCLÍTICO, p. ex.: “Eu *me* arrependo”, a ÊNCLISE, quando vem *depois* do verbo, chamando ENCLÍTICO, p. ex.: “Pedro arrependeu-*se*”; a MESÓCLISE ou TMESE, quando vem no *meio*, chamando-se MESOCLÍTICO, p. ex.: “Pedro arrepende-*se-á*”.

No caso da Ênclise, precede a regra geral (pag. 265):

1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair*, e não – *Se levantou para sair*.

No entanto, Pereira abre um precedente em forma de observação (p. 265):

Obs. – Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece, me traga*, são expressões generalizadas em nosso falar doméstico. Em Portugal atesta Sr. Cândido de Figueiredo que – *me melem* é idiotismo comum. De fato, dêle usou A. Herculano, no *M. de Cister*: “*Me melem se entendo o doutor*”. Igualmente A. Castilho na seguinte frase: “*Me melem se eu percebo tal doutor*”. E nas cartas de A. Vieira encontram-se “*Me avisam e muito secreto que a Espanha tem resoluto romper a guerra com a França*”.

Interessa, portanto, destacar as possibilidades de utilização dos clíticos no Brasil, nesse caso; Pereira enfoca a possibilidade de construção de frases com pronomes precedidos ao verbo, de o uso corrente no Brasil, embora justificado em Portugal como “idiotismo¹⁵” e utilizando o termo “vedado” na regra geral.

Com relação à ênclise, Pereira (p. 267) reitera a posição quanto aos verbos:

2) Junto aos PARTICÍPIOS PRESENTE e GERÚNDIOS, p. ex.: O polvo, *escurecendo-se* a si, tira a vista aos outros (A. V.). O levita, *tendo-se levantado* o sol, partiu.

Nesse caso, há exceção assim descrita e exemplificada (p. 267):

Abrem EXCEÇÃO à regra as *locuções perifrásticas* e o *gerúndio* precedido da preposição **em**, por exemplo: O sol *ia-se pondo*. – Tudo, *em me vendo chegar*, me perguntava por ela e ma pedia (A, C.).

Em forma de nota, Pereira ratifica a negação ao pronome posposto, no caso do particípio passado (p. 267):

¹⁵ Na linguística, traço ou construção peculiar a uma determinada língua, que não se encontra na maioria dos outros idiomas.

Nota. – Ao PARTICÍPIO PASSADO nunca se pospõe pronome átono, não se dirá – *Eu tinha falado-lhe*, mas – *Eu lhe tinha falado* ou *tinha-lhe falado*. São, pois, condenáveis as seguintes colocações de Filinto Elísio: Tinha d’Olmacé *trazindo-me* já o meu sustento nesse dia. – Tinha eu feito o retrato de meu amigo e *metido-o* em uma bocetinha que nunca larguei de mim.

Sobre o uso com verbos no imperativo, Pereira acentua, em observação, a origem do uso da ênclise (p. 267):

3) Nas frases IMPERATIVAS, por exemplo: É tempo, *apressa-te*, *faze-te* ao largo. – Todavia, Camões escreveu: “Agora tu, Calíope, *me ensina*.”

Com relação aos infinitivos puros (p. 268):

4) Junto aos infinitivos puros, em geral, e aos regidos da preposição **a**: Foi bom dizer-lho, foi bom ter-lho dito (E. Dias) – O meu (fantasma) tinha sido a Primavera a *sê-lo*) (A. C.) – Corríamos a *abraçar-nos* com ela) – Acostumado a *sofrê-la* (M. B.) **Obs.** – Foi a necessidade de evitar o *hiato*, provocado às vezes pela *próclise* – acostumado a *a sofrer*, que generalizou a *ênclise*. Todavia, Vieira não fugiu ao *hiato*: para que não continue *a o ser*, nem M. Bernardes... pois muitas vezes chegam *a os açoitar*. – Não havendo *hiato*, a regra deixa de ser imperativa: Oferecendo-se os cercados *a se vender* a partido (A. V.) – As boas obras que fizeres, em ordem *a te dispor* mais com elas... - ... dando lugar *a se fazerem* discursos (L. S.)

Nas orações intercaladas (p. 268):

– Nas orações *intercaladas* é facultativa a *ênclise*: Monstro fero *lhe digo* (ou *digo-lhe*): não te espantes (E. Dias.) – Quem *lho posso* dizer, ou – Não posso dizer-lho (Id.) – Não *as pode* começar a plantar, ou – Não pode *começá-las* a plantar, ou – Não pode começar a *plantá-las* (Id.) – Se o auxiliar *poder* estiver no infinitivo, *poder-se-á* dizer – não *podê-las* começar a plantar (Id.)

A seguir, uma análise sobre o uso da próclise é apresentada (p. 268):

São PROCLÍTICOS: Nas frases negativas, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, atrai para si o pronome. Exemplos: *Não me confiei* de vós (M. B.) – *Nada lhe* pode resistir (A. V.) – *Ninguém vos* vence em amar (M. B.) – Flôres de urzes e amoras de silva *não se* levam ao mercado (A. C.) – *Nenhum* coisa *se* exclui (A. J.) – *Nenhuma* civilização antiga *se* prezou de eloquente (L. C.) – *Jamais se* cumpriu. – *Nem se* assegura a idade anciã... (M. B.)

Em nota, o autor aponta casos facultativos e salienta, em observação, a forma “interessante” e “estranha” comum no Brasil (p. 268):

Nota. Quando a negativa modifica o infinitivo, é facultativa a *próclise*: É um *não contentar-se* de contente. – Mas quem, por *não deixar-te*, a não deixara! (C.). **Obs.** – É mui comum entre os clássicos e entre escritores portugueses antepor-se o pronome ao advérbio *não*. A Aquiles *lhe não* bastou um mundo (A. V.) – Velei a pira enquanto *se não* extinguiu. – Eu é que *me não* atrevo a explicar-lho. – Ainda que menos comum, encontra-se a posposição, que, em geral, é preferida no falar dos brasileiros: Flôres de urzes *não se* levam ao mercado (A. C.) – Tirou-lhe Jacó da mão o cetro e *não* lho deu (A. V.) – Há uma colocação clássica interessante do pronome oblíquo antes do sujeito, estranha ao falar do Brasil: Isto que *vos eu* escrevo – Uma tarde de verão que *me eu* estava acompanhado só de minhas cogitações (A. C.) – Nomes com que *se o* povo néscio engana (C.)

Outros casos de uso de próclises são assim apresentados (p. 269):

2) Nas proposições subordinadas ligadas pelos RELATIVOS – *que, o qual, quem, cujo, quanto, onde*, e pelas CONJUNÇÕES DE SUBORDINAÇÃO – *que, quando, enquanto, se, porque, para que, segundo, conforme, quer... quer*, etc. Exemplos: Amôres menos entendidos das turbas a *quem se referiam* (A. C.) - ... igreja *cujas* portas *se lhe* abriram (M. B.) – Vêde o mundo *que eu vos mostro* (Id.) – Vieram-se avizinhandos temporais *que* por derradeiro *nos arrancaram* também a nós (Id.) – Não ha estudo, nem mais apetitoso, nem mais aproveitado, que o da fala da nossa terra, *quando se tem* por mestra uma mulher a *que se ama* (A. C.) – E *que me importam* a mim? (A. H.) – *Enquanto a teve* (C. C. B.) – Perdoai, *se vos ofendi* (G.) – *Como se chama?* (Id.) – Vêde *como se conformou* com ela... (C. C. B.) – A civilização, *segundo se admite*, com irrefragáveis fundamentos (L. C.) – *Conforme eu te possuir*, assim serei rico (M. B.) – *Quer o diga, quer o não diga* (E. Dias.)

Exceções são descritas como “numerosas” com relação às conjunções e Pereira (p. 269) vale-se dos exemplos das citadas “autoridades clássicas” para justificá-las:

Obs. – Exceções numerosas encontram-se máxime em relação às conjunções – *que* e *porque*, exemplos: Sejam liberais, *porque* o povo *paga-se* muito desta virtude (A. de F.) – Antigamente, convertia-se o mundo; hoje por que se não converte ninguém? *porque* hoje *pregam-se* palavras e pensamentos, e antigamente *pregavam-se* palavras e obras? (A. V.) – *Que* a quem não quer a sua graça, *castiga-o* com o privar da glória (Id.) – Notai *que* os dois primeiros *escusaram-se* com a fazenda (Id.) – Fiquem-se com o Senhor, que *vou-me* (A. C.) – É verdade *que* V. Exa. *pede-me* apenas reflexões ao correr da pena (A. H.) – É princípio de direito *que* quem invoca, um documento na parte útil *aceita-o* na parte nociva (Id.) – Porque D. Teresa *ergue-se* imediatamente (Id.) – *Porque* mestre João *mostrava-se* assaz cioso da própria autoridade (Id.) – Rua! *que* o almotacé *traz-me* de olho (Id.) – Vai, *que eu logo procuro-te* (C. C. B.) – Mate-me, que eu *perdô-lhe* a morte (Id, AP. E. Carneiro) – É que nós conhecemos a vida pública dos visigodos, e não a sua íntima, *enquanto* os séculos da Espanha restaurada *revelam-nos* a segunda (A. H.) - ... o dos pés era um crânio humano, *cujas* bordas negras *dir-se-ia* haverem sido queimadas (Id. M. de Cister.)

E prossegue, salientando a importância de um “ouvido educado” no julgamento ou aplicação de cada caso (p. 268), tratando-as como optativas, junto aos indefinidos:

Nas proposições OPTATIVAS, por exemplo: *Bons olhos o vejam. – Bom proveito lhe faça* (A. H.). 4) Com os INDEFINIDOS – *todo, tudo, isso, isto, muito, pouco*, etc., quando precedem ao verbo: *De tôdas lhe resultam harmonias... de tôdas se reflete o amor e a sabedoria* (A. C.) – *Todos se lembram hoje.* (L. C.) – *Isto se explica* bem com o símil (M. B.)

Nota. – Numerosas exceções em bons escritores mostram que esta regra assinala apenas uma tendência, que ao ouvido educado compete determinar em cada caso. O mesmo se poderá dizer quanto aos outros determinativos – adjetivos e pronomes.

Com os advérbios (p. 269):

5) Com os ADVÉRBIOS, quando precedem ao verbo: *Agora me dizem* que é chegada a ratificação da paz (A. V.) – *Bem se viu* nos que estavam já pegados (Id.) – *Já se sabe que há de ser* Santo Tomás (Id.) – *Assim me sentia* eu levado para uma ilha de amôres (A. C.) – *Aqui se vê* a providência e a previdência (A. V.) – *E então se desposam* Israel e Raquel (M. B.) – Ainda me restam algumas perguntas (Id.) – *Tarde vos comecei* amar (Id.) – *Sempre me justifico* de mim para comigo mesmo (Id.) – *Quanto mais se sobe*, maior queda se dá.

Obs – Como no antecedente, o ouvido educado é o melhor juiz neste caso, pois não raro aparecem exceções, como, por exemplo: *Antigamente convertia-se* o mundo. Porque *hoje pregam-se* palavras (A. V.) – *Agora lembra-me* tudo (A. H.) – *Depois deu-se* a si própria – *Hoje usa-se* outra coisa (Id.) – *Aqui vê-se* a luz do céu e *tudo isto vê-se* para se ter mais fome – *Quiseram antes baldear-se* para o jardim (A. C.) – O papa *então chamava-me* o banana – *Agora estava-as* fixando em si próprio ?!

Uma referência ao gramático Said Ali¹⁶ ratifica a posição de Pereira (p. 268), envolvendo a pronúncia na determinação dos casos de ênclise ou próclise, justificando tal uso como “segredo”:

A lei que determina a *ênclise* ou a *próclise* neste e noutros casos, segundo o inteligente professor Said Ali, é a *pausa* ou a *sua ausência* na pronúncia dessas palavras de *atração*, sendo êsse o sêgredo de sua força atrativa; assim, fazendo-se *pausa*, não há *atração*: - *Isto passava-se* um dia antes (L. S.) – *Ali falavam-se* verdades aos reis e grandes (Júlio de Castilho.) – *Aqui, canta-se; ali, dança-se.* Havendo pronúncia ligada, observa-se a regra: *já se vê, cá me tens, aqui se canta.*

Finalizando a abordagem sobre a mesóclise, o autor ainda destaca casos raros de aplicação em nota (p. 270 e 271):

¹⁶ Linguista, poliglota, botânico, zoólogo e geógrafo brasileiro nascido em Petrópolis, RJ, primeiro a tratar cientificamente a sínclise pronominal ou *mesóclise*, ou seja, a colocação do pronome no meio das formas verbais

São MESOCLÍTICOS: No futuro imperfeito e no imperfeito do condicional as vezes em que não fôr obrigatória a *próclise*, como, p. ex.: *Dai e dar-se-vos-á* (A. P.) – *Far-se-á juízo sem misericórdia aos que não usaram de misericórdia* (Id.) – *Faltar-me-ia o tempo se eu quisesse falar de tudo*.

Nota. – As pessoas *oxítonas* do fut. imperfeito repelem a *ênclise* por *antieufônica*. Ninguém dirá *falarei-te, falarás-nos, falará-vos*. – Neste caso só é admissível a *próclise* e a *mesóclise*. Semelhantemente as pessoas *proparoxítonas* repugnam, em geral, a *ênclise*, como: *amáramos-te, amássemo-lo*. – São raríssimos, se não impossíveis, no Brasil, os seguintes *bisesdrúxulos* do Sr. Gonçalves Viana: *louvávamos-to, louvávamo-vo-lo* (*Exposição da pronúncia normal portuguesa*, pág. 86).

Por fim, Pereira descreve manifestações inusitadas de aplicação dos pronomes oblíquos, destacando a divergência na mudança de condição sintática do pronome, se indevidamente aplicado (p. 268):

Observações: 1ª) Nas *conjugações perifrásticas*¹⁷ do infinitivo pode o pronome, quando a isso não se opuserem as regras que acabamos de estabelecer, ocupar quatro posições, *antes e depois* do auxiliar, *antes e depois* do infinitivo, como, por exemplo: Pedro se tem de calar /Pedro tem de calar-se e Pedro tem-se de calar /Pedro tem de se calar. Sendo negativa a proposição, o pronome só poderá ocupar três posições: a) P. não se tem de calar; b) P. não tem de calar-se, c) P. não tem de se calar. – As construções: *O diretor mandou-me inscrever e o diretor mandou inscrever-me* – não são equivalentes: no primeiro caso *me* é o *agente* (sujeito) de inscrever, no segundo é o *paciente* (objeto direto). 2ª) É manifestamente levar ao exagero a topologia pronominal o ensinar que o *pronome reto*, as *conjunções coordenativas*, os *adjetivos possessivos* e *numerais* atraem normalmente o *oblíquo*: *Eu busco-a, ela se oculta*. – *Mas despe-se* (A. C.) – *Entretanto as intenções tinham-se dirigido* exclusivamente para a nave central (A. H.) – *A sua frente enxugou-se* (Id.) – *Um dos cavaleiros afastou-se* (Id.)

Quanto ao pronome reflexivo *se*, o autor estabelece seu uso, apontando exemplos (p. 327 e 328):

Êste pronome, chamado reflexivo pela propriedade característica de recambiar a ação verbal para o mesmo sujeito que a prática, não possui em latim, donde nos veio, *caso reto*. Daí o princípio aceito pela maioria dos gramáticos de não poder ser êle *sujeito* do verbo no modo finito. Querem, entretanto, alguns que em certas construções, como – *faz-se a barba*, seja SE pronome indefinido com a significação de *alguém*, sujeito do verbo, correspondente ao *on* francês.

¹⁷ Conjugação perifrástica forma-se com um verbo auxiliar no infinitivo ou gerúndio (andar, dever, estar, ir, vir, ter, começar, haver, deixar, acabar) e o verbo que queremos conjugar antecedido ou não de preposição. Até aqui eu percebo. O que não percebo é se se considera conjugação perifrástica à seguinte locução verbal «Eu quero fazer o teste» ou então com verbos auxiliares que não os habituais. E por que razão se considera ou não.

Pereira ainda destaca a distinção entre os fatos atuais da língua e os casos de vernáculo, exemplificando (p. 328):

Tal análise é artificial, está em antagonismo com os fatos atuais da língua e com os seus antecedentes históricos. Nos seis casos seguintes, figuramos tôdas as funções vernáculas do pronome SE, tratando em seguida da função francesa, que se vai generalizando. 1) *Êle se feriu. Êle se arroga o direito.* 2) *Êle se arrependeu. Êle se vai embora.* 3) *Êle e ela amavam-se reciprocamente.* 4) *Alugam-se quartos.* 5) *Vive-se. Entra-se na sala.* 6) *Ama-se Bernardes.*

Seguem abaixo algumas regras especiais, quanto ao uso dos pronomes, propostas na *Gramática Expositiva – Curso Elementar*, Pereira (p. 133):

a) Nas posições INTERROGATIVAS, quando não é êle representado pelos *pronomes interrogativos* QUE e QUEM. Exs.: *Está êle doente?* – *Fica essa taba?* (G. D.) – *Quem está aí?* b) Nas posições OPTATIVAS e IMPERATIVAS. Exs.: *Seja êle feliz!* – *Faze tu o bem!*

Com essa abordagem, foi estabelecida a necessidade de compreensão histórica e linguística do *corpus* em questão, proposta pelo segundo princípio de Koerner (1996, p.61) – Imanência – já descrito anteriormente, com a análise do uso dos clíticos em Pereira (1918). No tópico a seguir, utilizando a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha e Cintra (1984) [2012], o estudo perpassa pelo direcionamento à comparação de outros contextos.

4.3 Cunha e Cintra: A Nova Gramática do Português Contemporâneo

Segundo o terceiro princípio proposto por Koerner (1996, p. 6) – Adequação – já enfatizado, é essencial ao pesquisador conhecer concepções divergentes das possibilidades interpretativas por ele analisadas.

Assim a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra (1984) [2012], foi escolhida para oferecer suporte a esse trabalho investigativo, no sentido de revelar, ou não, aproximações modernas em relação ao *corpus*.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, doravante NGPC, foi elaborada por Celso Cunha, brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Luís Filipe Lindley Cintra, português, da Universidade de Lisboa.

Ao primeiro, cabem referências elogiosas e de grande destaque em âmbito nacional, conforme se vê na bibliografia apresentada pela Academia de Letras no Brasil (2016):

Quarto ocupante da cadeira 35, Celso Cunha, professor, filólogo e ensaísta, nasceu em Teófilo Otoni, MG, em 10 de maio de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 1989. Era filho de Tristão da Cunha, professor e político mineiro, e de Júlia Versiani da Cunha e irmão do ex-deputado Aécio Cunha. Em 1921 sua família transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou sua formação no Colégio Anglo-Brasileiro. Bacharelou-se em Direito (1938) e licenciou-se em Letras (1940) pela antiga Universidade do Distrito Federal. Aí teve entre seus professores filólogos de renome na Europa, como Jean Bourciez, Jacques Perret e Georges Millardet, e os brasileiros Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, a quem Celso Cunha devotou, ao longo de sua vida, o mais profundo respeito e a quem deveu a sua opção pela crítica textual e o gosto pelos jograis e trovadores da Idade Média. Em 1947, formou-se Doutor em Letras e Livre Docente em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com a tese O cancionero de Paay Gómez Charinho, trovador do século XIII.

Sobre sua atuação no âmbito linguístico, cabe destacar:

Ser filólogo era, na época, conhecer a história da língua e, com base no latim e no desenvolvimento das línguas que dele se originaram, aprofundar-se na Romanística e descobrir, pela aplicação do método histórico-comparativo, a origem e solução de seus problemas. Por essa razão os seus primeiros trabalhos tiveram por objeto o português arcaico. Celso Cunha deu contribuição essencial para o estudo dos cancioneros, fundamentais para o conhecimento da origem e evolução da língua. Os seus trabalhos nessa área como Estudos de poética trovadoresca e Língua e verso têm sido considerados modelares pela crítica especializada. Nos últimos anos, dedicava-se à linguagem quinhentista e ao estudo da modalidade brasileira do português. Deixou incompleta a História da língua portuguesa no Brasil.

O aspecto mais importante na área dos estudos sobre a língua é o número de gramáticas que escreveu. *Manual de português*, 1965, a *Gramática do português contemporâneo* (1966), *Gramática moderna* e uma *Gramática da língua portuguesa* (1972).

Destaque ao último trabalho, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, com colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra, considerada inovadora por sua perspectiva de confronto das normas brasileiras, portuguesa e africana do idioma, conforme descrito no prefácio, como forma de justificativa:

Parecia-nos faltar uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio

geográfico (...) e fosse, assim, fonte de informação, tanto quanto possível completa e actualizada, sobre elas; serviria simultaneamente de guia orientador de uma expressão oral e escrita que (...) se pudesse considerar «correcta» de acordo com o conceito de “correção” que adotamos no capítulo I.

Sobre Luís Filipe Lindley Cintra, o Instituto Camões declara-o como uma das “figuras principais da Linguística portuguesa”, destacando seus trabalhos científicos na cidade de Lisboa, onde foi licenciado e chegou ao doutorado.

A ênfase aos trabalhos de cunho linguístico é assim anunciada:

Criador do Departamento de Linguística Geral e Românica da FLUL e reformador do Centro de Estudos Filológicos (a partir de 1975), designado Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), teve um papel determinante na orientação das carreiras de numerosos investigadores e docentes, que se afirmaram num vasto espaço de disciplinas humanísticas. Ele próprio, como investigador, distinguiu-se principalmente nas áreas da literatura medieval, da linguística românica, da dialectologia e da geografia actual da língua portuguesa - vasta gama de interesses que ajudam a perceber o percurso de um linguista de formação tradicional que não deixou de estar atento à evolução da ciência e da sociedade.

A colaboração à criação da NGPC explica-se pela sua produção documental e domínio acerca da língua portuguesa, sem carácter excludente, conforme descreve o Instituto Camões:

Cintra fazia pairar uma unidade fundamental que não excluía o galego, nem os crioulos. E muito menos o português do Brasil como o demonstrou, na fase final da vida, a sua defesa de uma ortografia comum e a colaboração com Celso Cunha para escreverem a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), uma gramática escrita para servir de normativa, simultaneamente, à língua usada por portugueses, brasileiros e africanos.

Ao apresentar o objetivo de sua NGPC, Cunha (XXIV) anuncia:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá.

O caráter geográfico foi respeitado no sentido de ampliar o conhecimento sobre os diferentes usos da língua portuguesa, sem, no entanto, deixar sua homogeneidade de lado, o que lhe confere a classificação como contrastiva¹⁸, conforme Cunha (p. XXIV):

Como esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional européia e a americana.

Importante destacar as diferenças internas de determinada língua sugeridas por Cunha (p. 3):

1º). Diferenças no espaço geográfico, ou variações DIATÓPICAS (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais); 2º) diferenças entre camadas socioculturais, ou variações DIASTRÁTICAS (nível cult, língua padrão, nível popular, etc); 3º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou VARIAÇÕES DIAFÁSICAS (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.)

A partir da classificação acima, fica evidente a “noção de correto” em Cunha (p. 6): “o linguisticamente correto é aquilo que é exigido pela comunidade a que pertence”.

No segundo capítulo, elaborado por Cintra (p. 9) há uma referência à distinção da língua portuguesa utilizada no Brasil e em Portugal:

Com relação a Portugal, observa o professor Manuel de Paiva Bóleo: “uma pessoa, mesmo alheia a assuntos filológicos, que haja percorrido Portugal de Norte a Sul e conversado com a gente do povo, não pode deixar de ficar impressionado com a excepcional homogeneidade linguística do País e sua escassa diferenciação dialectal – ao contrário do que sucede noutros países, quer de língua germânica, quer românica” (...) O que é certo, porém, é que o conjunto dos dialetos brasileiros se coaduna com o princípio da “unidade na diversidade e da diversidade na unidade”¹⁹.

¹⁸ Ramo da Linguística que estuda e compara duas ou mais línguas (ou variantes linguísticas). Ao contrário da Linguística Comparativa, normalmente, a linguística contrastiva descreve e compara línguas ou variantes atuais.

¹⁹ Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963, p. 271

É no terceiro capítulo que os conceitos gramaticais ganham segmento: este, reservado para os assuntos de fonética e fonologia; o quarto, para ortografia. Em seguida, seguem-se três capítulos, com teorias e fundamentos sobre morfossintaxe.

No quinto capítulo são expostos estrutura e formação de palavras; o sexto, de derivação e composição; o sétimo, de frase, oração e período. Diferente das gramáticas usuais, é a partir do capítulo oito que as classes de palavras são estudadas e finalizadas no capítulo 17. Os últimos capítulos são reservados para o estudo de figuras de sintaxe, tipos de discurso, pontuação e versificação.

A distribuição dos capítulos quanto à elaboração está descrita no prefácio, assim estabelecida:

Toda obra foi objeto de exame conjunto e troca de sugestões entre os seus autores, cumpre-nos, no entanto, dizer, para resguardar as responsabilidades de autoria, que a Lindley Cintra se deve a redação do capítulo 2, da maior parte do capítulo 3 e do tratamento contrastivo do capítulo 13. A Celso Cunha cabe a redação dos demais capítulos, bem como a exemplificação aduzida.

Interessa, pois, ao estudo, o capítulo 11, de responsabilidade de Cunha e a ele reportado, destinado ao estudo dos pronomes, conforme proposto a seguir. A estrutura de abordagem foi sistematizada a partir da mesma abordagem proposta por Jesus (2013).

4.4 Posição dos Clíticos em Cunha e Cintra

Citando exemplos, Cunha (1984 [2012], p. 275) classifica os pronomes como substantivos e adjetivos. Aos primeiros, há uma associação equivalente às funções dos elementos nominais (substantivos); aos segundos, a função de acompanhar o substantivo, determinando-lhe extensão. Seguem os respectivos exemplos:

Os **campos, que** suportaram a longa presença solar a queimá-**los** incessantemente, recebem agora a água abundante com uma gula feliz (p.289). Quanto valem, és capaz de dizer? Leques espanhóis, de seda, de **alguma bisavó** do **meu tio** cônego, com **estas pérolas** de prata e oiro! (p.289)

O autor sistematizou os pronomes em seis: PESSOAIS, POSSESSIVOS, DEMONSTRATIVOS, RELATIVOS, INTERROGATIVOS E INDEFINIDOS. Recaindo, para interesse do estudo, a primeira categoria citada.

Quanto à caracterização, Cunha (p. 276) assim se refere aos pronomes pessoais: “1º por denotarem três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio”:

- a) *quem fala* = 1ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural);
- b) *com quem se fala* = 2ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural);
- c) *de quem se fala* = 3ª pessoa: *ele, ela* (singular); *eles, elas* (plural)

A 2ª utilização: por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa:

Santas virtudes primitivas, ponde
 Bênçãos nesta **Alma** para que **ela** se uma
 A Deus, e vá, sabendo bem por onde... (A. de Guimarães, OC, 1'49.)
 Levantaram **Dona Rosário**, quiseram levantá-la, embora **ela** se opusesse,
 choramingasse um pouco, dissesse que não lhe era possível fazê-lo. (M. J. de
 Carvalho, AV, 137)

A 3ª classificação refere-se à variação de forma: a) a função que desempenham na oração; b) a acentuação que nela recebem.

As formas dos pronomes pessoais são representadas em um quadro, classificadas em retas ou oblíquas. Cunha (p. 277) observando-se o destaque à diferenciação entre as formas tônicas das átonas:

		PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS NÃO REFLEXIVOS	
			ÁTONOS	TÔNICOS
Singular	1ª pessoa	eu	me	mim, comigo
	2ª pessoa	tu	te	ti, contigo
	3ª pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1ª pessoa	nós	nos	nós, conosco
	2ª pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3ª pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

O autor segue com a classificação atribuindo a nomenclatura de pronomes pessoais retos, quando estes funcionam como sujeitos da oração; para oblíquos, como complementos do verbo da oração.

Quanto à classificação, as formas *O*, *LO* e *NO* do pronome oblíquo, que funcionam como objeto direto, vêm antes do verbo, apresentam-se sempre com as formas *o*, *a*, *os*, *as*.

Assim exemplificado (p. 277 e 278):

Não **o** ver para mim é um suplício.
Nunca **a** encontramos em casa.
João ainda não fez anos; ele **os** faz hoje.
Eles **as** trouxeram consigo.

Após o verbo e ligado a ele por hífen (pronome enclítico), a sua forma depende da terminação do verbo, conforme se vê:

1º) Se a forma verbal terminar em vogal ou ditongo oral, empregam-se *o*, *as*, *os*, *as*: louvo-o, louvava-o, louvei-os, louvou-as. 2º) Se a forma verbal terminar em -r, -s ou -z, suprimem-se estas consoantes, e o pronome assume as modalidades *lo*, *la*, *los*, *las*, como nestes exemplos: Vê-lo para mim é um suplício. Encontramo-la em casa. João ainda não fez anos; fá-los hoje. Não quero vendê-las. 3º) Se a forma verbal terminar em ditongo nasal, o pronome assume as modalidades *no*, *na*, *nos*, *nas*: dão-no, põe-na, tem-nos, trouxeram-nas.

Quanto à colocação dos pronomes oblíquos (p. 296 e 297), Cunha acentua a posição destes em relação ao verbo, classificando-os como: a) ENCLÍTICO, isto é, depois dele; b) PROCLÍTICO, isto é, antes dele e c) MESOCLÍTICO, ou seja, no meio dele, colocação que só é possível com formas do FUTURO DO PRESENTE ou do FUTURO DO PRETÉRITO; exemplificando com o pronome nas três posições: a) Calei-me; b) Eu me calei; c) Calar-me-ei. A seguir, um detalhamento:

Caso o pronome átono ocupe lugar de objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise: **Agarraram-na** conseguindo, a muito, **arrastá-la** do quarto. (Coelho Netto, OS, I, 43) Na segunda-feria, ao ir ao Morenal, **parecera-lhe** sentir pelas costas risinhos a **escarnecê-la**. (Eça de Queiroz, O, I, 43)

Com relação à situação acima descrita, Cunha ressalta os conflitos entre a norma portuguesa e a brasileira.

Na disposição para colocação do pronome átono, Cunha observa as seguintes regras (p. 300 a 308):

Com um só verbo (no futuro do presente ou pretérito):

Quando o verbo está no FUTURO DO PRESENTE ou no FUTURO DO PRETÉRITO, dá-se tão-somente a PRÓCLISE ou a MESÓCLISE do pronome: Eu **me** calarei. Eu **me** calaria. Calar-**me**-ei. Calar-**me**-ia. 2º) É, ainda, preferida a PRÓCLISE:

Em orações com palavras negativas:

Nas orações que contêm uma palavra negativa (não, nunca, jamais, ninguém, nada, etc.) quando entre ela e o verbo não há pausa: - **Não lhes dizia** eu? (M. de Sá-Carneiro, CF, 348); **Nunca o vi** tão sereno e obstinado. (C. dos Anjos, M, 316.); - **Ninguém me disse** que você estava passando mal! (A. M. Machado, JT, 208.)

Em orações iniciadas com interrogativas:

Nas orações iniciadas com pronomes e advérbio interrogativos: **Quem me busca** a esta hora tardia? (M. Bandeira, PP, I, 406.) c) Nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo (optativas): **Que** o vento **te leve** os meus recados de saudade. (P.Namora, RT, 89.)

Nas subordinadas desenvolvidas:

Nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção esteja oculta. **Quando me deitei**, à meia-noite, os preços estavam à altura do pescoço. (C. Drummond de Andrade, BV, 20.)

Nos casos com gerúndio regido de preposição:

Com o gerúndio regido da preposição **em**: **Em se** ela **anuviando**, **em a** não **vento**, Já se me a luz de tudo anuviava. (J. de Deus, CF, 205.)

Cunha (p, 311) observa que com os participios desacompanhados de verbo auxiliar, não se usa ênclise nem a próclise, usa-se sempre a forma oblíqua regida de preposição. Exemplo: **Dada a mim** a explicação, saiu.

Quanto aos verbos infinitivos soltos:

Mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal: E ah! Que desejo de **a tomar** nos braços... (O. Bilac, P, 72.) Para não fitá-lo, deixei cair os olhos. (Machado de Assis, OC, I, 807.)

Cunha ressalta a tendência, na língua portuguesa, à próclise pronominal (p. 311 e 312):

a) quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe: Até a voz, dentro em pouco, **já me parecia** a mesma. (Machado de Assis, OC, I, 858) b) quando a oração, disposta em ordem inversa, se inicia por objeto direto ou predicativo: **Razoável lhe parecia** a solução proposta. c) quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral *ambos* ou algum dos pronomes indefinidos (*todo, tudo, alguém, outro, qualquer, etc.*): **Ambos se sentiam** humildes e embaraçados. (P. Namora, TJ, 293.) d) nas orações alternativas: - Das duas uma: **ou as faz** ela **ou as faço** eu.

Finalizando, Cunha (p. 313) atenta para a necessidade de observância no caso de pausa entre elemento atrativo à próclise e o verbo, podendo ocorrer a ênclise: Pouco depois, detiveram-se de novo. (Ferreira de Castro, OC, I, 403.)

Inúmeras são as observações relacionadas por Cunha quanto à colocação pronominal (p. 314). O autor, por meio de exemplificações, detalha situações envolvendo, as locuções verbais, conforme se vê:

1. Nas LOCUÇÕES VERBAIS em que o verbo principal está no INFINITIVO ou no GERÚNDIO pode dar-se: 1º) Sempre a ÊNCLISE ao infinitivo ou ao gerúndio: O roupeiro **veio interromper-me**. (R. Pompéia, A, 37.) **Ia desenrolando-se** a paisagem. (R. Correia, PCP, 304.)

Outro caso relacionado à próclise:

2, A PRÓCLISE ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo, isto é: a) quando a locução verbal vem precedida de palavra negativa, e entre elas não há pausa: Tempo que navegaremos **não se pode calcular**. (C. Meireles, OP, 141.)

Em orações iniciadas por interrogativos ou palavras exclamativas:

b) nas orações iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos: - **Que mal me havia de fazer?** c) nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo (optativas): **Como se vinha trabalhando** mal! Deus **nos há de proteger!**

Com subordinadas desenvolvidas:

d) nas orações subordinadas desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta: O sufrágio **que me vai dar** será para mim uma consagração. (E. da Cunha, OC, II, 634.)

Sobre a ênclise:

3. A ÊNCLISE ao verbo auxiliar, quando não se verificam essas condições que aconselham a PRÓCLISE: **Ia-me esquecendo** dela. (G. Ramos, AOH, 40.)

Estando o verbo principal no PARTICÍPIO, Cunha salienta que o pronome átono não pode vir depois dele. Nesse caso, ficará PROCLÍTICO ou ENCLÍTICO ao verbo auxiliar, de acordo com as normas expostas para os verbos na forma simples: - Tenho-o trazido sempre, só hoje é que o viste? (M. J. de Carvalho, TM, 152.) (p. 301-307)

Importante, para o estudo em questão, ressaltar a colocação dos pronomes átonos no Brasil, seguida de exemplos, apresentada em Cunha (p. 316):

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica. Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

Observa-se que o caráter peculiar de uso no Brasil é também extensivo às regiões africanas de língua portuguesa.

Sobre iniciar frases com pronomes átonos, cabe destacar a intervenção de Cunha acerca do uso no Brasil (p. 317):

a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*:- **Me desculpe** se falei demais. (É. Veríssimo, A, II, 487.)

Sobre uso nas orações absolutas, principais e coordenadas, sem atrativo para a próclise:

b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação: - Se Vossa Reverendíssima me permite, **eu me sento** na rede. (J. Montello, TSL, 176).

Em casos de locuções verbais:

c) a próclise ao verbo principal nas locuções verbais: Será que o pai **não ia se dar** ao respeito? (Autran Dourado, SA, 68.)

Desenvolvido o processo de análise isolada das gramáticas de Pereira (1918) e Cunha e Cintra (1984) [2012], estabelece-se, a partir de então, uma comparação entre as duas, solidificando o princípio da Adequação (Koerner, 1996 p. 60) que sugere análises interpretativas, na medida em que for “considerada a reconstrução do passado na compreensão do presente”.

4.5 Uma Análise Comparativa entre as duas gramáticas e a posição dos clíticos na produção de Álvaro Bomilcar:

O *corpus* abaixo retomado serviu também de análise no desenvolvimento da compreensão das tendências marcantes no final do século XIX e início do século XX, por corresponder, também, a um período marcado pelas constantes desavenças linguísticas entre Brasil e Portugal.

O soneto²⁰ intitulado *Amor Póstumo*, de Álvaro Bomilcar, disposto na página 16 do *Almanack Corumbaense*, é datado de 1893. O Almanaque também apresenta sonetos de outros artistas.

Em *Amor Póstumo*, a temática perpassa pela ideia de um amor perdido à morte, ao gosto da terceira geração romântica, em que ideias de pessimismo, perda e morte são comuns. Há ainda a clara referência à palidez feminina e ao amor inalcançado, ao gosto do byronismo²¹ do século XVIII. Trindade (2002, p. 438), destaca a importância dessa ideologia nos estudantes:

Por haver uma maior circulação de livros, traduções e produção efetiva dos estudantes, por serem eles os definidores de costumes, e principalmente por darem vigor à vida cultural da cidade, autores como Byron, Musset, Goethe, entre outros, começaram a influenciar o pensamento da intelectualidade paulista. Desenvolveu-se, então, uma geração com características bem

²⁰ Pequena composição poética composta de 14 versos, com número variável de sílabas, sendo o mais frequente o decassílabo, e cujo último verso (dito chave de ouro) concentra em si a ideia principal do poema ou deve encerrá-lo de maneira a encantar ou surpreender o leitor.

²¹ O período do Romantismo, que vai até às duas últimas décadas do século 19 com obras que tendem a valorizar e intensificar algumas das principais características: o mal-estar de viver, a melancolia, o fatalismo e um desespero..

definidas, diferenciadas da anterior por sofrer uma forte influência de escritores estrangeiros. A vida boêmia, a atividade literária e o byronismo são seus pontos de referência, estabelecendo uma forte oposição entre o indivíduo que se dedica à vida intelectual e o cidadão comum integrado socialmente, ou seja, criando um abismo entre os estudantes e a comunidade local.

Quanto à escolha da linguagem, Trindade (2002, p.) observa que o romantismo no Brasil assumiu uma perspectiva de inovação cultural. De “tradição harmoniosa” e construção do sentimento ufanista. Esse considerado “abrasileiramento” evidenciou uma afirmação nacional, com uma literatura própria, com recusas às influências lusas.

Já ao final do Romantismo brasileiro, a partir de 1860, as transformações econômicas, políticas e sociais levam a uma literatura mais próxima da realidade; a poesia reflete as grandes agitações, como a luta abolicionista, a Guerra do Paraguai, o ideal de República. É a decadência do regime monárquico e o aparecimento da poesia social de Castro Alves. No fundo, uma transição para o realismo. É o contexto de produção do soneto de Bomilcar.

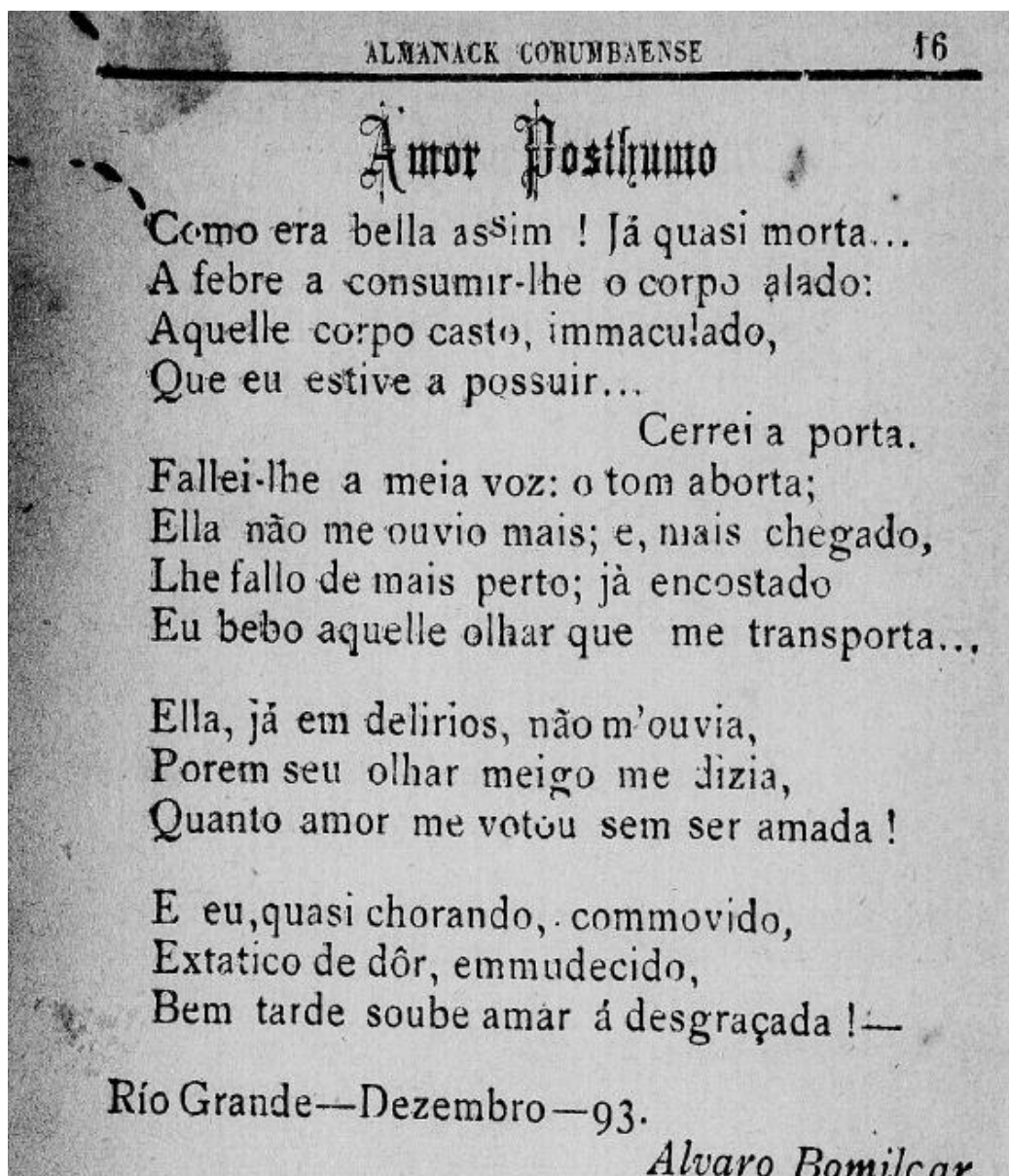
Interessa, no entanto, neste capítulo a discussão sobre uso dos clíticos e suas evidências, ou não, no contexto atual.

Abaixo retomado, há oito ocorrências de uso de pronomes átonos.

No primeiro quarteto: *a febre a consumir-lhe o corpo alado* (verso 2).

No segundo quarteto: *Fallei-lhe a meia voz, Ella não me ouviu mais, Lhe falo de mais perto, Eu bebo aquele olhar que me transporta* (versos 1, 2, 3 e 4).

No primeiro 1º terceto: *Ella, já em delírios, não m’ouvia, Porém seu olhar meigo me dizia, quanto amor me votou sem ser amada* (versos 1, 2 e 3).



Para desenvolver a análise, sistematizou-se a divisão das ocorrências por categorias pertinentes:

4.5.1 Categoria 1: ênclise com verbo no infinitivo

Pereira (1918, p. 265) define que “são enclíticos os pronomes junto aos infinitivos puros, em geral, e aos regidos pela preposição *a*”.

Há concordância em Cunha e Cintra (1985, p.311):

3º) Com os INFINITIVOS soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal:

Portanto, o verso: *a febre a consumir-lhe o corpo alado*, em Bomilcar, corresponde ao tratamento dado à ênclise. Tal incidência demonstra que não ocorreram mudanças nesse sentido.

4.5.2 Categoria 2: ênclise com verbo no início da frase

De acordo com Pereira (1918, p. 64), usa-se ênclise:

1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair, e não – se levantou para sair.*

Embora não faça referências diretas ao uso de ênclise com verbo no início da frase, a justificativa a seguir contempla tal evidência em Cunha e Cintra (1984 [2012], p. 309):

Caso o pronome átono ocupe lugar de objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise: **Agarraram-na** conseguindo, a muito, **arrastá-la** do quarto. (Coelho Netto, OS, I, 43) Na segunda-feira, ao ir ao Morenal, **parecera-lhe** sentir pelas costas risinhos a **escarnecê-la**. (Eça de Queiroz, O, I, 43)

Embora com abordagens distintas, Pereira apresentando justificativa para o verbo no início da frase e Cunha e Cintra alegando a sintaxe de complemento verbal ao pronome átono, ambos concordam com a situação de ênclise, como visto em Bomilcar, cabendo o exemplo: *Fallei-lhe a meia voz: o tom aborta.*,

Observa-se, nesse caso, a devida aplicação das normas vigentes, seja no final do século XIX ou no século XX.

4.5.3 Categoria 3: próclise com palavra negativa

Sobre a ocorrência, Pereira (1918, p. 66) adverte que “são proclíticos nas frases negativas, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, atrai para si o pronome.”

Cunha e Cintra (1985, 310) afirma que a próclise é preferida: a) Nas orações que contêm uma palavra negativa (não, nunca, jamais, ninguém, nada, etc.) quando entre o verbo não há pausa.

Há semelhança entre as regras estabelecidas, nos dois casos, ocorre a próclise devido à presença de expressões de negação.

Tal uso é seguido por Bomilcar nas duas ocorrências: de mesmo valor semântico: *Ella não me ouviu mais ... e Ella, já em delírios, não m'ouvia*, embora, no segundo caso, a contração *m'ouvia* não mereça consideração por nenhum dos gramáticos, cabendo a especulação de tratar-se de um efeito sonoro.

4.5.4 Categoria 4: próclise em orações subordinadas

Em Pereira (1918, p. 266):

São PRÓCLITOS: 2) Nas proposições subordinadas ligadas pelos **RELATIVOS** – que, o qual, quem, cujo, quanto, onde, e pelas **CONJUNÇÕES DE SUBORDINAÇÃO** – que, quando, enquanto, se, porque, para que, segundo, conforme, quer ... quer, etc.

Para Cunha e Cintra (1985, p. 312):

2º) A PRÓCLISE ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo, isto é: d) nas **orações subordinadas** desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta:

No soneto de Bomilcar, o verso: *Eu bebo aquele olhar que me transporta* respeita o caráter normativo proposto pelas duas gramáticas, ou seja, estabelece, diante de pronome relativo, uma condição para a próclise.

4.5.5 Categoria 5: Pronome proclítico sem partícula atrativa

Pereira não apresenta justificativa para tal ocorrência, no entanto, Cunha e Cintra (1985, p. 317) consideram como característica do Português do Brasil essa abordagem: e exemplifica:

A preferência por próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação: o usineiro nos entregava o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e São Paulo. (j. Lins do Rego, U, 251)

Como se vê, a gramática normativa que servia como parâmetro à época da produção do texto de Bomilcar, não privilegia como normativa a próclise nos versos: *Porém seu olhar meigo me dizia, quanto amor me votou sem ser amada;* ao que Cunha e Cintra sugere como uso próprio do Brasil.

4.5.6 Categoria 6: Próclise no começo da frase

Ambos os gramáticos negam tal uso como normativo, já que consideram o uso da ênclise como regra geral. Pereira (1918, p. 264) adverte:

São ENCLÍTICOS: 1) Quando o período gramatical se inicia pelo verbo, pois é, em geral, vedado começar-se período com pronome oblíquo: *Levantou-se para sair*, e não – *Se levantou para sair*.

Ainda vale retomar o conceito de idiotismo, conforme Pereira (1918, p. 265):

Obs. – Não é absoluta esta regra, ao menos no Brasil. *Me parece, me traga*, são expressões generalizadas em nosso falar doméstico. Em Portugal atesta Sr. Cândido de Figueiredo que – *me melem* é idiotismo comum. De fato, dêle usou A. Herculano, no *M. de Cister*: “*Me melem se entendo o doutor*”. Igualmente A. Castilho na seguinte frase: “*Me melem se eu percebo tal doutor*”. E nas cartas de A. Vieira encontram-se “*Me avisam e muito secreto que a Espanha tem resolute romper a guerra com a França*”.

Cunha e Cintra (1985, p. 316 e 317) destinam um título específico na gramática para justificar tal abordagem, assim elaborada:

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS NO BRASIL: A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio norma, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica. Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*: *me desculpe se falei demais* (e. Veríssimo, A, II, 487)

Embora admitam a fuga ao padrão normativo, os gramáticos veem a ocorrência da próclise no início da frase como ocorrência típica do Brasil. A classificação de idiotismo como traço peculiar de uma língua, já proposta no início do século XX, reforça o uso em Bomílcar: *Lhe falo de mais perto*.

Observa-se, a partir das considerações, que das seis categorias de uso de pronomes átonos no soneto de Bomilcar, em duas delas é revelado o uso peculiar no Brasil. Em Pereira (1918), as ocorrências divergentes (Portugal e Brasil) não encontram respaldo ou liberdade para uso, cabendo-lhes apenas a classificação de “idiotismo”. Em Cunha (1985) há respaldo para o uso em situações coloquiais e resgate de exemplificação “na linha medieval clássica”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora com marcantes concordâncias sobre a posição dos clíticos no soneto de Bomilcar “Amor Póstumo”, publicado no *Almanack Corumbaense* (1898), do ponto de vista gramatical, observa-se que as ocorrências mais divergentes, pronome proclítico ao verbo sem atrativo ou no início da frase, envolvem mais que análises linguísticas.

No caso, sugerem-se implicações de ordem social, histórica e cultural que permeiam o universo da construção linguística em evidência.

A harmonia desses ideais, nessa perspectiva diacrônica, leva a crer que uma postura de aceitação é prevista quanto ao uso das formas pronominais átonas em começo de frases, por exemplo. Tal evento já é presente na publicação de Bomilcar, daí a sugestão de uma abordagem de cunho nacionalista, conforme o autor assumiu posteriormente.

Relacionar diacronicamente as produções de Álvaro Bomilcar no *Almanack Corumbaense* à gramática de Pereira (1918) e sincronicamente à gramática Contemporânea de Cunha e Cintra (1984) [2014], percebendo o enlaçamento entre períodos tão distantes, mas equivalentes quanto aos ditames da gramática normativa, é também inserir Bomilcar no contexto da historiografia linguística para que sua atuação nesse processo seja desvendada; oportunamente, é ampliar contextos na tentativa de resgatar suas publicações no citado período e de revelar seu caráter precursor na defesa de uma língua brasileira, conforme Paulino (2014, p. 7):

“Mesmo com a restrição documental de 1989, foi possível estabelecer convenções que, certamente, exigem aprofundamentos posteriores, no sentido de revelar as inúmeras facetas da proposta de cunho nacionalista do citado autor. Assim, estudar a participação de Bomilcar sem o apego à gramática normativa é encontrar muitas formas de refletir sobre o português brasileiro. É uma oportunidade para inteirar-se de um processo de formação da língua em contexto, até então pouco evidenciado; por fim, é participar de uma descoberta, de cunho histórico, que gerará expressiva contribuição à sociolinguística”.

Sobre tal desafio, é importante destacar que sua passagem em “Terra Mattogrosense” não é evidenciada quando se trata de sua contribuição literária à Sociologia ou História.

No âmbito literário, é preciso destacar a contribuição que o autor acrescenta à produção artística da cidade de Corumbá. Mesmo quando reportada a sua trajetória, a cidade de Corumbá aparece apenas como referencial às localidades por Bomilcar frequentadas, existe pouca consideração ao seu papel como contribuinte de um importante periódico para a Região.

A explicação para tal “descaso”, deve-se, hipoteticamente, ao, ainda, ínfimo conhecimento sobre tal documento como patrimônio linguístico e ao fato de os recentes estudos explorarem seu valor histórico no plano da lexicologia. No entanto, cabe ampliar as observações no plano da historiografia linguística e desvendar os muitos mistérios e inovações que o documento apresenta.

A partir dessa nova perspectiva, mais que contribuições histórico-sociais, será possível perceber a oportunidade de aproximação com um processo de formação da língua em contexto, pouco explorado, mas de relevante contribuição à historiografia quando, de forma diacrônica, sofrer abrangência com outros relacionados, como é o caso da retomada de Álvaro Bomilcar na Revista Gil Blas.

Conclui-se, mesmo que de forma ousada, que Bomilcar não é apenas um nacionalista exacerbado que contribuiu com a afamada Semana de 22 por seu valor nativista. Ele começou sua trajetória na cidade de Corumbá, no “pouco conhecido” *Almanack* e merece que tal ação precursora seja explorada.

O estudo da posição dos clíticos no *Almanack Corumbaense*, como quebra de parâmetro gramatical da época, só reforça a necessidade do estudo da historiografia linguística desse citado contexto para que as peculiaridades da nossa língua sejam desvendadas.

Ademais, ampliar contextos na busca pela ênfase ao citado período e seu caráter precursor é essencial. Afinal, mesmo com a restrição documental de 1989, já enfatizada, foi possível estabelecer convenções que, certamente, exigem aprofundamentos posteriores, no sentido de revelar as inúmeras facetas da proposta de cunho nacionalista do citado autor.

Quanto às designações de “ar postiço”, “pedantismo”, “ignorância”, “pretenciosismo”, “anarquia”, “idiotismo” ou qualquer outra explicação aqui apresentada para a utilização da posição dos clíticos, destoada do caráter normativo, na produção de Bomilcar no *Almanack Corumbaense*, demonstram o caráter especulativo

que o estudo exige, cabendo, pois, ressaltar a contribuição significativa do estudo do corpus em seu processo linguístico.

Assim, ficou evidente que, seja por meio da escolha da modalidade da língua ou interagindo com o processo histórico que a envolve, é perceptível que os costumes de uma época estabelecem relações de poder em qualquer sociedade. Por outro lado, quando utilizados os mecanismos linguísticos, de caráter normativo ou não, estes surtem efeitos na construção de sentidos consolidados.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1950.

ALMANACK CORUMBAENSE. Corumbá, MT: Typ. Italiana, 1898.

ALTMAN, M. C. *Pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____. *Questões em Historiografia linguística* in revista da ANPOLL, nº2, 1996: 45-70.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *História entrelaçada 4: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BOMÍLCAR, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

_____. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1916

BORGES E PERARO, Fernando Tadeu de Miranda, Maria Adenir. *Brasil e Paraguai : uma releitura da guerra* (Organizadores) . Cuiabá, MT : Entrelinhas : EdUFMT, 2012

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

DARCIANO, Bertino. *O tempo e os almanaques do povo. Retalhos de investigação etnográfica*. Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, 1 (1954);

LOPES, Domingos de Castro. *A Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Mundo Medico, 1935.

COELHO, Olga. *Léxico, Ideologia e a Historiografia linguística do Século das Identidades*, Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, Editora UFPR, 2003.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lidley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2012.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

_____. *Gramática de base*. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá: Confluências das Frentes Espanhola e Portuguesa – 1536-1778*. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Escolas dos Annales*. Info Escola: navegando e aprendendo. Disponível em: <www.infoescola.com/historia/escola-dos-annales/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

GONÇALVES, Maria Filomena 2001. *A celtomania: um tópico da linguística romântica*, Revista do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, 1-2: 41-58.

JESUS, Luciana Martha Carvalho de. *A colocação pronominal em textos do Almanack Corumbaense (1898): um estudo historiográfico*. Campo Grande, MS: UEMS, 2013.

JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa*. Tese (Doutorado em História), PPGH, UFF, Rio de Janeiro, 2006, p. 29.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto. 1997.

KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em historiografia linguística*. In Revista da ANPOLL, nº 2, 1996.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Coleção Descobrimo o Brasil).

LOPES, Castro. *A Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Borsoi& C., 1935.

LOPES, Oscar; SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. 12ª. ed. Porto: Porto Editora, 1982

MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia linguística : língua e linguagem*. Revista UFG dezembro, 2008. Disponível em <http://www.proec.ufg.br/revista/historiografia.html>. Acesso em 12 jan. 2016

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Tomo I. Prof. Dr. Darcy Carvalho. São Paulo, 2015. Disponível em <https://archive.org/details/AntenorNascentesDicionarioEtimologicoDaLinguaPortuguesaTomoI>. Acesso em 29 mar 2015.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *A historiografia linguística e a consolidação de seu estado científico*. São Paulo: Revista Acta. Disponível em <http://www.assis.unesp.br>. Acesso em 29 mar 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: editora Brasiliense, 1990.

PAULINO, Eliane Santos. *Álvaro Bomilcar no Almanack Corumbaense: Prenúncio em defesa de um português brasileiro- uso de clíticos*. Revista Philologus, ano 20 n° 60 – Suplemento. Disponível em <http://www.filologia.org.br/revista/>. Acesso em 29 mar 2015.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 113 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

_____. *Gramática expositiva: curso elementar*. 34 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1918.

_____. *Gramática Histórica*, 8 ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1933.

PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil. Textos Críticos e Teóricos*. 1820/1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. *O Português do Brasil. Textos Críticos e Teóricos*. 1920/1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

PORTUGAL. Instituto Camões. *Tempo da Língua: Imagens da História da Língua Portuguesa*. [s.l] Instituto Camões, D. L. 2001.

Revista Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-02-12 02:50:13]. Disponível na Internet: [http://www.infopedia.pt/\\$clitico](http://www.infopedia.pt/$clitico). Acesso em 22 dez. 2015

REVISTA GIL BLAS, nº 111, 24/3/1921. Disponível em

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: curso superior*. 22ª edição inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1881

_____. *A Língua Nacional (Notas Aproveitáveis)*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil Monteiro Lobato e Cia. 1921.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 5ª edição revista por João Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Melillo, 1899. 364 p.

SOUZA, João Carlos de. *Tensões da Modernidade de Corumbá*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa/ PB, 2003. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.355.pdf>, acesso em 15 jan 2016.

SILVA, Maurício. *Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas lingüísticas no Brasil*, Polifonia, Cuiabá, MT, v.22, n.1, p.64-74, jan./jun., 2010

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/ INL, 1986. 237 p. Instituto Camões <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/lcintra.html>. Acesso em 23 jan 2016.

SILVA, Pereira da. *Nacionalidade, língua e literatuta de Portugal e Brasil*. Paris, Guillard Aillaud, 1884.

TRINDADE, Alessandra Accorsi. *Representações do sujeito romântico: motivos de cisão e desejo na ficção de Álvares de Azevedo*. UFRS, Porto Alegre: 2002.

7 ANEXOS